

Volume 2

Antônio Carlos de Carvalho
Helena Cunha de Uzeda
Sandro Campos Neves

Turismo e Patrimônio





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 2

Turismo e Patrimônio

Antônio Carlos de Carvalho

Helena Cunha de Uzeda

Sandro Campos Neves



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Antônio Carlos de Carvalho

Helena Cunha de Uzeda

Sandro Campos Neves

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Cristina Andrade

Ana Maria Pereira da Silva

Carlos Augusto Santana Pereira

Marcelo Oliveira

Mariana Pereira de Souza

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Elaine Bayma

Janaína Santana

Patrícia Paula

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima

David Daniel de Macêdo

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C331t

Carvalho, Antônio Carlos de.

Turismo e patrimônio. v. 2 / Antônio Carlos de Carvalho, Helena Cunha de Uzeda, Sandro Campos Neves. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

238 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-664-0

1. Patrimônio Cultural Brasileiro. 2. Patrimônio Artístico Brasileiro. 3. Patrimônio Turístico Nacional. 4. Patrimônio da Humanidade. I. Uzeda, Helena Cunha de. II. Neves, Sandro Campos. III. Título.

CDD: 338.4791

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 11 – O Patrimônio Cultural Brasileiro da região Nordeste / 1ª parte: estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte _____	7
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 12 – O Patrimônio Cultural Brasileiro da região Nordeste / 2ª parte: Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe _____	31
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 13 – O Patrimônio Cultural e Artístico Brasileiro: região Sudeste I: Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais _	67
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 14 – O Patrimônio Cultural e Artístico Brasileiro: região Sudeste – o estado do Rio de Janeiro _____	103
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 15 – Esta aula encontra-se em fase de elaboração _____	151
Aula 16 – O que é Patrimônio Turístico Nacional? _____	153
<i>Antônio Carlos de Carvalho</i>	
Aula 17 – Esta aula encontra-se em fase de elaboração _____	179
Aula 18 – Patrimônio da Humanidade e turismo _____	181
<i>Sandro Campos Neves</i>	
Aula 19 – Aproveitamento turístico em localidades históricas _	205
<i>Sandro Campos Neves</i>	
Referências _____	231

11

O Patrimônio Cultural Brasileiro da região Nordeste / 1ª parte: estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte

Helena Cunha de Uzeda

Meta da aula

Destacar o patrimônio cultural dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, analisando as características principais e alguns dos bens mais destacados em relação aos patrimônios natural, material e imaterial de cada um, suas influências e transformações.

Objetivos

- 1** avaliar o significado de ecomuseu e sua importância na preservação de um conjunto representativo da identidade de uma região;
- 2** identificar um importante patrimônio imaterial que une religiosidade e alegria e que se tornou o mais representativo do espírito nordestino.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja mais facilmente absorvida, é necessário o domínio do conteúdo das Aulas 6 (Cidades Históricas Brasileiras), 8 (Patrimônio Cultural Imaterial) e 10 (Patrimônio Natural).

Introdução

Formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, a região Nordeste – mesmo ocupando uma área que é apenas um pouco maior do que o estado do Amazonas – reúne o maior número de unidades federativas e uma grande diversidade natural e cultural. A vegetação inclui Mata Atlântica, junto ao litoral; cerrado, ao sul do Maranhão e em parte da Bahia; caatinga, no sertão, e Mata de Cocais, em regiões do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda que a região Nordeste tenha ficado conhecida por seus períodos de grandes secas, nela estão localizadas importantes bacias hidrográficas, entre as quais se destacam as dos rios Paraíba e São Francisco.

O Nordeste, por suas variadas características físicas, divide-se nas sub-regiões: *meio-norte* – transição entre o semiárido do sertão e a região amazônica; *zona da mata*, que vai do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, cujo clima úmido garante uma vegetação exuberante, típica da Mata Atlântica; *agreste*, transição entre a zona da mata e o sertão semiárido; e *sertão*, uma imensa área com clima semiárido, tendo no rio São Francisco a única fonte de abastecimento de água.

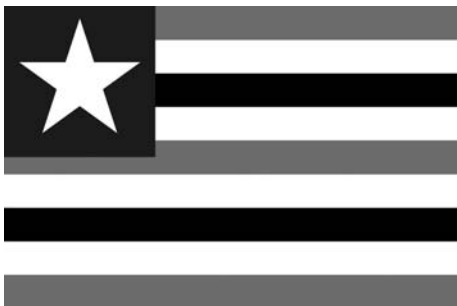
Durante a segunda metade do século XX, boa parte da população do Nordeste brasileiro, fugindo da miséria causada pela seca, passou a migrar para o Sul do país em busca de melhores condições de vida. A partir da década de 1990, a migração diminuiu e o Nordeste, a partir de 1999, passou a receber mais migrantes do que enviar a outras regiões do país.

A miscigenação étnica e cultural é uma característica marcante do Nordeste, que concentra 60% de seus habitantes no litoral e nas principais capitais. Já na região do sertão, o clima semiárido dificulta a ocupação, o que mantém uma baixa densidade populacional. O rico legado deixado pela colonização da região, que inclui indígenas, africanos e europeus – portugueses, franceses e holandeses –, reflete-se no patrimônio material da região, que se destaca também por sua diversidade natural.

A região possui uma grande tradição literária, tanto a literatura popular de cordel – trazida pelos portugueses e de origem medieval, com cantadores de repentes e de emboladas – quanto a literatura erudita, com destaque para escritores como Aluísio de Azevedo, Ariano Suassuna, Castro Alves, Gonçalves Dias e Graciliano Ramos.

Nesta aula, iremos tratar apenas de alguns aspectos culturais relativos aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

O patrimônio cultural do Maranhão

Estado do Maranhão (MA)	
Capital: São Luís	
Região: Nordeste	
Municípios: 217	
Gentílico: maranhense	
Área: 331.983,293km ²	
População: 6.118.995 habitantes	

A história do Maranhão ficou marcada pela expedição francesa comandada por Daniel de la Touche, que chegou à região em 1612, fundando a França Equinocial e construindo o Forte e a Vila de São Luís, em homenagem ao rei Luís XIII da França. A vila, que corresponde à atual capital São Luís, é uma das três capitais do país que se localizam em ilhas – ao lado de Florianópolis e de Vitória. Em 1641, a antiga vila foi ocupada pelos holandeses e depois pelos franceses, até que ambos fossem expulsos pelos portugueses. A partir de então, Portugal estabeleceu seu domínio territorial e cultural no estado do Maranhão. O primeiro ministro de D. José I de Portugal, o marquês de Pombal, criou o *Vice-Reino do Grão-Pará e Maranhão*, que se dividia nas capitanias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e São José do Rio Negro, criando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que deu impulso à economia do estado e estimulou a imigração de portugueses para a região. Em 1774, a capitania do Maranhão se separou do território do Pará.

A grande influência portuguesa no estado resulta do contato direto estabelecido entre a região e Lisboa, um trajeto muito mais curto do que o que separava Portugal do Rio de Janeiro, capital da colônia portuguesa desde 1763. Essa ligação tão próxima com a metrópole fez com que a Independência do Brasil de Portugal fosse ignorada pelos maranhenses, que só a reconheceriam no ano seguinte, precisando, para isso, que houvesse uma intervenção armada na região, sob o comando do almirante inglês Thomas Cochrane, que foi contratado pelo império brasileiro para comandar a recém-criada Marinha Imperial do Brasil. O Maranhão manteve também uma profunda e direta relação com a África durante o final do século XVIII, o que resultou numa grande influência da cultura e do imaginário africanos.

Centro histórico de São Luís: Patrimônio da Humanidade

O crescimento do tráfico de escravos fez aumentar o cultivo de algodão e arroz, levando o Maranhão a um desenvolvimento econômico que pode ser dimensionado pela qualidade do casario do centro histórico da capital São Luís, reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1997. A importância desse conjunto urbano, fundado pelos franceses e ocupado por holandeses ainda no século XVII, destaca-se pela preservação da malha retangular original de seus arruamentos e do antigo casario. Tal conservação, a exemplo das cidades auríferas mineiras, resultou da estagnação



Figura 11.1: Centro histórico, Patrimônio da Humanidade, Mercado Central, no bairro da Praia Grande, em São Luís.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Reviver.JPG>

econômica que a região sofreu a partir do século XX, o que impediu o desenvolvimento da cidade e, consequentemente, dificultou alterações urbanísticas e reformas que atualizassem o panorama urbanístico e arquitetônico. Dessa forma, uma quantidade excepcional de construções históricas foi preservada, tornando a capital maranhense um exemplo de cidade colonial, com a herança portuguesa integrando-se de forma harmoniosa ao ambiente tropical.

Bens maranhenses como patrimônio nacional

O Centro Histórico de São Luís foi tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN, em 1974, nos Livros Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas-Artes, pela importância de seu conjunto arquitetônico datado dos séculos XVIII e XIX. Nesse período, o Maranhão era um importante exportador de arroz, algodão e outros produtos regionais, sendo a capital São Luís considerada a quarta cidade mais rica do país, depois das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O conjunto tombado como patrimônio nacional reúne cerca de mil edificações, muitas constituídas por sobrados revestidos de azulejos. O centro histórico também conta com cerca de 2.500 imóveis que foram tombados pelo patrimônio do estado do Maranhão.



Figura 11.2: Sobrado com fachada de azulejos no centro histórico de São Luís, tombado como Patrimônio Nacional em 1974 e como Patrimônio da Humanidade em 1997.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Saoluizbrasil.jpg>



Confira na página do Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mais detalhes sobre os bens tombados nos Livros de Tombo: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

- Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara

Quando a Coroa portuguesa criou, em 1621, o Estado Colonial do Maranhão, composto pelas capitanias independentes do Maranhão e do Grão-Pará, a localidade de Tapuitapera já existia, sendo elevada a vila de *Santo Antônio de Alcântara* em 1648. A economia dessa vila desenvolveu-se rivalizando com a de São Luís, mas a decadência que se seguiu durante o século XIX a transformou em ruínas históricas,



Figura 11.3: Ruínas do século XVII na cidade de Alcântara, tombada em 1948 pelo IPHAN como monumento nacional.

Fonte: <http://www.ma.gov.br/2007/12/17/Pagina101.htm>

que hoje reúnem cerca de trezentos prédios, três praças, uma dezena de ruas e algumas travessas. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara possui registro nos três livros de tombamento do IPHAN: no Livro Histórico (1948), no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no das Belas Artes (ambos em 1974).

Alcântara atrai visitantes por seus contrastes, colocando ao lado de suas ruínas seiscentistas a mais moderna base aeroespacial da América Latina, que abriga o Centro de Rastreamento e Controle de Satélites (CRC) e a base de lançamento de foguetes, localizados a apenas dez quilômetros do centro de Alcântara.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Alcantara_Base.PNG



O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é a segunda base de lançamento de foguetes e satélites do Brasil. O CLA foi criado em 1989 no Maranhão para substituir o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, que ficou impedido de ampliar suas atividades por causa do desenvolvimento urbano em seus arredores. A localização da base nas proximidades da linha do equador contribui para um menor consumo de combustível, já que nessa região a velocidade de rotação da Terra auxilia a impulsionar os lançamentos.

Patrimônio Natural Maranhense

Entre as diversas riquezas naturais do estado do Maranhão destacam-se os Parques Nacionais, cujo objetivo é a preservação dos ecossistemas de importância ecológica e beleza cênica, garantindo pesquisas científicas e ações de educação ambiental. São três os parques nacionais maranhenses:

- Parque Nacional da Chapada das Mesas – criado em 2005 para proteger uma área de 160 mil hectares da região centro-sul do estado, ameaçada por desmatamentos.
- Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba – localizado na divisa entre Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins. Sua criação pelo Ibama, em 2002, teve a intenção de salvaguardar os recursos naturais e a biodiversidade da região.
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – criado em 1981, compreendendo uma área de 155 mil hectares coberta por dunas de areia branca, algumas com até quarenta metros de altura, lagoas azuis-turquesas que se alimentam das chuvas, rios e manguezais, reunidos num cenário exótico e deslumbrante.

O nome lençóis vem da aparência desse deserto visto do alto, que lembra um lençol desarrumado. O rio Preguiças, que irriga toda a região, divide as dunas em grandes e pequenos lençóis, que desembocam no oceano Atlântico.



Figura 11.4: Vista de uma das muitas lagoas dos Lençóis Maranhenses.

Patrimônio Imaterial do Estado do Maranhão

Uma das manifestações culturais mais antigas e originais do Maranhão, o tambor de crioula, foi reconhecida em junho de 2007 como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN. Essa manifestação, que há mais de três séculos é mantida pelos descendentes de comunidades negras, rende homenagem a São Benedito, num sincretismo que mescla danças e cantos ao culto católico,



Figura 11.5: A dança de roda de um tambor de crioula.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=719>

acompanhados pelo ritmo de tambor, numa celebração que ocorre na segunda-feira seguinte ao domingo de Páscoa. A dinâmica da circularidade é uma característica da manifestação: a roda, as saias das participantes e os tambores parecem comungar em forma e ritmo.

Em 2008, a prefeitura de São Luís entrou com pedido junto ao IPHAN para que fosse reconhecida outra manifestação folclórica como Patrimônio Cultural do Brasil: o bumba meu boi do Maranhão.

O patrimônio cultural do Piauí

Estado do Piauí (PI)

Capital: Teresina

Região: Nordeste

Municípios: 224

Gentílico: piauiense

Área: 251.529,186 km²

População: 3.032.421

habitantes



O nome indígena “piauí” significa *rio de piau*, espécie de peixe comum na região. O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho desbravou as terras piauienses, construindo currais naquelas terras para a criação de gado. As fazendas de criação de gado foram responsáveis pela ocupação do estado, inserindo a carne e o couro na tradição do Piauí. Diferentemente do que ocorreu com os demais estados litorâneos, a ocupação do Piauí se deu do interior para o litoral, como resultado da busca dos fazendeiros da região do rio São Francisco durante o século XVII por novas terras para a atividade pecuária. Com isso, a geografia do estado mostra-se singular – mais larga no interior e bem estreita no litoral –, assim como a localização de sua

capital, Teresina: a única do Nordeste que não fica no litoral. Em 1852, a cidade de Teresina, às margens do rio Parnaíba, substituiu a antiga capital Oeiras. Como ocorreu com o Maranhão, o Piauí continuou a se considerar uma colônia de Portugal mesmo após a Independência em 1822, o que era um desejo também da Coroa portuguesa, que tentou manter a região como sua colônia. No Piauí, encontram-se os vestígios arqueológicos mais antigos das Américas, sítios que foram reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Bens do Piauí como Patrimônio Nacional

O IPHAN realizou 13 registros de tombamento de bens do estado do Piauí: sete no Livro Histórico; seis no das Belas-Artes; e um no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Entre os bens tombados como monumento nacional está a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, no município de Piracuruca, que começou a ser construída em 1718 pelos portugueses em agradecimento por haverem sido libertados do cativeiro no qual eram mantidos pelos índios tocarijus. Abandonada em 1912, a igreja passou por reformas que lhe alteraram a aparência, principalmente a de seu interior, sendo proclamada como monumento nacional pelo governo de Getúlio Vargas em 1940.

Patrimônio Natural Piauiense

O território do estado do Piauí localiza-se numa zona de transição que apresenta aspectos do semiárido nordestino, da região Amazônica e do Planalto Central. No estado, coexistem diferentes biomas – que são conjuntos de ecossistemas com o mesmo tipo de clima, de vegetação, de fauna e flora –, como a caatinga e seus cactos, o cerrado de árvores retorcidas e a Mata dos Cocais, situada em área de transição, entre a caatinga e o cerrado, ao norte dos estados do Maranhão e Piauí, apresentando espécies típicas, como a carnaúba e o buriti.



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Caatinga.jpg>

A caatinga, que em tupi-guarani significa “mata branca”, é um bioma exclusivamente brasileiro, cobrindo, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), todo o estado do Ceará, ocupando mais da metade da Bahia, 92% da Paraíba, 83% de Pernambuco, 95% do Rio Grande do Norte, 48% de Alagoas, 49% de Sergipe e 63% do território do Piauí. A caatinga apresenta uma vegetação típica de regiões semiáridas, que perde sua folhagem durante a estação da seca.

O conceito de ecomuseu

foi formulado na França, na década de 1970, por Hugues de Varine (1935 -), museólogo francês e ex-diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). Como um modelo contemporâneo de museu, o ecomuseu contrapõe-se ao modelo de museu tradicionalista, colocando a comunidade local como partícipe de seu processo de criação e manutenção. O ecomuseu consiste na preservação da identidade de determinado território, com uma atitude inclusiva e participativa da comunidade, visando seu desenvolvimento sustentável e a preservação da história, da cultura e do ambiente ecológico da região.

O Piauí possui quatro Parques Nacionais: o *Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*, criado em 2002; o *Parque Nacional da Serra das Confusões*, 1998; o *Parque Nacional de Sete Cidades*, 1961; e o *Parque Nacional da Serra da Capivara*, tombado em 1993 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Um bem natural piauiense como Patrimônio da Humanidade

O Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de Raimundo Nonato, a sudeste do Piauí e com um perímetro de 214 quilômetros, protege uma área que abriga o mais importante patrimônio arqueológico brasileiro do período pré-histórico. Muitas cavernas e abrigos sob rocha – formados pela erosão em paredões rochosos – são decorados com pinturas, algumas delas datadas de mais de 25.000 anos. O parque se enquadra no **conceito de ecomuseu**, unindo patrimônio histórico, cultural e natural.

O plano de manejo do parque trabalha com uma política que prevê a integração das comunidades do entorno, desenvolvendo-as economicamente e socialmente, assim como promovendo o turismo ecológico e cultural. Há cerca de 406 sítios no Parque Nacional da Serra da Capivara, sendo que, desses, 360 apresentam

pinturas rupestres e os demais são aldeias ou cemitérios com vestígios humanos. Nesse sítio, foram achados os fragmentos mais antigos de cerâmica das Américas, com cerca de nove mil anos, tendo ainda sido encontrado o primeiro artefato americano feito de pedra polida datado desse mesmo período.



Visite a página da Fundação Museu do Homem Americano /FUMDHAM <http://www.fumdam.org.br/pcultural.asp> e saiba mais sobre o patrimônio cultural representado por sítios arqueológicos e pinturas rupestres.

- O Parque da Serra da Capivara, no Piauí, está também tombado pelo IPHAN no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desde 1992 como patrimônio nacional. Esse patrimônio, entretanto, encontra-se ameaçado, considerando que as comunidades muito pobres que habitam os arredores do parque não entendem a importância de se proteger a região, seus sítios arqueológicos e paleontológicos e suas espécies animais e vegetais, já que não entendem a importância desse patrimônio e estão ocupados com as dificuldades de sua própria subsistência.



Figura 11.6: A arqueóloga Niède Guidon trabalha num sítio pré-histórico no Parque da Serra da Capivara, no Piauí.

Fonte: Fundação Museu do Homem Americano. <http://www.fumdam.org.br/sitiosarq.asp>

Patrimônio Imaterial do Estado do Piauí

O modo artesanal de produção da bebida piauiense conhecida como *cajuína*, passou a ser considerado de grande interesse cultural, tornando-se patrimônio imaterial do estado. A documentação sobre a pesquisa dessa bebida regional, reunida pela Fun-

dação Cultural do Piauí, foi enviada para o Ministério da Cultura/MinC, visando ao reconhecimento da cajuína como Patrimônio Brasileiro. Essas ações poderão garantir a manutenção da produção artesanal da bebida por meio de incentivos e salvaguardas.



Figura 11.7: A bebida piauiense conhecida como cajuína: patrimônio imaterial.

Fonte: www.sepe.pi.gov.br/materia.php?id=15346

Como segundo maior produtor de caju do Brasil, o Piauí mantém cerca de 1.200 agricultores familiares trabalhando na produção da cajuína no estado. A intenção de conferir um padrão de qualidade e características específicas à cajuína produzida no Piauí que a diferenciasses das outras bebidas de caju feitas no Nordeste, levou à criação do Projeto Cajuína, que conta com o acompanhamento do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater-PI).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Sabemos que um sítio arqueológico é um local que mantém registros dos indivíduos que ali viveram antes de nossa civilização e onde se podem encontrar vestígios das culturas pré-históricas que nos antecederam. Infelizmente, nem sempre a sociedade local reconhece a importância desses sítios e se preocupa em preservá-los. O Parque Nacional da Serra da Capivara é talvez o mais importante sítio arqueológico do país, sendo reconhecido como patrimônio brasileiro, mas que encontra dificuldade em receber apoio da comunidade e das autoridades locais. Em que novo conceito o parque está inserido e o que deveria ser feito para preservá-lo?

Resposta Comentada

O Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí, poderia enquadrar-se dentro do conceito de ecomuseu, formulado na França na década de 1970 pelo museólogo francês Hugues de Varine (1935 -). Entretanto, a ideia de preservar não apenas os testemunhos arqueológicos mais antigos do homem sul-americano, mas a própria identidade do território no qual o sítio está inserido, infelizmente, não consegue ser implementada naquele sítio. A comunidade local e os governos do município de Raimundo Nonato e do estado do Piauí deveriam envolver-se de forma participativa na preservação desse bem, reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Essa atitude só será possível quando houver um esforço efetivo de conscientização desses agentes sobre a real importância científica e cultural, para o Brasil e para o mundo, do Parque Nacional da Serra da Capivara. A solução seria destinar a esse sítio arqueológico condições básicas para sua exploração de forma sustentável, garantindo-lhe recursos financeiros e humanos, assim como uma infraestrutura que permitisse o desenvolvimento de pesquisas científicas no local e sua inclusão no roteiro turístico nacional.

O patrimônio cultural do Ceará

Estado do Ceará (CE)

Capital: Fortaleza

Região: Nordeste

Municípios: 184

Gentílico: cearense

Área: 148.825,602km²

População: 8.185.286

habitantes



O estado do Ceará faz limites ao norte com o oceano Atlântico, a leste com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, ao sul com Pernambuco e a oeste com o Piauí. Ainda que já em 1500 o navegador Vicente Yanez Pinzón tenha chegado ao litoral cearense, a ocupação do território pelos colonizadores europeus só ocorreria a partir do século XVII, com a construção de uma fortificação na enseada do Mucuripe pelos holandeses. Tomada depois por Portugal e renomeada como Fortaleza de Nossa Senhora da As-

sunção, a região passou a sediar a capitania. No local, diversos aldeamentos de índios passaram a conviver com os religiosos portugueses que acorriam à colônia com o objetivo de catequização. O território está rodeado por serras e chapadas, como a serra de Ibiapaba, a chapada de Apodi e a de Araripe. O clima semiárido predomina no estado, caracterizando-se pela irregularidade de chuvas, que se concentram nos meses de fevereiro a junho. As temperaturas são amenas, variando em torno dos 29°C, com os dias mais frios ocorrendo no mês de julho, podendo, em algumas regiões, chegar a menos de 15°C. Em seus quase seiscentos quilômetros, o litoral do estado apresenta um índice de pluviosidade maior do que a região do sertão, alternando praias cobertas por coqueiros, dunas de areia, falésias e manguezais.

O Ceará, por ter abolido a escravidão quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, foi chamado de Terra da Luz pelo abolicionista José do Patrocínio. Com uma cultura extremamente rica, formada por influências europeias e indígenas, o estado coloca lado a lado trabalhos de cestaria, produzidos tradicionalmente pelos índios, e delicadas peças de renda de bilro, artesanato trazido das regiões litorâneas de Portugal.

Recentemente, o Governo Federal assinou um acordo com o governo cearense para a implementação do *Programa Mais Cultura*, que apoiará cem projetos desenvolvidos pela sociedade civil no Ceará. Em 2006, o Governo do Estado criou o *Sistema Estadual de Cultura* (SIEC), passando a integrar o Sistema Nacional de Cultura, que regulamenta atividades culturais nos âmbitos federal, estadual e municipal, por meio de ações conjuntas, convênios e apoio financeiro e institucional.

Bens cearenses como Patrimônio Nacional

Atualmente, existem 25 bens registrados pelo IPHAN como patrimônio nacional: seis registros no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; dez no Livro Histórico; nove no Livro das Belas Artes. Entre os bens cearenses tombados pelo IPHAN está

o conjunto arquitetônico do Aracati, tombado no Livro Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em outubro de 2001. A cidade de Aracati, que ficou conhecida nacionalmente pela beleza de sua praia *Canoa Quebrada*, desenvolveu-se no século XVIII, quando ali foram instaladas as *Oficinas de Carne*, conhecidas como *Charqueadas*, que criavam e abatiam gado para a região. Arqueólogos da Universidade Estadual do Ceará/UECE descobriram vestígios da ocupação do local e alguns objetos do século XVII, incluindo restos das fundações do que parece ser o casarão dos Zaranzas, família portuguesa que chegou à região no início daquele século.

As atividades culturais da capital do estado, Fortaleza, eram movimentadas desde o século XIX, quando várias agremiações literárias e científicas foram criadas na cidade, entre elas o Instituto do Ceará, que existe desde 1887 – dedicado aos estudos de diversos assuntos, principalmente História, Antropologia e Geografia –, e a Academia Cearense de Letras, criada em 1894, primeira no gênero no Brasil. Completando a rica vida cultural da cidade, o Theatro José de Alencar, inaugurado em 1910, é formado por duas construções distintas: um vestíbulo e dois pavimentos de alvenaria e pedra, seguindo o estilo eclético, e uma segunda construção, localizada na parte posterior, que abriga a sala de espetáculos do teatro. Esta última possui estrutura em ferro importada da Europa, com referências *art nouveau*, frontão em arco e vitrais coloridos. O teatro foi tombado pelo IPHAN no Livro das Belas-Artes em 1964.



Figura 11.8: A fachada em ferro e elementos de *art nouveau* do Theatro José de Alencar, Fortaleza, inaugurado em 1910 e tombado pelo IPHAN em 1964.

Fonte: http://www.secult.ce.gov.br/TJA/Galeria%20de%20Fotos/Galeria_de_fotos.asp



Figura 11.9: Fachada da antiga cadeia pública (1866), onde hoje funciona o Centro de Turismo de Fortaleza.

Fonte: http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio_material/Fortaleza/certur_03.jpg

A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará possui diversos bens tombados em vários municípios. Entre eles está a antiga cadeia pública, em Fortaleza, construída em 1866 e onde hoje funciona o Centro de Turismo, e que é protegida por tombamento estadual desde 1982.



Visite a página oficial da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará <http://www.secult.ce.gov.br/> e veja os bens tombados nos diversos municípios do estado.

Patrimônio natural cearense

O patrimônio natural cearense apresenta grande beleza, com dunas, coqueiros e lagoas, como a lagoa do Parnamirim e a lagoa do Banana, muito procuradas para esportes aquáticos. Para proteger o ecossistema da costa do Estado, foi criado, em 2002, o *Parque Nacional de Jericoacoara*, localizado nos municípios de Jipoca de Jericoacoara e de Cruz. Jericoacoara, até 1985 uma pequena vila de pescadores em meio a dunas, teve suas praias celebrizadas internacionalmente por sua beleza. Como ficam dentro de uma Área de Proteção Ambiental, não há permissão para a construção de estradas, o que dificulta o acesso às praias da região. A importância histórica do local remonta ao navegador Vicente Yanes Pinzó, capitão da nau Niña, da frota de Cristóvão Colombo, que desembarcou na praia de Jericoacoara em 1499.

Patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial cearense é variado, apesar de a imagem do estado estar vinculada ao artesanato das rendas. A figura da mulher rendeira – artesã que herdou a tradição dos trabalhos em renda trazidos pelos colonizadores portugueses – tornou-se símbolo da cultura nordestina. Outro destaque são os *Mestres da Cultura do Ceará*, escolhidos pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/Coepa, como guardiões da memória do estado. São 24 mestres, entre rezadeiras, parteiras, artesãos, ***bandas cabaçais***, que recebem apoio financeiro para manter viva a memória popular tradicional do Ceará.



Veja a lista dos Mestres da Cultura cearense na página <http://fotolog.terra.com.br/redeceara:995>

Banda cabaçal

Conjunto musical folclórico de percussão e sopro, que usa pífaros (flauta transversal com um timbre estridente) e zabumbas (tambores), instrumentos de influência europeia e que se tornaram característicos da música folclórica nordestina. A denominação “cabaçal” decorre do fato de antigamente os tambores serem feitos de cabaça coberta com pele de bode.

O patrimônio cultural do Rio Grande do Norte

Estado do Rio Grande do Norte (RN)

Capital: Natal

Região: Nordeste

Municípios: 167

Gentílico: potiguar/

norte-riograndense

Área: 52.796,791km²

População: 3.003.087

habitantes



Fazendo limites com o oceano Atlântico a norte e a leste, com a Paraíba ao sul e com o Ceará a oeste, o Rio Grande do Norte avança sobre o Atlântico, tendo atraído, por seu posicio-

namento estratégico, a atenção do governo americano, que estabeleceu na região uma base aérea. A instalação da Força Aérea americana em Natal, que ficou conhecida como “Trampolim da Vitória”, serviu de apoio às manobras da aviação das forças aliadas durante a Segunda Grande Guerra. O clima é tropical, e a maior parte do relevo do estado se mantém numa altitude inferior a trezentos metros. Na economia, destaca-se a produção de petróleo, que é a principal atividade econômica do estado.

A história potiguar começou com o fracasso da capitania hereditária do Rio Grande, que foi seguido pela dominação pelos franceses. Em 1598, os franceses foram derrotados pelos portugueses, que construíram o Forte dos Reis Magos visando proteger a região contra outras invasões. Em 1634, entretanto, a fortaleza foi conquistada pelos holandeses, que permaneceram no estado durante vinte anos. Recuperado pelos portugueses, o Rio Grande do Norte passou ao controle da capitania de Pernambuco, tornando-se província com a independência do país e do estado com a proclamação da República.

As referências do índio, do português, do holandês e do negro formam as bases étnicas de um estado que apresenta uma grande diversidade cultural, o que inclui vaquejadas, procissões religiosas, danças típicas e a manifestação popular conhecida como bumba meu boi.

O Governo do Estado, em parceria com a Fundação José Augusto, responde pela política cultural do Rio Grande do Norte em seus diferentes campos. A instituição tem sob sua guarda a Fortaleza dos Reis Magos, o Memorial Câmara Cascudo, a Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte, o Museu de Arte Sacra e o Museu de Arte Popular. Além disso, a Fundação, em parceria com o Governo do Estado e com o Programa Monumenta (para relembrar os detalhes do Programa Monumenta, volte à Aula 6), inventariou o patrimônio cultural do Rio Grande do Norte. Chamado de Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos, o projeto relacionou aproximadamente quatro mil bens, divididos em seis categorizações: arquitetônico, museológico, arte sacra, bens móveis e integrados, artes visuais e patrimônio imaterial.



Esses dados estão disponibilizados no site www.fja.rn.gov.br, da Fundação José Augusto, em que se tem um panorama da cultura potiguar.



Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi um historiador e estudioso da cultura brasileira. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Câmara Cascudo reúne diversas obras sobre o folclore do país, entre elas o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1952).

Bens do Rio Grande do Norte como patrimônio nacional

O estado do Rio Grande do Norte possui 12 bens listados no Arquivo Noronha Santos do IPHAN, todos no Livro Histórico. Entre eles, está o Marco Quinhentista da cidade de Touros, que foi colocado pela expedição de Gaspar Lemos em 1501. O primeiro a marcar a posse de Portugal sobre as terras brasileiras, o Marco Quinhentista de Touros é considerado por alguns historiadores como o testemunho material mais antigo do nascimento do país. Posteriormente, os habitantes conferiram ao marco poderes milagrosos, levando sua superfície a ser raspada para servir como relíquia curativa, o que motivou sua substituição por uma réplica e a transferência do original para o Museu de Sobradinho. Com 132cm de altura, essa coluna quadrangular feita em pedralho – tipo de mármore português encontrado nos arredores de Lisboa – possui gravado o escudo de armas do rei de Portugal, encimado pela cruz da **Ordem de Cristo**.

A Fortaleza da Barra do Rio Grande, conhecida como Forte dos Reis Magos ou Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, é outro importante bem tombado como patrimônio nacional.



A **Ordem de Cristo**

era uma ordem militar que foi fundada em 1318 em Portugal, sendo a herdeira dos Cavaleiros Templários, perseguidos pelo papa Clemente e extintos em 1312. Alguns historiadores afirmam que a Ordem de Cristo era, na realidade, a Ordem dos Templários disfarçada sob outro nome e instalada no Convento de Cristo construído na cidade de Tomar, Portugal.

A cruz vermelha da Ordem de Cristo acabou por se tornar o próprio emblema de Portugal, sendo estampado nas velas das naus portuguesas durante todo o período das Grandes Descobertas.

Fonte: http://www.geocities.com/alex221166/ordem_de_cristo.gif



Figura 11.10: Forte dos Reis Magos, em Natal, Rio Grande do Norte.

Fonte da imagem: http://www.setur.rn.gov.br/english/dest_natal.html

O engenheiro-mor para as terras do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita, responsável pelas fortificações construídas na costa brasileira entre 1603-1634, concluiu a construção em forma de polígono estelar de cinco pontas em 1628. O acesso ao forte – que se localiza na foz do rio Potengi, junto à arrebentação da praia do Meio, conhecida como praia do Forte – é feito por meio de um passadiço que avança sobre a areia. O Forte dos

Reis Magos representa o marco inicial da cidade de Natal, sendo considerado seu mais importante monumento histórico.

Patrimônio da Humanidade do Rio Grande do Norte

A Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas é formada por duas ilhas – ilha do Farol e ilha do Cemitério –, localizando-se a 260 quilômetros da cidade de Natal e a 145 quilômetros do arquipélago de Fernando de Noronha, que pertence a Pernambuco. Descoberto em 1503 pelo navegador português Gonçalo Coelho, o Atol das Rocas possui águas ricas, que servem de habitat para tubarões, tartarugas, pássaros e mamíferos marinhos. A baía dos Golfinhos foi identificada pela Unesco como o local que possui a maior concentração de golfinhos do mundo. Suas paisagens submarinas são reconhecidas como excepcionais por mergulhadores do mundo todo.

Patrimônio Natural Potiguar

A Estação Ecológica do Seridó é uma Unidade de Proteção Integral, localizada a 280 quilômetros de Natal, no município de Serra Negra do Norte, a sudoeste do estado do Rio Grande do Norte. O objetivo dessa área de proteção é preservar a caatinga e os ecossistemas costeiros, que contam com mamíferos como rapo-

sas, gato-maracajá, tatus, cotias, preás e 57 espécies diferentes de aves. Mesmo estando a Unidade de Proteção delimitada, a caça ilegal e a invasão de gado de fazendas vizinhas são problemas que ameaçam o ecossistema local.

Dentro do perímetro urbano de Natal, o Parque das Dunas, com uma área de 1.172 hectares, além de se constituir num local para o lazer – contando com infraestrutura como sanitários, lanchonete e parque infantil –, possui grande importância para a preservação de espécies originais da região. O parque permite conhecer de perto as formações geológicas das dunas e obter informações sobre a diversidade de plantas e animais que habitam a área. O Parque das Dunas é uma Unidade de Conservação do Idema (Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte) e tem como objetivo a preservação dos ecossistemas da região.

Patrimônio Imaterial Potiguar

A grande diversidade cultural do Rio Grande do Norte reflete-se nas manifestações populares, com destaque para as vaquejadas e as danças típicas, como o forró e o bumba meu boi. Segundo o antropólogo Luís da Câmara Cascudo, que se dedicou ao estudo das manifestações folclóricas brasileiras, o termo “forró” deriva de um encurtamento da expressão forrobodó, que significa arrasta-pé e confusão. Diversos ritmos musicais fazem parte do forró, como o baião, o xaxado e o xote, cujos músicos reúnem-se, geralmente, sob a forma de trios, compostos por um sanfoneiro, um tocador de zabumba e um de triângulo. Os corde-listas e repentistas, por sua vez, cantam a história dos habitantes e dos acontecimentos importantes da região.

O artesanato do estado também mostra a influência das etnias colonizadoras, como as delicadas peças de renda de bilro ou tecidos bordados à mão. As garrafas cheias com areias coloridas originárias formando desenhos de paisagens e os trabalhos em pedras semipreciosas fazem do artesanato potiguar um dos mais ricos do Nordeste.

As festas religiosas mesclam um profundo sentido religioso a uma grande alegria popular, como ocorre em 6 de janeiro, com o dia dos Santos Reis, e em 2 de fevereiro, com a procissão de barcos que homenageia Nossa Senhora dos Navegantes. As festas juninas, que homenageiam Santo Antônio, São João e São Pedro, respectivamente nos dias 13, 24 e 29 de junho, ocorrem nos meses de junho e julho com arraiais, comidas típicas e danças de quadrilhas. Depois do carnaval, essas comemorações, inicialmente, de cunho religioso, e que foram introduzidas pelos colonizadores portugueses, transformaram-se nas manifestações mais populares da região Nordeste, conseguindo expressar bem a união da fé ao espírito festeiro do povo nordestino.



As festas juninas são celebrações que, historicamente, relacionam-se ao solstício de verão, período que marca a mudança da estação, quando, desde a Antiguidade, rituais de fertilidade eram realizados visando garantir uma colheita farta. Essas comemorações pagãs foram absorvidas pelo calendário religioso cristão durante o período medieval. As fogueiras que fazem parte dessas comemorações representam uma permanência dos “fogos de fertilização” do solstício de verão no hemisfério norte, acesos em honra aos deuses pagãos e como forma de purificação da terra.

Conclusão

Os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte contam com um grande e diversificado patrimônio cultural. Os conjuntos arquitetônicos de seus centros históricos guardam a memória do processo de colonização e miscigenação, com construções de grande valor histórico que começam a ser recuperadas. Esses estados mantêm com a região Nordeste um espírito comum, fruto da miscigenação étnica entre índios, europeus e negros, ainda que cada um deles apre-

sente influências e características particulares. No Maranhão, a grande influência africana se reflete em danças típicas como o tambor de crioula; no Piauí, destacam-se os parques nacionais, especialmente o sítio arqueológico da serra da Capivara, onde foram encontrados os vestígios humanos mais antigos das Américas, com artefatos pré-históricos datados de mais de nove mil anos; o Ceará, com um rico artesanato, desenvolvido a partir das culturas indígena, com trabalhos de cestaria, e portuguesa, com finas rendas e bordados; e o Rio Grande do Norte, cujo patrimônio natural conta com a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas, que foi reconhecida pela Unesco como local da maior concentração de golfinhos do mundo.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Quando olhei a terra ardendo
Qual a fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação.

Quando o verde dos teus óio
Se espanhar na prantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu vortarei, viu
Meu coração (...).

A primeira e a última estrofes de “Asa Branca”, talvez a música mais famosa da cultura nordestina, de autoria de Luís Gonzaga, são um exemplo da religiosidade e do sentimento de ligação à terra do povo nordestino. A região Nordeste é extremamente rica culturalmente, o que pode ser creditado às influências cruzadas europeias, indígenas e africanas, que se estabeleceram desde o início da colonização.

Destaque uma tradicional comemoração europeia que se transformou nas festas mais importantes da região Nordeste, motivando manifestações artísticas como as composições de Luís Gonzaga.

Resposta Comentada

Entre as festas religiosas, talvez as que mais representem a união da alegria e religiosidade do povo do Nordeste são as comemorações dos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro, que ocorrem no mês de junho. As festas juninas possuem mais força e expressão na região Nordeste do que em qualquer outra do país, assumindo um papel de grande relevância cultural. A identidade nordestina vê-se refletida nos arraiais, nas comidas típicas e nas quadrilhas, sendo que essas festividades vêm crescendo cada vez mais em importância como patrimônio imaterial nordestino.

Resumo

Com uma história marcada pela seca de seu sertão e pela grande desigualdade de renda de seus habitantes – que historicamente fugiam para o sul em busca de melhores condições de vida –, o Nordeste do Brasil vem mudando sua imagem a partir do desenvolvimento de seu potencial turístico, que vai muito além das belas praias de seu vasto litoral. A riqueza cultural resultante da mescla de influências dos colonizadores europeus, indígenas e africanos gerou manifestações culturais diversificadas que se tornaram marcas identitárias da região. Além de um imenso patrimônio natural – que conta com diversos parques nacionais, sítios arqueológicos e um litoral de praias e paisagens deslumbrantes –, os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte comungam um extenso patrimônio material, com destaque para as fortificações que protegiam o litoral e os casarios centenários de seus centros históricos, como a cidade de São Luís do Maranhão, reconhecida pela Unesco em 1997 como Patrimônio da Humanidade. Ao lado de tudo isso, temos o imenso patrimônio imaterial que envolve artesanato – com destaque para os trabalhos de cestaria de fibras vegetais, de couro, têxteis, rendas e bordados –, as danças típicas e as alegres comemorações religiosas, em especial as que homenageiam Santo Antônio, São João e São Pedro, conhecidas como festas juninas.

12

O Patrimônio Cultural Brasileiro da região Nordeste / 2ª parte: Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe

Helena Cunha de Uzeda

Meta da aula

Apresentar o patrimônio cultural dos estados de Alagoas, da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe, analisando suas principais características e destacando alguns exemplos dos patrimônios natural, material e imaterial desses estados.

Objetivos

- 1 identificar alguns dos principais patrimônios culturais – material, imaterial e natural – da região;
- 2 analisar o processo, nem sempre homogêneo, de valorização e preservação das cidades históricas nordestinas;
- 3 analisar o processo de desenvolvimento do patrimônio imaterial na região, sua importância e seu caráter específico.

Pré-requisitos

Os conteúdos das Aulas 3 (Cidades Históricas Brasileiras), 4 (Patrimônio Cultural Imaterial) e 5 (Patrimônio Natural) fundamentam o conteúdo desta aula.

Introdução

Nesta aula, vamos continuar a tratar da região Nordeste, focalizando agora os estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba. Habitado por povos indígenas desde a pré-história, a região Nordeste recebeu os primeiros navegadores portugueses no século XVI. No litoral da região, teve início a primeira exploração comercial do país com a exploração da árvore que ficou conhecida como pau-brasil, em decorrência do corante vermelho que dela era extraído e que tinha grande valor comercial nos países da Europa. Alguns países, como a França, por exemplo, que não reconheciam o domínio português sobre o comércio desse produto, realizou diversas investidas no litoral nordestino, buscando lucrar também com os produtos da nova terra. Depois do pau-brasil, a cana-de-açúcar iria tornar-se a base da economia nordestina, utilizando mão de obra forçada de povos indígenas que foi logo substituída pelos negros africanos, traficados para o Brasil, dando origem ao arranjo étnico que iria compor as bases de nossa cultura.

Atualmente, a grande riqueza da região não é mais de origem vegetal. No lugar do pau-brasil e do açúcar, a extração mineral se destaca, tendo à frente o petróleo e seus subprodutos e, também, o sal marinho – 95% do sal consumido no país provêm do litoral nordestino. Entretanto, é o imenso patrimônio cultural da região, reunindo referências materiais e intangíveis dos que aqui viviam e dos que chegaram, a partir do século XVI, que dá forma e espírito à cultura nordestina.

O patrimônio cultural da Bahia

Estado da Bahia (BA)

Capital: Salvador

Região: Nordeste

Municípios: 417

Gentílico: baiano

Área: 567.692,669 km²

População: 14.080.654 habitantes



O estado da Bahia possui fronteiras com oito estados brasileiros: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Tocantins e Sergipe. Foi no litoral do estado da Bahia, na cidade de Porto Seguro mais especificamente, que a armada de Pedro Álvares Cabral, com dez naus, três caravelas e cerca de mil e quinhentos tripulantes, aportou em 1500, dando início à colonização do Brasil. Os portugueses batizaram a terra de Ilha de Vera Cruz, depois, Terra de Santa Cruz e, finalmente, Brasil.



O nome Brasil sempre esteve vinculado ao primeiro produto a ser comercializado na nova terra, o pau-brasil. Entretanto, há referências a uma ilha lendária de nome Berzil, ou Brasil, que aparece assinada no oceano Atlântico em cartas náuticas desde o século XIV, como no mapa catalão de 1375. Essa ilha, que talvez nunca tenha existido, fazia parte da mitologia celta e alimentava a ideia da existência de um local paradisíaco. A palavra é documentada em diversos tratados comerciais a partir do século XII como “caixa de Bresil” ou “cargua de brazil”, referindo-se a um tipo de madeira.

A região foi sendo colonizada e, da capital do estado, Salvador, partiram expedições em direção ao interior seguindo os cursos de rios, como o rio São Francisco, expandindo o território em direção ao norte e, depois, ao sul, atravessando o estado de Minas Gerais. O grande comércio de produtos muito valorizados no século XVII, como o pau-brasil e o açúcar, atraiu corsários da Europa, especialmente da Inglaterra e dos Países Baixos, que atacaram o litoral baiano com a intenção de lucrar com o comércio das riquezas coloniais do Império português.

Além de servir à atividade pesqueira, os rios que a ela pertencem servem como vias de navegação e comunicação entre as localidades ribeirinhas. O aproveitamento elétrico do rio São Francisco é feito pelas hidrelétricas de Três Marias, de Paulo Afonso, do Xingó e de Sobradinho, esta última com capacidade de armazenar cerca de 35 bilhões de metros cúbicos num lago artificial que é considerado o segundo maior do mundo.

O rio São Francisco, chamado pelos índios de Opará, nasce em Minas Gerais, na serra da Canastra, a cerca de 1.200 metros de altitude, atravessa o estado da Bahia e desemboca no oceano Atlântico, separando os estados de Alagoas e Sergipe. Com aproximadamente 2.800 km de extensão e 168 afluentes, o “Velho Chico”, como é conhecido, é fundamental para o desenvolvimento econômico da região. O Governo Federal tenta, atualmente, levar avante o antigo projeto de integração entre o rio São Francisco e as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. A gigantesca obra de transposição do rio São Francisco consiste na construção de dois canais com 700 quilômetros de extensão para irrigar o semiárido nordestino.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bacia_sao_francisco.jpg



A Bahia, nesse período, dividia-se em duas grandes regiões que eram dominadas por protegidos da Coroa portuguesa, que cedia poderes semelhantes aos desfrutados pelos senhores feudais na Europa medieval. Entre eles, estava Garcia d'Ávila, filho do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, e que ocultava esse parentesco ilustre para driblar a legislação portuguesa, que proibia doações de sesmarias a parentes de governadores e capitães-gerais. As terras de Garcia d'Ávila, que abrangiam 800 mil quilômetros quadrados – o que corresponderia a quase 10% do território do Brasil atual – estendiam-se do estado da Bahia ao do Maranhão, fazendo de Garcia d'Ávila o homem mais poderoso da Bahia. Em seus domínios, foi erguida, em meados do século XVI, a Casa da Torre, composta por um castelo e sua torre, por um forte militar e outras construções anexas. Foi tombada como monumento nacional pelo Iphan em 1938 como primeira grande arquitetura erguida pelos portugueses no Brasil, que marca o início da consolidação da colônia como território português.



Figura 12.1: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila é um conjunto arquitetônico, construído ainda segundo técnicas medievais, que foi tombado juntamente com seu entorno em 1938.

Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/vida_sertao.html#imagem4-05-amp.html



Para conhecer mais detalhes sobre a Casa da Torre, entre na página <http://www.casadatorre.org.br/>. Lá você conhecerá um pouco da dinastia desses pioneiros e da história do português Diogo Álvares, o Caramuru, que naufragou no litoral da Bahia, enfrentou os índios tupinambás e acabou casando-se, em 1527, com a filha do cacique, a índia Paraguaçu, batizada na França como Catarina Álvares Caramuru, princesa índia do Brasil. Diogo e Catarina são considerados a primeira família brasileira constituída legalmente e documentada, a mais antiga raiz genealógica do país, cuja descendência mistura-se à de Garcia d'Ávila. Ver, ainda, o filme brasileiro, dirigido por Guel Arraes e estrelado por Selton Melo e Deborah Secco, *Caramuru: a invenção do Brasil*, de 2001.

Centro Histórico de Salvador: Patrimônio da Humanidade

Fruto das políticas de recuperação dos centros urbanos no Brasil, que ganharam força a partir da década de 1990, o Centro Histórico de Salvador, capital da Bahia e primeira capital do Brasil, de 1549 a 1763, foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1985. A justificativa de sua inscrição na Lista de Patrimônio Mundial levou em conta seu papel como palco que testemunhou as primeiras miscigenações culturais entre europeus, indígenas e africanos, estabelecendo as bases étnicas do país. Palco do primeiro mercado de escravos do novo Mundo, trazidos à força para a América a partir de 1558 para trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar, o Centro antigo da cidade conseguiu preservar muitos dos prédios que ainda mantinham certo espírito *renascentista*.

Renascentista é

relativo ao Renascimento ou à Renascença, como é chamado o período da história europeia – que vai aproximadamente do final do século XIII até meados do XVII –, marcado pela revalorização das referências culturais da antiguidade clássica e do ideal humanista, que influenciaram as artes e a arquitetura. A arquitetura dessa época, que assinala o final da Idade Média e o começo da Era Moderna, caracterizou-se por um retorno aos ideais clássicos e pela estrita obediência às normas e ao ordenamento das construções da antiguidade.



Figura 12.2: Vista do bairro do Pelourinho, na Cidade Alta, no Centro Histórico de Salvador, tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Salvador-CCBY10.jpg>

Os soteropolitanos, como são chamados os que nascem em Salvador – esse gentílico é uma versão da expressão “cidade do Salvador” para a língua grega: Soterópolis –, orgulham-se de seu centro histórico, com as diversas ladeiras do Pelourinho e suas inúmeras igrejas. O nome do bairro do Pelourinho deriva das colunas de pedra

que ocupavam lugares públicos das cidades portuguesas, geralmente em frente à Câmara da cidade, nas quais criminosos eram expostos e torturados. O arranjo urbanístico dividindo a “cidade alta” e a “cidade baixa” é típico das ocupações portuguesas, tendo sido repetido em Salvador o que havia em Lisboa. Tanto aqui quanto na capital portuguesa elevadores passaram a ligar os dois planos das cidades no início do século XX – o Elevador de Santa Justa (1902), que liga a Baixa de Lisboa à parte alta da cidade; e, em Salvador, o Elevador Lacerda, construído em 1896 pelo engenheiro Augusto Lacerda, reformado, depois, na década de 1930, e que se tornou cartão-postal da cidade. Do alto do elevador, avistam-se o porto na baía de Todos-os-Santos, com seus incontáveis saveiros, e o Mercado Modelo, que ocupa o antigo prédio em estilo neoclássico de 1861, anteriormente ocupado pela Alfândega de Salvador, tombado pelo IPHAN em 1966. Ponto de encontro na cidade e local de música, comidas e produtos típicos regionais, o Mercado Modelo é um importante ponto turístico de Salvador e referência artística e cultural da Bahia.



Figura 12.3: Vista da cidade de Salvador a partir da baía de Todos-os-Santos. Ao centro, o Elevador Lacerda.

Fonte: <http://www.bahiatursa.ba.gov.br/ftp/pub1/mila/Contorno%20-%20Comercio/009%20%20Ba%C3%ADa%20de%20Todos%20os%20Santos%20-%20Salvador%20BA%20-%20%20Ba%C3%ADa%20Marina%20Contorno%20-%20Foto%20Jotafreitas.jpg>

Os anos de 1980 assistiriam ao processo de degradação urbana e social, que só seria interrompido a partir de 1992, quando o governo baiano deu início a um grande projeto de revitalização, renovando a infraestrutura e adaptando os prédios centenários do Centro Histórico para que fossem integrados ao roteiro turístico da cidade.

As muitas igrejas baianas

365 igrejas, a Bahia tem
Numa eu me batizei
Na segunda eu me crismei
Na terceira eu vou casar com uma mulher que eu quero bem
(Dorival Caymmi – “365 Igrejas”)

Os versos do compositor baiano Dorival Caymmi reproduzem a crença difundida de que a Bahia tem uma igreja para cada dia do ano. A verdade é que algumas das igrejas baianas estão entre as mais belas do Brasil, em especial as da antiga capital do país, Salvador, cujo destaque fica para a Igreja de São Francisco.



Adjacente ao Convento de São Francisco, a arquitetura barroca da igreja possui interior totalmente recoberto por uma elaborada decoração em entalhes de madeira folheados a ouro, que a faz um dos templos mais ricos do Brasil.

Figura 12.4: Interior da Igreja de São Francisco, em Salvador, do século XVIII.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:StFranciscoChurch1-CCBY.jpg>

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) lançou uma Cartilha de Salvaguarda de Bens Culturais do Estado que informa sobre o patrimônio material baiano: imóvel, como arquitetura e monumentos; móvel, como imagens sacras, prataria e obras de arte; e também registros para salvaguarda de bens imateriais, dentre essas diversas manifestações típicas culturais.



O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia disponibiliza em sua página eletrônica todos os bens tombados no Estado.

<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/preservacao/mapaTerritorio/popupMapa.php>

Patrimônio natural da Bahia

O estado possui um bem natural reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade em 1999. As reservas da Mata Atlântica da costa do Descobrimento reúnem os Parques Nacionais do Descobrimento, do monte Pascoal (elevação de 586 metros de altura, que fica na Bahia, e que teria sido a primeira porção de terra avistada pelos descobridores) e o Parque do Pau-Brasil. Essas reservas formam um corredor ecológico localizado em território da Bahia e do estado do Espírito Santo, consistindo em 112 mil hectares de Floresta Atlântica associadas a restingas. Consideradas pela Unesco como as mais ricas do mundo em termos de biodiversidade, as reservas da Costa do Descobrimento revelam padrões de evolução do sistema, que possui grande importância do ponto de vista científico, servindo como parâmetro para iniciativas de conservação.

O estado da Bahia conta, atualmente, com 37 unidades de conservação, reunindo 3.343.462 hectares de área protegida, o que equivale a quase 6% do território baiano. Destaca-se o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), criado em 1997. Localizado nos municípios de Itacaré, Ilhéus e Uruçuca, o Parque possui grande capacidade para conservação da biodiversidade, abrigando uma enorme diversidade biológica que chega a apresentar cerca de 458 diferentes



Figura 12.5: O Parque Nacional do Descobrimento ainda abriga paisagens intocadas que foram palco da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral em 1500.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/92/Mata_do_descobrimento.jpg/250px-Mata_do_descobrimento.jpg

espécies de árvores por hectare, o que configura, segundo a SEMA (Secretaria de Meio Ambiente da Bahia), um dos mais altos índices do mundo. Atualmente, o Estado possui quatro parques estaduais, 28 Áreas de Proteção Ambiental (APA) e 37 de Unidades de Conservação (UC).

Patrimônio imaterial do estado da Bahia

A Bahia apresenta a maior concentração de afro-brasileiros, chegando a quase 80% da população. Os africanos trazidos como escravos pertenciam a diversas nações da África subsaariana, sendo que foram levados para a Bahia, de modo preponderante, indivíduos de Daomé, da Nigéria e da Costa da Mina. Alguns deles eram de religião islâmica e alfabetizados na língua árabe e com uma cultura material desenvolvida, o que incluía ricos trabalhos em prata e ouro. A penca de balangandãs é um exemplo de peça de origem africana feita em prata que se tornou um símbolo da cultura baiana. De caráter religioso, os balangandãs reúnem símbolos místicos, ligados às religiões africanas, que pendem de um suporte e que eram usados por escravas, presos à cintura por uma corrente de prata.

As festas religiosas baianas unem a fé católica às devoções de influência africana num sincretismo que chega a tornar difícil a separação da espiritualidade católica da espiritualidade africana. Exemplo disso é a Lavagem do Bonfim, igreja criada em função de uma promessa feita durante uma tempestade por um capitão português, em meados do século XVIII, e que hoje transformou-se numa grande manifestação cultural do estado, atraindo uma multidão de devotos. A lavagem das escadarias do templo com água de cheiro, vertida pelas baianas trajadas de branco, é uma preparação para receber a imagem do Nosso Senhor do Bonfim, trasladada em procissão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira da Bahia. Nesse ritual, católicos e adeptos do candomblé e da umbanda, entoando cantos de origem africana, se unem pedindo proteção a Nosso Senhor Jesus Cristo, que corresponde a Oxalá nos cultos afro-brasileiros.

A riqueza dos bens de natureza intangível da Bahia é imensa, já constando da lista de registro do Iphan como patrimônio imaterial dois bens culturais:

1. “Samba de Roda do Recôncavo Baiano”, inscrito no *Livro de Registro das Formas de Expressão* em 2004 e que exerceu influência no samba carioca, sendo considerado referência no panorama do samba nacional.
2. “Ofício das Baianas de Acarajé”, inscrito no *Livro dos Saberes* em 2005, salvaguarda um item tradicional da culinária da Bahia, vendido nas ruas de Salvador, em tabuleiros, pelas famosas baianas. O acarajé é vendido nas ruas da cidade desde o período colonial por **escravas de ganho** ou libertas, servindo como modo de sobrevivência de algumas após a abolição da escravatura.



Figura 12.6: Uma baiana vendendo acarajé, receita que era uma oferenda a Iansã e que se tornou um dos símbolos da rica culinária baiana.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/29/Baiana-acaraj%C3%A9-Salvador.jpg/800px-Baiana-acaraj%C3%A9-Salvador.jpg>

Eram chamados **“escravos de ganho”** os escravos que se dedicavam a serviços remunerados fora da casa de seus senhores, entregando a eles uma parte do ganho que recebiam. Não raramente, os escravos de ganho conseguiam reunir recursos que usavam para comprar a própria liberdade, pagando o preço de sua alforria ao seu senhor. Esse costume foi muito comum durante o Império, cujas autoridades concediam licença aos senhores para tal. Entre as atividades que concentravam a maior parte dos escravos de ganho estavam as de carregadores, de doceiras, vendedores de objetos e gêneros alimentícios – como os vendedores de galinhas no desenho feito por Debret, a seguir – e realizadores de pequenos consertos, embora haja registros de escravos que exerciam a prostituição dividindo o que ganhavam com seus senhores.



Fonte: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/negros_vendedores_de_aves>. zvxkj



Figura 12.7: Escravo tocando berimbau, gravura do pintor francês Jean-Baptiste Debret da publicação *Voyage Pittoresque et Historique au Brasil*. Paris: Didot Firmin et Freres, 1824.

Fonte: http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagens/pranchas_de_debret/tomo_segundo/negociante_de_tabaco_em_sua_loja_negro_trovador_vendedoras_de_pao_de_lo

Encontra-se em processo a iniciativa de registro da capoeira como patrimônio imaterial do Brasil. Uma parceria entre as Universidades Federais de Salvador, do Recife e do Rio de Janeiro – cidades que são tidas como locais de origem dessa manifestação –, com a supervisão do Iphan, dedica-se à realização de um inventário do desenvolvimento da prática da capoeira. Uma expressão cultural afro-brasileira, a capoeira une dança, luta, com gestos acrobáticos, e música, utilizando tambores e um instrumento típico afro-brasileiro: o berimbau.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. A Bahia possui bens materiais, imateriais e naturais de grande expressão cultural. Para se divertir um pouco e fixar mais o conteúdo da aula, encontre no enigma a seguir o nome de sete dos principais patrimônios culturais baianos.



Resposta*Casa da Torre**Pelourinho**Elevador Lacerda**Mercado Modelo**Serra do Conduru**Samba de roda**Lavagem do Bonfim***O patrimônio cultural de Sergipe****Estado de Sergipe (SE)**

Capital: Aracaju

Região: Nordeste

Municípios: 75

Gentílico: sergipano

Área: 21.910,348 km²

População: 1.999.374

habitantes



Sergipe faz limites com os estados de Alagoas e da Bahia, sendo banhado pelo oceano Atlântico. A região, que pertencia ao estado da Bahia, fazia parte das antigas terras de Garcia d'Ávila, que contou com o auxílio dos padres jesuítas que catequizaram os índios e deram início à colonização do território, ajudando a ocupar os espaços e afastar os invasores franceses. Os holandeses conseguiram invadir a região que, somente após a recuperação do território por Portugal, conseguiu recuperar sua economia que chegou a ser responsável, em 1723, por um terço da produção de açúcar do país. O território passou a se constituir como um estado da Federação após a Proclamação da República.

Ainda que o patrimônio sergipano não seja tão conhecido quanto os da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, Sergipe guarda bens que revelam a identidade da região, como a cidade histórica de São Cristóvão. Fundado em 1590, o arraial de São Cristóvão foi a primeira capital de Sergipe, sendo a quarta cidade mais antiga do Brasil. Em 1820, um decreto de D. João VI emancipou a região do estado da Bahia, fazendo de Sergipe uma Província do Império do Brasil e de São Cristóvão, sua capital. O centro histórico de São Cristóvão é tombado pelo Iphan desde 1939, seguindo o padrão urbanístico português, que contrapunha a Cidade Alta, com o poder civil e religioso, e a Cidade Baixa, que se estruturava em torno do porto.

Centro Histórico Sergipano é candidato a Patrimônio da Humanidade

O conjunto da Igreja e Convento de São Francisco, na Praça de São Francisco, de 1693, se destaca no centro histórico. Ali funciona, atualmente, o Museu de Arte Sacra, um dos mais importantes do Brasil.

A praça São Francisco, em São Cristóvão, é candidata a ser reconhecida como o mais novo Patrimônio da Humanidade, tendo sido visitada no ano de 2007 por técnicos da Unesco que aceitaram sua candidatura.

O município de São Cristóvão possui ainda vestígios dos antigos engenhos e de suas capelas, que representam um grande testemunho cultural do ciclo açucareiro e que precisam ser preservados. Os centros históricos de antigos povoados coloniais representam um testemunho importante dentro do conceito de patrimônio nacional. Mantendo o risco urbanístico e estilo arquitetônico de matriz portuguesa, esses casarios se constituem em referência cultural para a cidade, atraindo a visitação turística e aumentando a autoestima da população local.



Figura 12.8: Vista aérea da Praça de São Francisco, no centro histórico de São Cristóvão, em Sergipe, candidata a patrimônio mundial. Fonte: http://www.cge.se.gov.br/class/spaw/img_popup.php?img_url=/uploads/saofranciscodentro.650.jpg

Patrimônio Natural

Segundo dados do Movimento Popular Ecológico (Mopec), o manguezal é o último ecossistema remanescente da vegetação nativa da Mata Atlântica em Sergipe, atualmente presente em menos de 1% da área do estado. Dos manguezais existentes na década de 1980, restam menos de 50% e da mata atlântica original da costa sergipana destaca-se em importância, no sul do estado, a mata do Crasto, que está em bom estado de preservação.

Lizaldo Vieira, que coordena o Movimento Popular Ecológico de Sergipe, aponta o estado como um que ostenta os piores índices de preservação da Mata Atlântica do Nordeste, lamentando a falta de políticas públicas para impedir a devastação de áreas de floresta para pecuária e agricultura.

Patrimônio imaterial do estado de Sergipe

As manifestações folclóricas do estado são ricas e de influências variadas. Algumas delas remontam ao início da colonização, mantendo vivas até os dias de hoje antigas tradições portuguesas, entre elas a dança de São Gonçalo, típica de Portugal –

que homenageava São Gonçalo do Amarante, um religioso da Ordem Franciscana que evangelizava com auxílio da música que tocava em sua viola – e o Reisado, dança acompanhada por instrumentos como violão, zabumba, triângulo, pandeiro, sanfona e ganzá, que comemora o nascimento de Jesus, e que foi trazido pelos portugueses para Sergipe no período colonial. Entre a véspera do Natal até o dia 6 de janeiro, Dia de Reis, um grupo de Reisado, composto por músicos, dançarinos e cantores, anuncia de porta em porta a chegada de Cristo. Os temas das canções mesclam amor, religião e guerra, encenados por personagens que representam o rei, o mestre, o contramestre e os moleques.



Figura 12.9: Trabalho em renda irlandesa da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (Asderen).

Fonte: <http://www.agencia.se.gov.br/noticiasimagens/thumbs/65e3fefa472522201674959ae440ebf2.jpg>

Outra manifestação cultural importante é o trabalho das rendeiras do município sergipano de Divina Pastora, a 40 quilômetros da capital Aracaju. A produção de renda irlandesa foi reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro pelo Iphan e inscrita no *Livro dos Saberes* em 2008. O município de Divina Pastora surgiu por volta de 1700 e as rendeiras da região são consideradas as principais depositárias do modo de fazer renda irlandesa. Conhecida como “renda de agulha”, esse patrimônio imaterial produzido pelas mulheres de Divina Pastora e de outros municípios de Sergipe, era muito difundido na Europa, tendo sido introduzido no Nordeste brasileiro pelos portugueses ainda no século XVIII, sofrendo adaptações e se tornando um artesanato típico da região.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. As edificações de antigos centros históricos coloniais representam um patrimônio cultural importante por manter a memória urbanística e a arquitetura de origem portuguesa. São conjuntos arquitetônicos que funcionam como referência identitária para a cidade, contribuindo para a visitação turística e melhorando a autoestima da população da região. O que justifica, então, o fato de algumas antigas cidades coloniais da região Nordeste, como a de São Cristóvão, em Sergipe, só agora começarem a obter reconhecimento como patrimônio cultural?

Resposta Comentada

Apesar de as cidades da região Nordeste terem tido um grande desenvolvimento no início da colonização – a reboque da extração de pau-brasil, da produção açucareira e de sua proximidade com a Europa –, elas acabariam sendo obscurecidas no panorama cultural a partir da descoberta do ouro na região das Minas Gerais. A grande valorização da cidade de Ouro Preto como marco representativo da identidade cultural brasileira pelos intelectuais que, a partir da década de 1930, passou a estruturar o pensamento de preservação do Patrimônio no Brasil, não contribuiu para que outras cidades históricas recebessem a mesma atenção. Além da legitimação oficial do SPHAN, na época, o fato de as cidades históricas mineiras ficarem a apenas 400 quilômetros do Rio de Janeiro, capital da República até 1960, contribuiu para o rápido ingresso delas no circuito turístico e no imaginário nacional como a verdadeira representante do período colonial brasileiro. O ciclo do ouro que ajudara a forjar artistas genuinamente

brasileiros, como o escultor Aleijadinho, acabou obscurecendo a relevância de outras cidades históricas, desenvolvidas durante o ciclo açucareiro, mas que tinha estrangeiros como agentes colonizadores, como os holandeses. Aliado a esses fatores, a visão de modernidade cultuada por grande parte dos governantes de alguns municípios do Nordeste – vinculando o desenvolvimento à construção de prédios modernos e colocação de asfalto – resultou no não reconhecimento desses antigos centros urbanos como referência cultural da região e, consequentemente, no pouco interesse dirigido à sua preservação.

O patrimônio cultural de Alagoas

Estado de Alagoas (AL)

Capital: Maceió

Região: Nordeste

Municípios: 102

Gentílico: alagoano

Área: 27.767,661 km²

População: 3.127.557

habitantes



Fazendo limites com os estados de Pernambuco, de Sergipe e da Bahia, Alagoas, como os demais estados nordestinos, teve seu litoral cobiçado por invasores europeus. Em meados do século XVII, enquanto no litoral os holandeses lutavam para dominar o território, no interior do estado os escravos que conseguiam fugir dos engenhos das capitanias da Bahia e de Pernambuco protegiam-se em quilombos. O maior e mais famoso desses foi o quilombo de Palmares, localizado na serra da Barriga, em Alagoas, onde se acredita tenham chegado a viver cerca de vinte mil pessoas. Situada a cem quilômetros de Maceió, a serra da Barriga é atualmente um sítio histórico, tendo sido reconhecida, na década de 1980, pelo Governo Federal como monumento histórico nacional.

Fundado em 1611, o povoado de Vila Madalena de Sumaúna, que protegia o pau-brasil dos piratas e de outros aventureiros, passou a se chamar município de Marechal Deodoro, por ter sido a cidade natal do primeiro presidente da República do Brasil.

Na casa onde Deodoro nasceu hoje funciona um museu dedicado a sua memória.

Ao sul do estado, às margens do rio São Francisco, fica a cidade de Penedo, uma das mais antigas cidades históricas do Brasil, cuja beleza de sua arquitetura colonial a fizeram ser chamada de Ouro Preto do Nordeste e ser tombada como patrimônio histórico.



Figura 12.10: Centro Histórico da cidade de Penedo, em Alagoas, tendo ao fundo o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos.

Fonte: <http://www.diocesedepenedo-al.org.br/img/fotopenedo.jpg>



Na página oficial do estado de Alagoas, podemos encontrar a lista dos bens tombados, assim como as diretrizes da política estadual de Alagoas. <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-plano-estadual-de-cultura/pro-memoria>

Patrimônio Natural

Em Alagoas, assim como em outros estados do Nordeste, estão sendo criadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que consistem em unidades de preservação em áreas privadas. Com elas, o proprietário fica isento de pagar imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) sobre a área protegida e ainda conta com a possibilidade de obter ajuda de entidades privadas e públicas para a proteção e a gestão da unidade.

Patrimônio imaterial do estado de Alagoas

Está sendo realizado um mapeamento de manifestações importantes que possam representar o patrimônio imaterial de Alagoas em nível nacional, entre elas um tipo especial de renda de bico, chamada “singleza”, produzida atualmente por apenas

uma rendeira, já idosa, da região, sendo, portanto, um saber comunitário em risco de extinção.

O patrimônio cultural de Pernambuco

Estado de Pernambuco (PE)

Capital: Recife

Região: Nordeste

Municípios: 185

Gentílico: pernambucano

Área: 98.938 km²

População: 8.734.194 habitantes



O processo de colonização de Pernambuco teve início com a expedição do navegador português Duarte Coelho, que fundou feitorias no litoral, em 1501, fundando anos depois, já como donatário da Capitania de Pernambuco, a Vila de Olinda, dando início à cultura açucareira. Pernambuco passa rapidamente a liderar a produção e exportação de açúcar durante o período colonial, instalando diversos engenhos de beneficiamento, que transformavam a cana em açúcar mascavo, gerando grandes lucros para Portugal, que conseguia, assim, lucrar efetivamente com a nova colônia e expandir o povoamento de seu novo território.



As atividades econômicas no Brasil tiveram início com a exploração do pau-brasil, espécie vegetal encontrada abundantemente no litoral. Essa fase, conhecida como ciclo do pau-brasil, vigorou aproximadamente entre 1500 e 1530. Posteriormente, o cultivo da cana-de-açúcar – planta originária da Ásia Meridional e que se adaptou muito bem ao solo nordestino – iria ocupar o lugar de destaque como produto comercial. Com a valorização crescente na culinária europeia, o açúcar passou a alavancar a economia do Nordeste do Brasil. O Ciclo do Açúcar durou cerca de 150 anos e a cidade do Recife, com sua ajuda, chegou a ser considerada a mais rica e urbanizada das Américas.

A cultura do açúcar conseguiu não somente se tornar a base da economia colonial, como também deu formato à estrutura da sociedade daquele período, transformando os fazendeiros proprietários dos engenhos em senhores poderosos da região. Era o sistema *plantation*, que se caracterizava pelo cultivo de um único produto por grandes fazendas para comércio exterior, usando trabalho escravo. A cultura de açúcar, assim, foi a grande responsável pelo comércio de negros africanos, que eram comprados por traficantes de escravos na África para serem vendidos na colônia portuguesa como mão de obra forçada. Vivendo em condições sub-humanas nas senzalas, que eram alojamentos insalubres, os escravos ainda encontravam energia para entoar seus cantos e suas danças trazidos das regiões de origem. O universo simbólico e as práticas africanas, como únicos remanescentes da vida na terra natal, mantiveram-se fortes, influenciando a cultura portuguesa colonial.

A casa-grande era o centro de decisões do engenho e residência familiar do proprietário, que a partir dali exercia funções de polícia e juiz, submetendo família e agregados, empregados livres e escravizados, à sua vontade. O escritor Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande & senzala* – escrita em 1933 e considerada um dos mais importantes livros da literatura nacional –, analisa esse contexto sociocultural do Nordeste colonial, ajudando-nos a compreender melhor esse período como primórdio de nossa identidade, que deixou vestígios em algumas características políticas e sociais que permanecem na cultura de nossa sociedade.

Os holandeses em Pernambuco

O rentável negócio do açúcar acabou atraindo outras nações que desejavam, também, lucrar com o comércio exterior da colônia portuguesa. Entre elas, estavam os holandeses, que formaram a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, cujas características e cunho empresarial agressivo diferiam da visão estatizante do reinado de Portugal. Os holandeses chegaram a Recife em 1637, estabelecendo um governo sob comando do

militar Maurício de Nassau, que ajudou a desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar, emprestou recursos aos latifundiários para me-



Figura 12.11: *Paisagem de engenho*, pelo pintor holandês Frans Post, artista que veio ao Brasil a serviço de Maurício de Nassau, juntamente com outro pintor holandês, Albert Eckhout. Ambos foram responsáveis pelas primeiras imagens representando os tipos humanos e os cenários brasileiros.

Fonte: <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/07Engenho.jpg>

lhoria de seus engenhos e realizou diversas melhorias na cidade. Humanista, interessado por ciência e pelas artes, Maurício de Nassau, ao permitir liberdade de culto na Nova Holanda – como era chamado o governo holandês no Nordeste –, acabou atraindo para a região judeus portugueses que fugiam da perseguição empreendida pela Inquisição Católica em Portugal. Inúmeros desses judeus tornaram-se senhores de engenhos e comerciantes, fundando, inclusive, a primeira sinagoga das Américas: a sinagoga Tzur Israel, que significa “Rochedo de Israel”.



No período do domínio holandês, Recife tinha cerca de vinte mil habitantes, dos quais cinco mil eram judeus. A sinagoga de Recife, localizada na Rua dos Judeus, tinha como rabino o português Isaac Aboab da Fonseca. Quando os holandeses foram expulsos do Recife em 1654, os judeus sem a proteção de Nassau abandonaram a região, tendo um grupo deles se dirigido para a América do Norte, onde fundaram Nova Amsterdã, que se transformaria depois na cidade de Nova York. A partir de 1999, a Federação Israelita de Pernambuco estimulou a realização de estudos arqueólogos e, no prédio localizado na rua do Bom Jesus nº 197, foi encontrada uma estrutura de forma circular feita de tijolos que era uma espécie de piscina de purificação usada nas sinagogas. Atualmente, a sinagoga Kahal Zur Israel se constitui numa atração turística do Recife, sendo visitada por turistas de todas as partes do mundo.

Centro Histórico de Olinda: Patrimônio da Humanidade

Fundada pelos portugueses ainda no século XVI, a cidade de Olinda tem sua história vinculada ao ciclo do açúcar e às ordens religiosas carmelita, franciscana, beneditina e jesuíta, que se instalaram em conjuntos arquitetônicos no alto das colinas da cidade, tornando-se parte da paisagem e marcos culturais do período colonial. Reconstruída após o saque dos holandeses, o tecido urbano de Olinda data, na realidade, do século XVIII, estando seu casario e suas igrejas barrocas entre os conjuntos mais harmoniosos do período. A partir de 1937, a cidade teria seus principais monumentos tombados, cuja qualidade artística se destacava em meio à exuberante vegetação tropical. Olinda foi declarada Monumento Nacional em 1980 pelo Congresso brasileiro e, em 1982, foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.



Figura 12.12: Vista da Igreja de São Pedro Apóstolo, destruída por um incêndio e reconstruída em 1752.

Fonte: <http://www.cin.ufpe.br/~psse/2007/images/Olinda.jpg>

Entre o rico patrimônio material de Olinda, destaca-se o conjunto do Convento de São Francisco, formado pelo convento, pela Igreja de Nossa Senhora das Neves e pela Capela de São Roque. Construído em 1585, o convento franciscano mais antigo do Brasil foi incendiado pelos holandeses em 1631, sendo reconstruído ainda no século XVII, seguindo a estética barroca vigente em Portugal.

Patrimônio Natural de Pernambuco

Dos 62 parques nacionais espalhados pelo território brasileiro, dois ficam em Pernambuco:

- Parque Nacional da Serra do Catimbau – criado em 2002 e com 62.300 hectares, preserva áreas remanescentes de caatinga, apresentando, também, pinturas rupestres e vestígios de ocupação humana do período pré-histórico.

O Parque do Catimbau é o segundo maior parque arqueológico do Brasil, depois do Parque da Serra da Capivara, no Piauí.

- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – o arquipélago com 21 ilhas, apesar de ficar a leste do Rio Grande do Norte, desde 1988 é um distrito do estado de Pernambuco, quando deixou a condição de território. A ilha



Figura 12.13: Ainda que seja um parque nacional, grande parte de sua vegetação original foi destruída no período em que funcionava um presídio, como forma de facilitar a fiscalização da área. A imagem é a do Dois Irmãos, na baía do Sancho.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fernando_noronha.jpg

mais importante fica a 545 quilômetros de Recife e a 360 quilômetros de Natal, sendo suas ricas águas de fundamental importância, usadas como criadouro de atuns, tubarões, tartarugas e mamíferos marinhos. O Parque de Fernando de Noronha entrou para a Lista do Patrimônio da Humanidade em 2001. Além de ser, também, habitat de pássaros marinhos tropicais, o Parque Nacional de Fernando de Noronha apresenta uma grande concentração de golfinhos, sendo considerado um local privilegiado para observação da espécie.



No arquipélago de Fernando de Noronha, funcionou um presídio criado em 1737 com o objetivo de isolar os prisioneiros. A partir de 1938, o presídio passou a se destinar apenas a presos políticos do Estado Novo, tendo em 1964 recebido um detento ilustre: o governador do estado Miguel Arraes, destituído pelo governo militar e enviado para a prisão de Fernando de Noronha. Eleito novamente governador de Pernambuco em 1987, seria Arraes quem receberia Fernando de Noronha como parte integrante do estado, após a extinção dos territórios federais em 1988.



Confira na página do Ibama a lista e os detalhes de todos os Parques Nacionais (Parna) brasileiros. Repare na ficha dessas unidades de preservação que o número de funcionários destinado a cada uma delas mostra-se insuficiente para que haja uma boa fiscalização.

<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=PARNA>

Patrimônio imaterial de Pernambuco

Pernambuco possui dois bens registrados como patrimônio cultural imaterial:

- Feira de Caruaru – ponto de parada e descanso de boia-deiros, mascates e tropeiros, a antiga Fazenda de Caruaru, do século XVIII, viu surgir um comércio que abastecia esses viajantes, que deu origem à feira de Caruaru. Hoje, a feira representa um lugar de memória e permanência de expressões artísticas, saberes e fazeres tradicionais, que se mantêm presentes no comércio de gado, na comercialização dos produtos de couro e no artesanato. Ali, são vendidos tecidos feitos em tear, figuras de barro que seguem a tradição de Mestre Vitalino, literatura de cordel, ervas e raízes medicinais. Esses saberes e fazeres encontram na dinâmica da feira de Caruaru um instrumento de perpetuação e de reafirmação da identidade local.
- Frevo – forma de expressão popular que mescla música, coreografia e poética, o frevo surgiu no final do século XIX e se consolidou como manifestação típica pernambucana, especialmente das cidades de Recife e Olinda. A música do frevo é fruto da fusão de gêneros musicais comuns no século XIX, como a polca, a mazurca e o dobrado, com influência ainda das bandas de música civis

e militares. O registro do frevo como patrimônio imaterial considerou suas três modalidades: frevo de rua, frevo de bloco e frevo-canção.



A literatura de cordel – espécie de poesia popular – tem sua origem no romanceiro português e espanhol, muito em voga no período medieval e renascentista. Os textos – escritos em forma de poemas rimados, em estrofes de seis, oito ou dez versos e ilustrados com xilogravuras – eram

impressos em folhetos e pendurados em cordas para serem vendidos, o que deu origem ao nome. A expressão europeia foi incorporada pela cultura nordestina e até hoje os cordelistas nordestinos mantêm essa manifestação popular, recitando os versos com o acompanhamento de viola.

Fonte: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/Image/noticias_portal/Comunidade/MON/normal_Cordel_JBorges\(13-02-08\).jpg](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/Image/noticias_portal/Comunidade/MON/normal_Cordel_JBorges(13-02-08).jpg)



O carnaval de Pernambuco é um dos mais concorridos do Brasil, acontecendo na parte antiga de Recife e na Cidade Alta de Olinda. Em Olinda, o destaque são os bonecos gigantes, com mais de três metros de altura, como o Homem da Meia-Noite, que desde 1932 desfila nas ladeiras do centro histórico da cidade. O Governo do Estado concedeu, em 2006, ao Homem da Meia-Noite o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco.

Fonte: <http://www.carnaval.pe.gov.br/images/interna/cidades/olinda.gif>

Outra manifestação popular característica do estado, principalmente da cidade de Recife, é o maracatu, uma festa estimulada pelos portugueses no período colonial que encenava, de forma festiva, a coroação dos reis do Congo africanos, sendo que o registro mais antigo da manifestação data de 1711. Uma nobreza, interpretada pelos escravos, participa de uma cerimônia religiosa na igreja em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, escolhida como padroeira, sendo que, após o culto religioso, os participantes cantavam e dançavam ao som de tambores, festejando os reis coroados. O maracatu se liberou da vinculação religiosa e africana para assumir características carnavalescas, sendo assimilado culturalmente por brancos e mestiços que se vestiam com diferentes personagens: o rei e a rainha liderando o cortejo, acompanhado por pajens, que dão proteção aos soberanos com grandes guarda-sóis. Ao som de tambores, chocalhos e gonguê, o cortejo carnavalesco faz coreografias de forma teatral. Atualmente, há dezenas de grupos de maracatu por todo o Brasil, incluindo, além das dezenas que atuam na região Nordeste, alguns na região Sudeste.

A riqueza cultural da região inclui em seu imaginário a figura do vaqueiro, com suas roupas de couro trabalhadas, produzidas para protegê-lo da vegetação espinhenta dos sertões. A preservação da cultura dos trabalhos em couro, com vistas à salvaguarda desse fazer típico do vaqueiro nordestino, recebeu impulso com a parceria feita com empresas estrangeiras, que divulgaram a experiência desse artesanato nordesti-

no produzindo casacos, bolsas e calçados de, couro, que são vendidos, pelo Brasil, na Europa e nos Estados Unidos da América, com padrões e características típicas da Serrita, em Pernambuco.



Figura 12.14: Imagem de caboclos de lança de um grupo de maracatu rural.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Maracatu_Rural

A Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) pede agora o reconhecimento pelo IPHAN do Maracatu Nação, do Maracatu Rural, do Caboclinhos e do Cavalo Marinho como patrimônios imateriais do país.



Confira detalhes da política cultural de Pernambuco na página da Fundarpe; e a lista dos bens tombados pelo Estado no *link* Preservação Cultural.
http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_patrimonio.php. Não deixe de assistir ao vídeo que mostra algumas manifestações populares, como Cavalo Marinho e Caboclinhos, que se apresentaram no 18º Festival de Inverno de Garanhuns, em julho de 2008.

O patrimônio cultural da Paraíba

Estado da Paraíba (PA)

Capital: João Pessoa

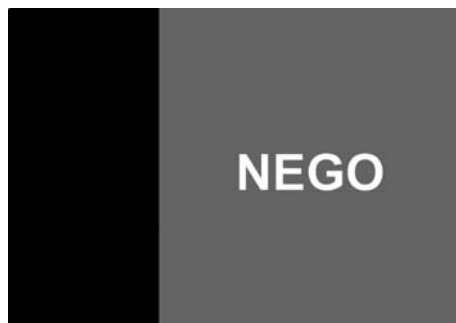
Região: Nordeste

Municípios: 223

Gentílico: paraibano

Área: 56.439,838 km²

População: 3.742.606 habitantes



O estado da Paraíba possui o ponto geográfico mais oriental do país e, também, das Américas, a Ponta Seixas, que fica na praia do Seixas, a 14 quilômetros do centro da cidade de João Pessoa. Conhecida como a “porta do sol”, é o lugar onde o Sol nasce primeiro no Brasil.

Na segunda metade do século XVI, veio de Portugal uma ordem para que os portugueses enfrentassem indígenas e franceses e fundassem uma cidade, protegendo a região. Assim, foi fundada, em 1585, a cidade de Nossa Senhora das Neves,

que também enfrentou a invasão dos holandeses, entre 1634 e 1654, que a batizaram de Frederikstadt, em homenagem a Frederico Henrique, príncipe de Orange.



A bandeira do estado da Paraíba foi criada como um protesto de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, governador da Paraíba, que se negou a apoiar Julio Prestes à presidência da República. Um ano depois, em 1930, João Pessoa foi assassinado por adversários políticos, sendo a bandeira adotada em memória do governador, assim como o nome da capital, trocado de Parahyba – mesmo nome do estado – para João Pessoa. Alguns associam o vermelho da bandeira ao sangue, e o preto, ao luto pela morte de João Pessoa, sendo a palavra “nego”, do verbo negar, referente à recusa do governador a apoiar Luís Carlos Prestes, líder de um grupo de rebeldes gaúchos.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN reconheceu, em dezembro de 2007, o Centro Histórico de João Pessoa como patrimônio nacional. Sua inscrição no *Livro do Tombo*, dedicado aos bens de interesse histórico e arqueológico, etnográfico e paisagístico do Iphan, reconheceu a importância de se preservar cerca de 700 construções, praças e sítios históricos que integram o antigo tecido urbano da cidade, uma das primeiras a serem fundadas no Brasil. Com o tombamento dessa área de cerca de 37 hectares, as autoridades municipais assumiram a responsabilidade de proteger um patrimônio que testemunha o desenvolvimento do espaço urbano de João Pessoa, incluindo uma arquitetura religiosa de grande beleza barroca, como construções civis que formam o conjunto do casario do centro histórico.



Figura 12.15: Vista aérea do conjunto arquitetônico da Igreja de São Francisco e do Convento de Santo Antônio, em João Pessoa. À frente das igrejas franciscanas, é comum encontrar um cruzeiro, uma grande cruz assentada sobre base de pedra.

Fonte: <http://www.de.ufpb.br/~ronei/JoaoPessoa/sfrancisco.htm>

Os religiosos franciscanos que chegaram ao Nordeste foram responsáveis pela introdução de uma vertente inovadora do barroco no Brasil, que ficou conhecido como Escola Franciscana do Nordeste. Desenvolvido especificamente em Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba, entre os séculos XVII e XVIII, esse estilo apresenta fachada escalonada, em degraus, torre sineira recuada, com cúpula bulbosa, dando movimentação estrutural à fachada. Exemplo do estilo é a Igreja de São Francisco, cuja construção começou em torno de 1700 e que ocupa a parte alta de João Pessoa. A grandiosidade e o capricho dos detalhes de acabamento da igreja, que tem seu interior recoberto com talhas de madeira recobertas com ouro, fazem dela um dos principais monumentos barrocos da América Latina.



Figura 12.16: Palácio da Redenção, sede do Poder Executivo da Paraíba e prédio tombado pelo patrimônio estadual.

Fonte: <http://www.de.ufpb.br/~ronei/JoaoPessoa/palacio.jpg>

O prédio conhecido como Palácio da Redenção foi construído no início da colonização pelos padres da Companhia de Jesus, fazendo parte de um conjunto formado por um convento, uma capela e um colégio. Em 1917, a construção foi reformada, assumindo uma estética eclética de influência neoclássica. Tendo sido tombado pelo Governo do Estado em 1980, o Palácio da Redenção serve, atualmente, como sede do Poder Executivo da Paraíba, estan-

do nele guardados os restos mortais de seu antigo governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Outro monumento a destacar no estado é o Forte de Santa Catarina do Cabedelo, conhecido como Fortaleza de Santa Catarina, que se localiza sobre uma elevação, um pequeno cabo (de onde vem o nome da cidade), que protegia o litoral e que guarda a memória do período dos embates travados com os invasores holandeses no Nordeste do país.

Fica na Paraíba, também, um dos monumentos arqueológicos mais importantes do Nordeste: a Pedra do Ingá, localizada no município de Ingá. As inscrições que foram gravadas nesse conjunto de pedras há mais de 6.000 anos continuam a ser estudadas, mas a origem das dezenas de inscrições rupestres – figuras de répteis, pássaros, frutas, seres humanos e constelações de estrelas – ainda permanece um mistério.



Figura 12.17: Pedra com inscrições rupestres não decifradas no município de Ingá, Paraíba.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cabaceiras_apn_abril2006_a_002.jpg

Patrimônio natural do estado da Paraíba

O estado da Paraíba possui muitas belezas naturais, incluindo 140 quilômetros de litoral com belas praias – algumas delas estão entre as mais preservadas do país –, parques estaduais e unidades de conservação, todos eles sob a responsabilidade da Sudema (Superintendência de Administração do Meio Ambiente), da Paraíba. Entre eles, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Arauna. A região apresenta o bioma da caatinga, com cavernas e formações geológicas curiosas, como a Pedra da Caveira, que parece um grande crânio escavado na pedra, e as Unidades de Conservação Estadual da Mata do Xém, localizada no município de Bayeux, decretada unidade de conservação da Paraíba em 2000.

A caatinga, entretanto, está ameaçada pela degradação que vem sofrendo por todos os anos de exploração de seus recursos, sendo que menos de 1% de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação ou parques, o que faz da caatinga o ecossistema menos preservado e que coloca algumas espécies animais e vegetais da região sob risco de extinção.

Patrimônio imaterial do estado da Paraíba

A cultura imaterial paraibana passa, no momento, por um processo de inventário feito a partir de pesquisas realizadas pela seção Paraíba do Iphan, com destaque para manifestações que unem o espírito religioso ao popular, como as dos ciclos natalino e junino. Entre elas está o congo, congada ou congado, manifestação que remonta às tradições trazidas pelos escravos vindos de tribos africanas da região de Angola e do Congo durante o período colonial. Reunindo música e dança, marcadas por percussão de tambores de diferentes tamanhos, indumentária e coreografia específica, a festa de reinado encena a coroação de reis do Congo, mesclando a invocação de deuses africanos com a fé católica.

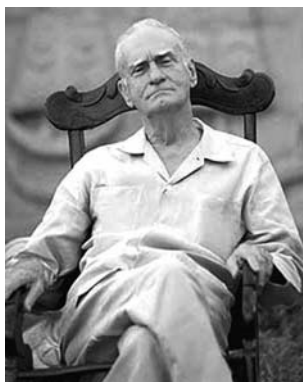
Outra manifestação importante é a Nau Catarineta, uma dança popular teatralizada, que tem sua inspiração nas viagens dos navegantes portugueses e ocorre nas cidades de João Pessoa e de Cabedelo. A história interpreta a viagem de uma embarcação que parte do Recife para Lisboa no período das conquistas marítimas e

que durante o caminho enfrenta combates, mas consegue chegar em segurança ao destino. A Nau Catarineta de Cabedelo se apresenta durante as festividades natalinas e na festa de Santa Catarina, santa padroeira do Forte de Cabedelo. A réplica de uma barca é empurrada por participantes, parte deles executando danças e cantos e utilizando uniformes semelhantes aos da Marinha brasileira. Saindo pelas ruas e praças, a Nau Catarineta utiliza violões, cavaquinho, banjo, surdo, atabaque, ganzá, triângulo, entoando ritmos que variam da marcha, samba, valsa, canção, retendo traços de melodias portuguesas. A manifestação está sendo cotada para ser transformada em patrimônio imaterial paraibano.



Figura 12.18: Nau Catarineta, em Cabedelo.

Fonte: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/emprel/publica/fotos_noticias/lista/15_32713_02.jpg



O paraibano de João Pessoa Ariano Suassuna – formado em Direito, jornalista, crítico teatral e professor da Universidade Federal de Pernambuco – é um dos mais importantes escritores brasileiros, autor de obras famosas, como *Auto da Compadecida* (1955), muito encenada no teatro e que recebeu diversas adaptações para cinema e televisão. Suas obras exploram, com humor e sagacidade, a riqueza das tradições culturais, da religiosidade e dos costumes do Nordeste. Ariano idealizou o Movimento Armorial, que pretende criar uma arte erudita, utilizando referências da cultura popular nordestina, como música, literatura, artes plásticas, dança, teatro etc. Com obras traduzidas para diversas

línguas, Ariano Suassuna assumiu a cadeira nº 32 da Academia Brasileira de Letras e, em 1993, a cadeira nº 18 da Academia Pernambucana de Letras.

Fonte: <http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/imgnot/1014/Ariano-Suassuna-.jpg>

Conclusão

Ao se pensar no ambiente natural do Nordeste, vêm logo à mente o solo árido, a vegetação da caatinga e o rio São Francisco, o “Velho Chico”, que avança pelo sertão. Mas também nos lembramos de um litoral ponteadado por lindas praias e de uma culinária rica em frutos do mar e frutas típicas, como a seriguela, a graviola, o caju. Essa diversidade também se reflete no plano cultural, que é fruto da assimilação das visões de mundo dos colonizadores portugueses e holandeses, acrescida, ainda, por hábitos indígenas e africanos.

A região Nordeste foi a primeira a ser colonizada pelos portugueses no século XVI e o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar fez surgir assentamentos coloniais de grande importância, que atraíram invasores holandeses interessados em usufruir também da riqueza comercial produzida pelos estados nordestinos. Hoje, algumas das antigas cidades que presenciaram essa incrível história representam um testemunho vivo dos primeiros momentos de nossa colonização.

Mesmo sendo uma das primeiras regiões a ser colonizada e a lucrar com o comércio extrativista do pau-brasil e com a plantação de cana-de-açúcar, a região ficaria um tanto obscurecida após a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, que receberia também a família real portuguesa, o que canalizou as atenções para a região Sudeste. Isso talvez tenha contribuído para que os saberes e fazeres da região não tenham passado por grandes modificações, o que geralmente ocorre em centros que possuem grande intercâmbio regional e com o exterior. A união de referências indígenas, europeias e africanas, durante o período colonial e imperial, fez surgir no Nordeste manifestações culturais que mesclam essas três etnias, conseguindo manter certo espírito autêntico com menos alterações e atualizações, mais comuns na região Sudeste.

O sentido de profunda religiosidade do povo nordestino, assim como a mudança do eixo político e econômico para a região Sudeste, com a descoberta do ouro e a transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro, contribuiu para manter a tradição das manifestações populares trazidas da Europa, especialmente de Portugal. Algumas delas continuam a compor o grande mosaico da cultura nordestina, unindo comemorações católicas europeias a festas populares de influência africana. Uma mescla variada de tons, sons e cores revelam-se nas danças, nas músicas, nas festas, nas crenças e em muitas outras manifestações culturais do povo da região.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Só recentemente o patrimônio material e imaterial nordestino passou a receber mais atenção de alguns governos locais. O que faz o patrimônio imaterial do Nordeste tão específico e importante?

Resposta Comentada

Mesmo tendo sido a primeira região a receber os portugueses à época do descobrimento e a estabelecer comércios lucrativos como o extrativismo do pau-brasil, a plantação e o beneficiamento da cana-de-açúcar, a região não conseguiu o mesmo desenvolvimento que a região Sudeste. Talvez por esse motivo os saberes e fazeres da região tenham se preservado de grandes alterações, comuns quando há grande contato com outras referências externas, o que ocorre em consequência de um grande intercâmbio comercial com outras regiões e países. A grande mescla de referências indígenas, europeias e africanas, ocorrida no período inicial da colonização do Nordeste, gerou manifestações culturais que hibridizaram essas três etnias fundadoras e que conseguiram, de certa forma, manter sua autenticidade, sofrendo poucas modificações com o passar do tempo. Assim, a cultura imaterial da região – que inclui uma rica variedade de manifestações e produções, como rendas, cestarias, artesanato em madeira, couro e tecido, procissões religiosas, danças e músicas populares – tem fundamental importância por representar um caráter legitimamente regional.

Resumo

O patrimônio da região Nordeste foi sendo construído a partir de seus primeiros habitantes, ainda no período pré-histórico, conforme desenhos em pedra que nos foram legados, e pelos povos autóctones ali instalados, chamados de índios pelos navegadores portugueses. As referências europeias trazidas pelos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, que para aqui vieram atraídos pela grande riqueza natural, aliadas ao clima favorável e às terras fartas da América, foram sendo adaptadas à realidade local, absorvendo costumes indígenas e africanos. A cidade de Salvador, escolhida como primeira sede do governo-geral do Brasil ainda no

século XVI, e as demais capitais da região abrigam núcleos urbanos históricos, que testemunham o início da ocupação do território brasileiro. Neles, os conventos e as igrejas, em especial as construções da ordem franciscana, desenvolvem um barroco específico no Nordeste, considerado como uma das mais inovadoras da arquitetura religiosa da colônia. A grande religiosidade nordestina não se limitou ao âmbito de conventos e igrejas, extrapolando-se para as ruas e manifestações populares, numa adaptação sincrética de crenças não europeias a costumes tradicionais, gerando um grande número de expressões culturais que se tornaram representativas da identidade nordestina. A região, portanto, abriga uma enorme riqueza cultural, que une patrimônio material, natural e imaterial, mas que ainda dependem de uma conscientização e de um esforço contínuos para que possam ser preservados adequadamente e aproveitados de forma sustentável.

13

O Patrimônio Cultural e Artístico Brasileiro: região Sudeste I: Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais

Helena Cunha de Uzeda

Meta da aula

Destacar o patrimônio cultural dos estados do Espírito Santo, de São Paulo e de Minas Gerais – o Rio de Janeiro será abordado de modo individual na próxima aula –, realçando suas características específicas e alguns de seus patrimônios naturais, materiais e imateriais mais relevantes.

Objetivos

- 1 identificar dois bens que sejam representativos dos períodos de maior desenvolvimento da região;
- 2 apontar a relevância da imigração europeia na formação da cultura da região;
- 3 destacar a importância das cidades coloniais mineiras, Patrimônio da Humanidade, na consolidação da identidade cultural do país.

Pré-requisitos

Os conteúdos das Aulas 2 (Patrimônio Material), 3 (Cidades Históricas Brasileiras), 4 (Patrimônio Cultural Imaterial), 5 (Patrimônio Natural), 8 (Região Sul II – Santa Catarina e Paraná) e Aula 11e 12 (Região Nordeste) são importantes para a compreensão desta aula.

Introdução

A região Sudeste, composta pelos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, coloca-se como um território de transição entre a região Nordeste e a região Sul. Os estados que dela fazem parte dividem algumas semelhanças em relação a clima, vegetação, relevo e características de solo. Nos quatro estados da região podemos encontrar formações montanhosas, como as serras da Mantiqueira, do Mar e do Caparaó, que abriga o Pico da Bandeira – o mais alto da região e o terceiro mais alto do país, com altitude de 2.892 metros –, localizado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O clima da região Sudeste é diversificado, predominando o tropical, caracterizado por temperaturas médias acima de 18 graus, sendo que nas áreas mais elevadas da região ocorre o clima tropical de altitude, que concentra temperaturas médias entre 16°C e 22°C, apresentando as temperaturas mais baixas da região. Já o norte do estado de Minas Gerais fica sob a influência do clima semiárido, mais característico da região Nordeste, que apresenta baixa umidade e pouco volume de chuvas.

A Mata Atlântica predominava na região, mas dela sobraram apenas algumas partes, que não foram destruídas por atividades de olarias, que usavam lenha para o cozimento de telhas e tijolos, agropecuária e, ainda, pela construção e pelo desenvolvimento dos centros urbanos. Nas partes serranas ao sul da região, há trechos de Mata de Araucária, conhecida como *pinheiro-do- Paraná* (ver Aula 8: Região Sul-II), sendo que, ao norte, encontramos catinga, vegetação típica da região Nordeste (ver Aula 11: Região Nordeste II). Na costa da região, aparece um ecossistema costeiro, chamado de mangue ou manguezais, terrenos úmidos que são típicos de climas tropicais e subtropicais.

As bacias hidrográficas do Sudeste, pelas próprias características do relevo da região, onde predominam os planaltos, apresentam quedas-d'água que são aproveitadas por usinas para a produção de energia elétrica. Há ainda a presença de importantes rios

navegáveis, como o São Francisco – que nasce na serra da Canastra a 1.200 metros de altitude, antes de atravessar o estado da Bahia – e o Paraíba do Sul, que abrange São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo o desenvolvimento não sustentável da região provocado grande poluição de suas águas.

Ocupando menos de 10% do território brasileiro, a região destaca-se como a mais rica – nela se localizam três dos estados mais importantes do Brasil: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo –, ainda que o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) seja inferior ao apresentado pela região Sul. Com uma população formada por descendentes de europeus, africanos, indígenas e, principalmente, pela miscigenação dessas etnias, a região Sudeste recebeu grande número de nordestinos, que migraram fugindo do flagelo das secas que ocorriam periodicamente no Nordeste do Brasil.

A economia diversificada da região é responsável por mais da metade da produção do país, com destaque para o café, a cana-de-açúcar, a laranja e os recursos minerais, como ferro, manganês e petróleo, que é explorado em águas profundas no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, estado que é responsável por 80% do petróleo consumido no país. O Sudeste concentra, ainda, indústrias de alta tecnologia, com destaque para as de eletrônica, telecomunicações, informática e aeronáutica, localizadas, em sua maioria, no estado de São Paulo.

A vitalidade cultural da região é diversificada, comportando tanto antigas tradições populares – vinculadas ao calendário religioso e preservadas em zonas distantes da influência direta dos centros urbanos – quanto os processos culturais dinâmicos comuns às grandes cidades.

Vamos, então, nesta aula, conhecer melhor o rico patrimônio material, natural e imaterial de três dos quatro estados pertencentes à região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

O patrimônio cultural do estado do Espírito Santo

Estado do Espírito Santo (ES)

Capital: Vitória

Região: Sudeste

Municípios: 78

Gentílico: capixaba ou
espírito-santense

Área: 46.077,519 km²

População: 3.351.669
habitantes

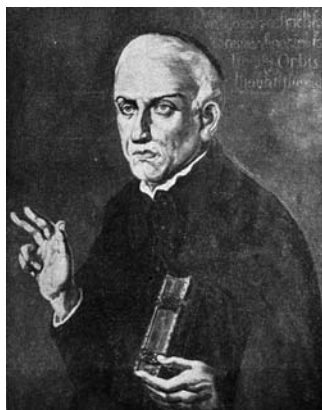
TRABALHA E CONFIA

Tendo como limites os estados da Bahia, ao norte; Minas Gerais, a oeste e noroeste; e o Rio de Janeiro, ao sul, o estado do Espírito Santo era habitado por tribos indígenas do tronco tupi quando, em 1501, ali aportaram os navegantes portugueses.

A capitania do Espírito Santo foi criada em 1535, não sem resistência dos belicosos índios goitacases, sendo necessária a construção do Fortim do Espírito Santo na localidade hoje conhecida como Vila Velha. O vilarejo primitivo tinha na cultura de milho sua atividade principal e dela deriva o gentílico *capixaba*, que na língua tupi significa “terra de plantio”. A permanente hostilidade dos indígenas e as investidas de franceses e holandeses motivaram a transferência da sede administrativa da capitania, em 1549, para a Ilha de Guanaani, onde foi fundada a Vila Nova do Espírito Santo, atual cidade de Vitória – uma das três capitais localizadas em ilhas no país, ao lado de Florianópolis e de São Luís.

O cultivo de cana-de-açúcar e o trabalho das missões jesuíticas junto aos índios proporcionaram certa prosperidade à capitania. O padre José de Anchieta foi responsável pela fundação de cidades no Espírito Santo, como Marataízes e Guarapari. São muito apreciadas as belezas naturais de Guarapari, que incluem areias monazíticas – radioativas e consideradas terapêuticas – de algumas de suas praias, como a de Areia Preta, muito procurada para alívio dos problemas

reumáticos. Guarapari também foi responsável pela difusão do prato mais típico da culinária do Espírito Santo, a moqueca capixaba, preparada com frutos do mar em panelas de barro.



O padre espanhol José de Anchieta (1534-1597), que ficaria conhecido como O Apóstolo do Brasil, fazia parte da Companhia de Jesus, ordem religiosa católica que foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola. Os jesuítas tiveram grande importância durante o período colonial do Brasil, tendo como figuras de

destaque José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que participaram da fundação das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Anchieta trabalhou na catequese e educação dos indígenas, protegendo-os da escravização pelos portugueses e funcionando ainda como negociador durante a Confederação dos Tamoios, revolta que envolveu diversas tribos do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, que se insurgiram contra a ocupação dos europeus. O religioso esteve no litoral do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde lutou contra os franceses, que ali haviam estabelecido a chamada França Antártica, ao lado de seu amigo, o militar português Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro. Anchieta compôs poesias em versos medievais e autos teatrais, que mesclavam cultura religiosa com costumes indígenas, sendo autor da primeira gramática de tupi-guarani. José de Anchieta fundou o povoado de Iritiba ou Reritiba, atual Anchieta, no Espírito Santo, onde faleceu, em 1597, sendo beatificado em 1980 por João Paulo II. Observe o busto do padre Anchieta, que marca o túmulo do jesuíta.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Anchieta.jpg>

Entre os treze bens tombados pelo IPHAN no Espírito Santo, destaca-se o Santuário Nacional de Anchieta, localizado na antiga aldeia de Reritiba, que faz parte, atualmente, do Centro Histórico da cidade de Anchieta, distante oitenta quilômetros da capital do



Figura 13.1: Santuário Nacional do Padre Anchieta, na antiga Aldeia de Reritiba, criada pelo jesuíta José de Anchieta, construída ainda no século XVI.

Fonte: http://secult.es.gov.br/_midias/jpg/1365-49a8489dc7ae8.jpg

estado. O conjunto arquitetônico, tombado em 1943 pelo IPHAN, foi construído entre os séculos XVI e XVII, sendo formado pela igreja e pelos antigos alojamentos dos religiosos. O conjunto jesuítico de Anchieta passou a abrigar o Museu Padre Anchieta – que guarda peças históricas de Arte Sacra –, tendo sido restaurado em 1994 para recuperar suas características originais.

No século XVII, o estado do Espírito Santo praticamente caiu no esquecimento, em decorrência da descoberta de ouro no interior do estado, região que foi desmembrada, passando a integrar a Capitania Real das Minas Gerais, por um decreto da Coroa portuguesa.

Com a Independência do país, o plantio de café e a vinda de imigrantes da Alemanha e da Itália para trabalhar na cultura cafeeira trouxeram de volta o desenvolvimento para o estado, enriquecendo cidades como Cachoeiro do Itapemirim. Os imigrantes alemães, austríacos e italianos que se instalaram na região ser-



Figura 13.2: Museu do Colono, na cidade de Leopoldina, antiga residência da família Holzmeister, expõe instrumentos musicais, fotografias, documentos e diversos outros objetos.

Fonte: http://www.es.gov.br/site/noticias/show_imagem_out.aspx?noticeld=99660514

rana do estado enfrentaram dificuldades devido ao isolamento e à falta de recursos. As tradições e os costumes desses imigrantes foram conservados por seus descendentes e, ainda hoje, fazem parte da cultura capixaba, sendo que a cultura italiana mostra-se presente em festas, danças típicas e culinária. O Museu do Colono, na cidade de Santa Leopoldina, funciona num casarão de 1877, tombado pelo patrimônio estadual para guardar móveis, cristais, porcelanas, fotografias e pinturas, de propriedade da família austríaca Holzmeister.

Patrimônio Natural da Humanidade no estado do Espírito Santo

O Espírito Santo divide com o estado da Bahia as reservas de Mata Atlântica da costa do Descobrimento, consideradas as mais ricas do mundo em termos de biodiversidade. Ali é o habitat de espécies de grande importância tanto para estudos científicos quanto para a conservação, como o mico-leão-de-cara-dourada, o macaco-prego-de-peito-dourado e a *Caesalpinia echinata*, leguminosa típica da Mata Atlântica, popularmente chamada de pau-brasil. Para maiores detalhes sobre essas reservas, reveja a Aula 5.

Patrimônio Estadual Capixaba

Os padres jesuítas construíram também o Colégio de São Tiago no século XVI, na baía de Vitória. Após a expulsão da Ordem Jesuíta do Brasil em 1759, no prédio passou a funcionar o governo da capitania e, posteriormente, a sede administrativa e residência oficial do Governo do Estado do Espírito Santo, como continua até hoje. A construção, que tinha feições despojadas, como as demais realizadas pelos jesuítas no Brasil, foi, no início do século XX, remodelada seguindo o gosto eclético, transformando-se em Palácio Anchieta.



Figura 13.3: Palácio Anchieta, sede administrativa do estado.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Ficheiro: 277876528_2f407e75f5_o.jpg

O Convento da Penha, construído na cidade de Vila Velha, datado de 1558, é um dos bens mais antigos do Espírito Santo e foi erguido em honra de Nossa Senhora da Penha, padroeira do estado. O convento comemorou, em 2008, seus 450 anos, sendo que desde 1943 o conjunto formado pela Capela de São Francisco,



Figura 13.4: Convento da Penha, de 1558, em Vila Velha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Convento_da_Penha.jpg

pela gruta do Frei Palácios, pela ladeira das Sete Voltas e seu entorno natural foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas-Artes do IPHAN.

Entre os séculos XVI e XVIII, o estado foi alvo de ataques frequentes de piratas e corsários franceses, ingleses e holandeses, o que transformou a baía da Vila Velha do Espírito Santo, hoje a capital, Vitória, em palco de violentas batalhas navais, tendo sido necessária a construção de fortificações para a proteção do litoral.



“Pirata”, do latim *pirata*, era o nome dado a indivíduos fora da lei, que utilizavam embarcações para saquear outros navios em alto-mar, ancorados no porto e, mesmo, pilhar cidades inteiras, visando ao lucro individual. Do século XVI até o XVIII, uma infinidade de piratas e corsários especializaram-se na pilhagem de carregamentos de ouro, de prata, de pedras preciosas e mesmo de açúcar que seguiam da América para a Europa. Já “corsário” era um pirata que possuía “carta de corso”, um documento oficial conferido pelo governo de um país que o autorizava a atacar e saquear embarcações e povoados inimigos em nome do país para o qual trabalhava e com o qual dividia o produto do roubo, fazendo do corsário uma espécie de “funcionário” da marinha de uma nação. O corsário inglês Francis Drake, em função dos “bons serviços” prestados à rainha Elizabeth I, da Inglaterra, chegou a receber o título de Cavaleiro (Sir), tendo liderado, como almirante, a esquadra inglesa que derrotou a Invencível Armada, de Felipe II da Espanha, considerada a mais poderosa da Europa.

Patrimônio Natural do Espírito Santo

O Estado possui diversos atrativos naturais, muitos tombados pelo patrimônio estadual, como as Dunas de Itaúnas e formações rochosas conhecidas como Pedra do Elefante. Com 600 metros de altitude, essa formação rochosa foi tombada como monumento paisagístico natural pelo Conselho Estadual de Cultura. Outra formação importante é o Frade e a Freira. Ela possui esse nome por lembrar a figura de um padre diante de uma freira com véu. Elas são interessantes formações em rochas de granito localizadas ao sul do estado, que foi transformada em unidade de conservação em 2007, com o objetivo de preservar aquelas formações rochosas, assim como os remanescentes da Mata Atlântica do Espírito Santo.



Figura 13.5: O Frade e a Freira, rochas entre o Corredor Ecológico de Burarama-Pacotuba-Cafundó, em Cachoeiro de Itapemirim, e o de Guanandy, nos municípios de Anchieta, Itapemirim, Maratáizes e Piúma.

Fonte: <http://www.es.gov.br/site/files/arquivos/imagem/FradeeFreira060907.jpg>



Veja na página da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo os bens naturais tombados pelo estado.

http://www.secult.es.gov.br/?id=/patrimonio_cultural/patrimonio_natural

Patrimônio Imaterial do Espírito Santo

A produção artesanal de panelas de barro na cidade de Goiabeiras Velha recebeu registro do IPHAN no Livro dos Saberes como patrimônio imaterial no ano de 2002. As panelas são utilizadas no preparo do prato típico do Espírito Santo, a moqueca capixaba. Veja mais detalhes sobre a produção dessas panelas de barro e sua importância para a cultura local na Aula 8, sobre Patrimônio Imaterial.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O povoamento de regiões costuma ocorrer por motivos diversos, mas que, invariavelmente, está ligado ao desenvolvimento da economia e do comércio. O cultivo de cana-de-açúcar e o trabalho dos jesuítas junto aos indígenas ajudaram a fazer prosperar a capitania do estado do Espírito Santo. O que fez com que ela entrasse em decadência no século XVII e o que contribuiu para sua recuperação após a Independência do país, no século XIX? Cite um patrimônio material que represente cada um desses dois períodos de prosperidade.

Resposta Comentada

O Espírito Santo ficou esquecido quando a descoberta de ouro deslocou a atenção para o interior da região, que foi separado do Estado para incorporar a Capitania Real das Minas Gerais. Depois da Independência, o lucrativo cultivo de café que, com a abolição da escravidão, resultaria na vinda de imigrantes da Alemanha e da Itália para trabalhar nas fazendas de café recolocou a região no caminho do desenvolvimento. Do período de desenvolvimento inicial, quando os jesuítas ocuparam a região, temos o Santuário Nacional do Padre Anchieta, uma construção do século XVI, na antiga aldeia de Reritiba. Como testemunha do desenvolvimento alavancado pela cultura de café, temos o Museu do Colono, na cidade de Leopoldina, um prédio do século XIX que era residência da família austríaca Holzmeister, que expõe a memória da imigração desse período.

O patrimônio cultural do estado de São Paulo

Estado de São Paulo (SP)

Capital: São Paulo

Região: Sudeste

Municípios: 645

Gentílico: paulista

Área: 248.209,426 km²

População: 41.011.635

habitantes



Ainda que a fundação da Vila de São Vicente, no litoral do estado de São Paulo, em 1532, represente um marco na colonização do Brasil, seria a Vila de São Paulo de Piratininga, fundada em 1554 numa colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí – e não no litoral, como era comum aos típicos povoamentos portugueses –, que se transformaria na maior cidade do país e da América do Sul. No planalto de Piratininga, a vila construída possuía um colégio de padres jesuítas, entre os quais se destacaram José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. O religioso português Manuel da Nóbrega (1517-1570) foi ordenado padre da Companhia de Jesus em 1544, vindo ao Brasil como conselheiro de Mem de Sá e para se dedicar à tarefa de catequizar os indígenas, dando início ao processo de colonização das novas terras. Os textos escritos pelo jesuíta no Brasil se constituem nas primeiras narrativas a respeito do povo brasileiro feitas por um europeu, abordando os costumes do povo indígena tupinambá.



Em cartas dirigidas ao padre Si-



mão Rodrigues, Nóbrega relata seu relacionamento com o gentio da terra e seu esforço em tirar dos indígenas certos hábitos cruéis, como o canibalismo. O costume dos tupinambás de comer a carne dos adversários que eram conquistados fazia parte de um ritual de assimilação da força e da coragem desses inimigos. Ficou célebre a aventura do mercenário alemão Hans Staden (1525-1579), que participou de combates na Capitania de São Vicente, no litoral de São Paulo, enfrentando corsários franceses que se aliaram aos indígenas. Aprisionado em Ubatuba pelos índios tupinambás, Staden escapou de ser devorado – ao que parece por sua posição covarde diante dos indígenas, o que o desqualificava para o ritual de assimilação da coragem dos inimigos. Mantido nove meses como “bicho de estimação” na aldeia tupinambá, o alemão finalmente foi resgatado por um navio corsário francês, registrando esses episódios em *Viagens e aventuras no Brasil*, editado em 1557, na cidade alemã de Marburg.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cannibals.23232.jpg>

O litoral do estado e os navios que nele trafegavam, como em geral em toda a costa brasileira, sofreram saques e pilhagens a partir do século XVI, havendo relatos de que os corsários ingleses Thomas Cavendish e Francis Drake estiveram em Ilhabela – município-ilha localizado em um arquipélago

no litoral de São Paulo e que foi descoberto por Américo Vespúcio em 1502, que a chamou de Ilha de São Sebastião. Essa região foi escolhida pelos corsários para guardar os produtos de seus saques a galeões espanhóis abarrotados de ouro. A topografia e o clima da região foram responsáveis pelo naufrágio de diversas embarcações, que se perdiam em meio à neblina e se chocavam contra as rochas do litoral.

Longe dos corsários que ameaçavam a costa, a região do planalto de Piratininga – isolada do litoral pela serra do Mar – dependia, no início de sua ocupação, de uma agricultura de subsistência, com pouco ou nenhum contato com a Europa e

uma vida de grande simplicidade. A sociedade local se constituiu principalmente pela união de índios tupis, em maioria nas faixas próximas ao litoral do Brasil, e portugueses, que souberam utilizar-se do conhecimento dos nativos para sobreviver na adversidade dos sertões paulistas. Durante o século XVII, bandeiras partiram de São Paulo, visando ao apresamento de indígenas, o que colaboraria para a expansão do território.



Entradas e Bandeiras é a designação genérica de inúmeros tipos de expedições que, no período colonial, partiam para o sertão do país com diferentes objetivos. As Entradas tinham o intuito de expandir o território,



sendo patrocinadas pela Coroa portuguesa, e as Bandeiras eram de iniciativa particular e objetivavam o lucro, buscando riquezas minerais ou o aprisionamen-

to de indígenas. O bandeirante paulista Fernão Dias Pais Leme (1608-1681), que ficou conhecido como O Caçador de Esmeraldas, empreendeu diversas bandeiras, entre elas as de 1644 e 1646, que desbravaram o sertão brasileiro para além do Tratado de Tordesilhas. Na imagem, a estátua de Fernão Dias Pais Leme, no Museu do Ipiranga, cidade de São Paulo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fernao_Dias_Pais.jpg

O bandeirante Fernão Dias Pais Leme se prontificou a construir uma nova capela para os monges beneditinos – que haviam chegado a São Paulo em 1598 –, tornando-se, por isso, o maior benemérito da Ordem na região. Em contrapartida, o bandeirante, apelidado de O Caçador de Esmeraldas, pediu o direito de

abrigar os restos mortais de sua família na capela que iria construir, o que de fato ocorreu, tendo seus restos e de sua esposa sido enterrados na nave central da igreja do mosteiro. O Mosteiro de São Bento está localizado no largo de São Bento, junto ao Vale

do Anhangabaú, no centro da movimentada cidade de São Paulo. O antigo conjunto arquitetônico, congregando a Basílica Abacial de Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de São Bento, constituiu-se numa importante construção histórica do estado.

Monumentos, logradouros, construções religiosas e civis são marcos culturais que permanecem como documentos na paisagem, ajudando a contar a história da região e de seus habitantes. Um exemplo é o Colégio dos Jesuítas, instalado em 1556 no local que ficou conhecido como Pátio do Colégio, onde os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta construíram o primeiro núcleo de povoamento do estado.

Em 1711, quando aquele antigo povoamento assumiu a condição de cidade, teve início, paradoxalmente, uma fase de decadência, que era decorrente do rápido desenvolvimento de cidades que vivam da mineração, como Sabará, Vila Rica e São João Del Rei. Com a expulsão dos jesuítas do país, o Colégio



Figura 13.6: Pátio do Colégio de São Paulo, marco de fundação da cidade de São Paulo e onde funciona o Museu Padre Anchieta.

Fonte: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/fotos/turismo-capital-patiodocolegio.jpg>

de São Paulo passou para o controle do estado, servindo como Palácio dos Governadores até 1908. O desenvolvimento da cultura cafeeira, no final do século XIX, fez com que São Paulo conseguisse recuperar o prestígio perdido. O casarão colonial do colégio, de características jesuíticas, foi totalmente descaracterizado por reformas seguidas, restando, entretanto, no pátio do colégio, uma parede de argila e óleo de baleia preservada, com cerca de 500 anos. A construção abriga ainda o Museu Padre

Anchieta, dedicado à vida do jesuíta.

No estado, há alguns bens que receberam tombamento, simultaneamente, em níveis federal, estadual e municipal. Entre eles está a Casa do Sítio do Tatuapé, situada no bairro Tatuapé, cidade de São Paulo, que é uma remanescente da casa bandeirista. Feita em taipa de pilão e com data presumida entre

1668 e 1698, o Sítio do Tatuapé foi tombado pelo IPHAN em 1951 e pelo **Condephaat** em 1975.

A cidade de São Paulo, que no final do século XVIII se resumia a algumas centenas de construções, experimentou um grande crescimento com o desenvolvimento da agricultura cafeeira a partir do século XIX, deixando de ser o arraial bandeirante para atravessar um processo de grande urbanização. A primeira fazenda de café data de 1817, mas foi depois da Independência que a produção cafeeira se alastrou pelo Vale do Paraíba. Com a abolição da escravatura, imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar nas plantações de café começam a agregar novos aspectos culturais à vida da região. Para escoar para o exterior a produção cafeeira, o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, levou ao imperador Pedro II a necessidade de ser aberta uma ligação ferroviária entre o Porto de Santos, no litoral paulista, e a cidade de São Paulo. Para viabilizar a construção da estrada que deveria descer 800 metros serra do Mar adentro em direção ao litoral, Mauá contou com a ajuda de engenheiros ingleses. Para abrigar a sede da São Paulo Railway Company Ltd., criada em 1867 com capital inglês, foi construída uma estação ferroviária no bairro da Luz, na capital paulista. Cerca de vinte anos depois, a construção original foi substituída pela atual, datada de 1901, em estrutura eclética em ferro fundido, importado da Inglaterra em peças pré-moldadas, e alvenaria. A Estação da Luz compõe hoje um conjunto arquitetônico de grande importância, não apenas para São Paulo, refletindo um período de grande desenvolvimento que foi determinante para estruturar a cultura nacional. Atualmente, a construção abriga o Museu da Língua Portuguesa ou Estação Luz da Nossa Língua, explorando todo o universo do idioma, que nos foi legado por Portugal, de forma interativa e usando recursos de

Condephaat

Sigla do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão criado em 1968 e subordinado à Secretaria da Cultura do estado de São Paulo. Seu objetivo é identificar, proteger e tomba bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, turístico, cultural e ambiental do estado de São Paulo.



Figura 13.7: Estação Luz da Nossa Língua ou Museu da Língua Portuguesa, no bairro da Luz, na capital paulista. Construção eclética de 1901 que foi restaurada para sediar o museu em 2006.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_da_Luz

mídia virtual.

O bairro da Luz representa hoje um núcleo cultural relevante, que conta com uma estação de metrô, reunindo, além do Museu da Língua Portuguesa, a Pinacoteca de São Paulo e o Mosteiro da Luz, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra de São Paulo. A Pinacoteca do Estado – instalada num prédio histórico, construído em 1905 para o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – constitui-se no mais antigo museu de arte paulistano e um dos mais importantes do Brasil, que foi inicialmente pensado como uma galeria de pintura vinculada ao Liceu.

O Parque da Luz, o mais antigo Jardim Botânico da capital paulista, foi criado ainda no período colonial por instrução da Coroa portuguesa, que implantou hortos botânicos em diversas regiões brasileiras. Tombado em 1981 pelo Condephaat como monumento histórico e paisagístico, o Parque coloca-se como um ponto de referência histórica e paisagística no centro agitado da capital.



Figura 13.8: Museu de Arte Sacra de São Paulo, no Mosteiro da Luz, na capital paulista, que guarda um dos mais importantes exemplares de arte sacra brasileira, incluindo obras dos escultores Aleijadinho e Mestre Valentim.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Museu_de_Arte_

No mesmo bairro encontramos o Convento da Luz – que invoca Nossa Senhora da Luz da Divina Providência, de onde se originou o nome –, que abriga, desde 1970, o Museu de Arte Sacra de São Paulo. O convento, criado em 1774 por frei Galvão – frade católico canonizado pelo papa Bento XVI, em 2007, sendo o primeiro brasileiro a se tornar santo –, é uma construção colonial oitocentista, a única da capital a preservar sua estrutura e decoração originais. O prédio foi tombado, em 1943, como monumento arquitetônico pelo IPHAN, sendo, posteriormente, tombado também pelo Estado.

A necessidade de mão de obra para crescente demanda nas lavou-

ras de café atraiu para a província de São Paulo uma grande quantidade de imigrantes. Ainda que a região Sul tenha sido a primeira a receber imigrantes italianos, em meados do século XIX, seria no Sudeste que se concentraria a maior parte das colônias de italianos, que chegariam em grande quantidade entre 1880 e 1930. Esses imigrantes e seus descendentes tiveram uma enorme importância no desenvolvimento do comércio e de outras atividades ligadas à vida urbana. No início do século XX, o mercado de trabalho de São Paulo dependia quase totalmente da mão de obra de imigrantes alemães e italianos, sendo que esses últimos representavam 90% dos operários que trabalhavam nas fábricas de tecidos.

Entre esses imigrantes estava o jovem italiano Francisco Matarazzo que, em 1881, chegou ao Brasil e conseguiu criar, no início do século XX, o maior complexo industrial da América Latina na época. As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo eram responsáveis por uma diversidade de produtos como tecidos, papéis, sabonetes, velas, fósforos, metais, madeira, açúcar, pregos. Tinham, ainda, uma empresa de navegação, diversos armazéns, uma instituição bancária, tendo se dedicado também à distribuição de fitas cinematográficas.

Outro contingente de imigrantes de grande relevância para o Estado foi o originário do Japão. A imigração japonesa concentrou-se mais fortemente no período entre guerras – do fim da Primeira Guerra, em 1918, até o início da Segunda Guerra, em 1939 –, chegando a somar cerca de 164 mil indivíduos, o que tornou o Brasil o país com a maior colônia japonesa fora do Japão. Os imigrantes japoneses, a partir de 1912, passaram a ocupar uma região conhecida atualmente como bairro da Liberdade, repleto de lojas e restaurantes típicos.



Figura 13.9: Memorial do Imigrante, onde funcionou uma antiga hospedaria, no bairro da Móoca, que recebia imigrantes.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Memorial_do_Imigrante.jpg



Figura 13.10: Bairro japonês, no bairro da Liberdade, em São Paulo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Liberdade_sao_paulo.jpg

São Paulo foi palco da Semana de Arte Moderna, que reuniu, em 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, artistas de diferentes áreas com o desejo de renovar a literatura, a música, a arquitetura e a pintura produzidas no país, considerada tradicionalista e fundada em padrões europeus.



Enquanto pelo mundo as vanguardas europeias já haviam desenvolvido uma estética moderna para

as artes, os intelectuais paulistas se inquietavam com a arte produzida no Brasil, considerada tradicional e carregada de “estrangeirismos”. Era um momento de busca pelas raízes nacionais, espírito que contagiara os demais países latino-americanos. O catálogo da Semana de 22 apresentava pintores como Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro, Oswald Goeldi, o escultor Victor Brecheret (sobre Brecheret, veja a Aula 1, “O que é Patrimônio Histórico, Patrimônio Artístico, Patrimônio Cultural?”) e os arquitetos Antonio Garcia Moya e Georg Przyrembel, cujas experimentações estéticas marcariam o desejo de renovação de nossa arte e a criação de uma estética moderna e nacional. Os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade são figuras destacadas do Movimento, que contou também com o maestro Heitor Villa-Lobos. Na realidade, a Semana de 22 foi muito mais um desejo de construir uma modernidade mais sintonizada com os tempos de industrialização e de forjar uma identidade própria nacional do que uma real renovação de nossas manifestações artísticas. Entretanto, a Semana lançaria as bases de uma nova estética. Ao lado, a pintura *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, que deu início ao Movimento Antropofágico, que pretendia “deglutir” as matrizes europeias para criar uma arte verdadeiramente nacional.

Fonte: <http://www.pacc.ufrrj.br/thumbs/fotos/abaporu.jpg>

A busca pela estética moderna chegou à arquitetura pelas mãos do arquiteto russo Gregori Warchavchik (1896-1972), que se radicou no Brasil e projetou a primeira casa modernista do país, em 1928, para servir como sua residência.



Construída no bairro de Vila Mariana, a construção causou polêmica na sociedade da época, por sua falta de ornamentos. Em 1930, o arquiteto Lúcio Costa, ao assumir a direção da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, convida Warchavchik para lecionar o novo estilo no curso de Arquitetura da escola. O arquiteto russo construiu em Copacabana, em 1931, a primeira casa modernista do Rio de Janeiro, seguindo a visão funcionalista, com uso de paredes lisas, ângulos retos, terraço e materiais nacionais. A casa moderna carioca foi demolida na década de 1990; a paulista, entretanto, foi tombada pelo estado de São Paulo, em 1986, por sua importância histórica, artística e arquitetônica.

Em 1930, a cidade de São Paulo já alcançara a faixa de um milhão de habitantes, alinhando-se às mais populosas cidades do mundo e se consolidando como centro industrial do país. Foi, também, um imigrante italiano, o comendador Giuseppe Martinelli, o responsável pela construção de um edifício que conferiu à cidade uma estética condizente com seu desenvolvimento econômico. Com trinta andares, o Edifício Martinelli, projetado pelo arquiteto húngaro William Fillinger, era, à época (1922-1934), o mais alto arranha-céu da América Latina. Recuperado em 1975, depois de anos abandonado, o prédio constitui-se hoje num marco importante do período inicial do desenvolvimento urbano acelerado da cidade.

Outro patrimônio relevante da cidade é o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, o MASP, localizado na avenida Paulista, no coração da cidade. O prédio, projetado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo



Figura 13.11: Casa Modernista da rua Santa Cruz, em Vila Mariana, cidade de São Paulo, construída em 1928: primeira construção moderna do Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_modernista.JPG



Figura 13.12: Edifício Martinelli, no quarteirão formado pela rua São Bento, Avenida São João e rua Libero Badaró, no centro de São Paulo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3f/Edif%C3%ADcio_Martinelli_01.JPG



Figura 13.13: Prédio do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand/MASP, na avenida Paulista, que abriga o acervo de obras de arte mais importante da América Latina.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bf/MASP.jpg>

Bardi, foi construído entre 1956 e 1968, assentando-se sobre quatro pilares, deixando um vão livre no terreno de 74 metros, numa ousadia própria da arquitetura moderna. Considerada a mais importante coleção de arte da América Latina, as mais de oito mil obras do MASP reúnem pinturas, esculturas, desenhos e artes decorativas de importantes artistas europeus e brasileiros, tendo sido tombada em seu conjunto pelo IPHAN.

A lista dos bens tombados em São Paulo encontra-se disponível na página oficial do estado.

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.764c9920d8b49e5934aae2a5c19714a0/?vgnnextoid=c292f0ebc5ef0110VgnVCM1000004c03>



c80aRCRD&cpsextcurrchannel=1

Patrimônio Natural da Humanidade do Estado de São Paulo

As reservas de Mata Atlântica do Sudeste abrangem os estados do Paraná e de São Paulo, tendo sido reconhecidas pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, constituindo-se no maior remanescente contínuo de floresta atlântica do Brasil. O Vale do Ribeira fica no meio dessa área de proteção ambiental, considerada Reserva da Biosfera pela Unesco por sua grande diversidade biológica e ricos ecossistemas que abrigam cerca de 400 espécies de aves, anfíbios, répteis e mamíferos. O rio Ribeira de Iguape foi declarado Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do estado de São Paulo, ficando proibidas obras

ou outros empreendimentos que alterem as condições naturais.

Patrimônio Imaterial Paulista

A participação dos imigrantes italianos na industrialização de São Paulo deixou fortes marcas culturais que, hoje, se revelam no imaginário, nos costumes, na linguagem e na culinária paulistana. São Paulo recebeu cerca de 70% dos imigrantes italianos que imigraram para o Brasil, sendo que, atualmente, em torno de seis milhões de italianos e seus descendentes constituem a população da cidade. Bairros como a Móoca e o Bixiga guardam a memória da cultura italiana, que está representada no Memorial do Imigrante, no bairro da Móoca. A Festa de San Gennaro (São Januário), uma típica comemoração religiosa italiana, tornou-se uma tradição paulista que atrai uma grande multidão que se reúne para se deliciar com os pratos típicos da culinária da Itália. Um outro bairro que tem sua história vinculada à imigração, o bairro do Bom Retiro, foi oficializado como Patrimônio Imaterial da cidade de São Paulo, por resumir a formação da sociedade paulistana. Localizado entre os rios Tietê e Tamanduateí, o bairro passou a reunir, no início do século XX, imigrantes italianos e muitos judeus, vindos da Rússia, da Lituânia e da Polônia, estando ali a sinagoga mais antiga de São Paulo.

O povo brasileiro foi formado por uma mescla étnica que, ao longo do tempo, foi dando forma e espírito à cultura do país. Confira na página do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – todos os deta-



lhes da formação étnica do povo brasileiro: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/home.html>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Canção dos imigrantes italianos do século XIX

América, América
lá se vive que
é uma maravilha
vamos ao Brasil
com toda a família
América, América
se ouve cantar
vamos ao Brasil
Brasil a povoar

Anônimo. Canção dos imigrantes vênnetos. Retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Brasil#cite_note-matrica_matrica-13 em 20 de agosto de 2009.

2. O estado de São Paulo entrou na época republicana com a vantagem de ser o grande produtor de café, base da economia nacional. O fato de necessitar de mão de obra livre, em decorrência da abolição da escravatura, fez com que fosse necessária a contratação de imigrantes. Em que medida essa iniciativa iria influenciar de forma fundamental o desenvolvimento cultural da capital do estado, principal centro financeiro e maior cidade da América Latina?

Resposta Comentada

O crescimento da produção de café nas fazendas do Vale do Paraíba alavancou o desenvolvimento do estado e, com a abolição do tráfico de escravos, a necessidade de contratação de mão de obra livre resultou na vinda de imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras cafeeiras. Nas primeiras décadas do século XX, 90% dos operários que trabalhavam na indústria têxtil eram formados por italianos, sendo que bairros como Móoca, Bixiga e Bom Retiro tornaram-se símbolos da memória desses imigrantes. A cidade de São Paulo

possui profunda ligação com a cultura italiana, o que se revela no modo de falar, na culinária e na grande religiosidade, como a festa de San Gennaro. Alguns desses imigrantes italianos, como Francisco Matarazzo e Giuseppe Martinelli, emprestaram seu tino empresarial e espírito visionário para fazer fortuna em São Paulo e transformar a cidade numa grande potência sul-americana.

O patrimônio cultural do estado de Minas Gerais

Estado de Minas Gerais (MG)

Capital: Belo Horizonte

Região: Sudeste

Municípios: 853

Gentílico: mineiro

Área: 586.528,293 km²

População: 19.261.816

habitantes



Como o segundo estado mais populoso do país e o que possui maior número de municípios, o estado de Minas Gerais faz limites com os estados de São Paulo, a sul e sudoeste; com Mato Grosso do Sul, a oeste; com Goiás, a noroeste; com o Espírito Santo, a leste; com o Rio de Janeiro, a sudeste; e com a Bahia, a norte e nordeste. Essas múltiplas fronteiras refletem o processo de interiorização que consolidou a colonização do interior brasileiro. Ainda no século XVI, bandeirantes paulistas penetraram naquele território em busca de ouro e pedras preciosas, tendo sido fundado, no século XVII, o arraial de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, que se transformou, em 1711 numa vila, que hoje faz parte do município de Mariana.

A descoberta do ouro atraiu uma imensa quantidade de migrantes de todo o país, transformando Minas Gerais no centro econômico da colônia, na primeira metade do século XVIII. A Capitania de Minas Gerais separa-se, em 1720, da Capitania de São Paulo, tendo Vila Rica, atual Ouro Preto, como capital. A partir da segunda metade do século XVIII, a pressão de Portugal por mais impostos sobre uma

produção de ouro que já entrava em decadência levaria à revolta da população local e ao episódio conhecido na história brasileira como a Inconfidência, ou Conjuração Mineira. Essa rebelião de caráter separatista foi desbaratada em 1789, e seus líderes foram presos e levados a julgamento no Rio de Janeiro por crime contra o rei de Portugal.

A bandeira dos inconfidentes continua a tremular nos céus mineiros, agora como símbolo oficial do estado. A população de Minas Gerais descende, em sua maior parte, de portugueses, indígenas e africanos, a base étnica brasileira que ajudou a desenvolver a região, cuja riqueza mineral a transformaria, no século XVIII, na mais próspera do país.

Patrimônio Cultural de Lagoa Santa

Carste, Carso ou Karst é um tipo de relevo geológico que se caracteriza por uma corrosão das rochas calcárias e carbonáticas, ocasionada pela água da chuva ou de rios, o que resulta na formação de cavernas e de rios subterrâneos.

Criada em 1990, a Área de Proteção Ambiental **Carste** de Lagoa Santa é uma das unidades de conservação da União que se enquadra no sistema de uso sustentável, visando à conservação do conjunto paisagístico integrado à cultura da região. As cavernas, as formações cársticas, a flora e fauna, e os sítios arqueológicos e paleontológicos obedecem a um plano de manejo que determina o tipo de utilização permitida para que não haja comprometimento ambiental.



Figura 13.14: Ossada encontrada no sítio arqueológico de Lagoa Santa, Minas Gerais.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ossada.JPG>

A cidade de Lagoa Santa notabilizou-se pela importância de seus achados arqueológicos, que começaram ainda no século XIX, quando o naturalista dinamarquês Peter Lund estabeleceu-se na região, explorando mais de duzentas cavernas.



O dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), que fixou residência em Lagoa Santa na década de 1830, dedicou-se à descrição de cerca de 120 espécies de animais, alguns já extintos, como o tigre-dentes-de-sabre. Seu achado mais

relevante foram vestígios humanos do período pré-histórico, cujas características compuseram o que ficou conhecido como Homem de Lagoa Santa. As pesquisas de Lund foram retomadas, sendo que até a década de 1970 centenas de fósseis humanos foram encontrados, com destaque para um crânio de fêmea achado na gruta de Lapa Vermelha, datado de mais de 11 mil anos. O esqueleto de Luzia, como ficou conhecido, é o mais antigo vestígio humano já encontrado nas Américas, o que desafia as teorias científicas já consagradas, que afirmam que a ocupação humana do continente americano ocorreu em período bem posterior e por indivíduos de traços mongoloides e não negroides, como Luzia.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/aa/Peter_Wilhelm_Lund.jpg



Acesse no *site* do Itaú Cultural “Quem eram os primeiros brasileiros?”. Nele você obterá maiores explicações sobre a teoria das ondas migratórias que habitaram as Américas e sobre a reconstrução da face de Luzia, a “primeira brasileira”, a descoberta arqueológica mais incrível de Lagoa Santa, que agora está no Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

<http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/tempo/capivara/primeirosbrasileiros00.htm>.

Patrimônio Natural de Minas Gerais

As grutas compõem um patrimônio natural fantástico que encanta turistas e pesquisadores do mundo inteiro. A gruta de Maquiné, localizada no município de Cordisburgo, foi descoberta, em 1825, por um fazendeiro da região, Joaquim Maria Maquiné. A gruta também fez parte das explorações do naturalista Peter Lund, que a estudou durante dois anos, encontrando em seu interior vestígios humanos e de animais do período pré-histórico. Com interiores amplos, de cerca de 650 metros, que se divide em galerias e salões, a gruta de Maquiné viu formar-se em seu interior, durante milhares de anos, formas arquitetônicas curiosas, como resultado do gotejamento ininterrupto de água, que depositou resíduos minerais, principalmente carbonato de cálcio, em suas paredes e solo. Esses espeleotemas – estalactites, que pendem do teto; estalagmites, que se erguem do chão; e colunas,



Figura 13.15: Gruta de Maquiné, na qual Peter realizou estudos sobre a paleontologia brasileira.

Fonte: <http://www.manuelzao.ufmg.br/jornal/jornalulted18/cavernas.htm>

que resultam do encontro desses dois últimos – podem demorar milênios para serem formados, compondo um patrimônio natural de grande importância que precisa ser protegido.

No final de 2008, o governo de Minas Gerais criou o Monumento Natural Estadual Peter Lund, no município de Cordisburgo. Essa nova Unidade de Conservação (UC) tem como objetivo a proteção da Gruta de Maquiné e seu entorno.

A serra do Espinhaço é outro exemplar do patrimônio natural do estado. Foi considerada pela Unesco, em 2005, como Reserva da Biosfera. À riqueza do seu solo, no qual são encontradas jazidas de ferro, manganês e ouro, soma-se a diversidade biológica. Grande parte das espécies vegetais e animais que se encontram em processo de extinção no território mineiro habitam a serra do Espinhaço, um dos patrimônios naturais mais ricos do planeta.

Cidade Histórica Mineira como Patrimônio da Humanidade

O estado de Minas Gerais reúne um dos mais relevantes acervos arquitetônicos e artísticos do período colonial, com destaque para as cidades de Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Tiradentes, Diamantina, São João del Rei e Sabará. Como já visto na Aula 3, sobre Cidades Históricas, as cidades mineiras, especialmente as que foram geradas no período do desenvolvimento da mineração, apresentam as raízes da arte portuguesa mescladas ao imaginário nacional, já fruto da miscigenação, da qual Aleijadinho foi colocado como exemplo principal. O esgotamento da produção de ouro no final do século XVIII motivou lideranças dessas cidades, incrustadas nas serras do interior do país, a se rebelarem contra a exploração do governo monárquico – um movimento que foi sincrônico à Revolução Francesa. A cidade de Ouro Preto, cujo conjunto guarda a memória de um passado próspero, da trama dos Inconfidentes e do talento excepcional de Aleijadinho, foi tombada pelo Sphan em 1938, sendo que, desde 1980, foi incluída na Lista de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

A região ficou famosa por suas inúmeras igrejas e pelo estilo artístico, conhecido como barroco mineiro, que se desenvolveu, exclusivamente, no Estado, durante o século XVIII e início do XIX. Abrangendo arquitetura, escultura e pintura, o estilo, na realidade, incorporava a estética **rococó** de forma criati-



Figura 13.16: Cidade de Ouro Preto, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (foto da autora).

va e original, como resultado de certo isolamento, da região, das cidades litorâneas e da autonomia econômica resultante da descoberta do ouro de jazidas minerais.

Rococó é como ficou conhecido o estilo artístico, surgido na França, como um desenvolvimento de um barroco mais leve e que foi muito utilizado em decoração. O estilo, que teve início na arquitetura europeia para se disseminar depois para as demais manifestações artísticas, foi muito forte na segunda metade do século XVIII, principalmente na Alemanha católica, na Prússia e em Portugal.



Figura 13.17: Museu da Inconfidência, Ouro Preto, que ocupa a antiga Casa de Câmara e Cadeia da Vila Rica, prédio colonial que servia às atividades de administração da Vila, no andar superior, mantendo no térreo, a cadeia pública.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Museudainconfidencia2006.jpg>

A grandiosa construção da Casa da Câmara e Cadeia da antiga Vila Rica, em 1780, representa a força do estilo barroco no período colonial. Localizado na praça Tiradentes – que tem, ao centro, o monumento a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a figura central da Inconfidência –, no prédio passou a funcionar desde 1942 o Museu da Inconfidência. Para ali foram transferidos os restos mortais de alguns dos conjurados, que repousam no Panteão dos Inconfidentes. O museu abriga, ainda, um arquivo histórico e um rico

acervo com peças, composto por imagens, pinturas, mobiliário entre outros objetos relativos à história da região.

O barroco no Brasil resulta de uma rede de influências que partem da interpretação portuguesa, reunindo-se a outras referências europeias e, também, às de caráter local. Estas não possuíam o eruditismo ou a sofisticação da arte da Europa. Foram, entretanto, os traços ingênuos – resultado da criatividade da mão de obra escrava e mestiça – que deram um espírito específico e único ao barroco mineiro. O caráter cultural e artístico inestimável da produção artística desenvolvida na região de Minas Gerais é admirado por estudiosos do mundo inteiro. O grande artista do barroco mineiro é, sem dúvida, Aleijadinho, autor de obras nos campos da arquitetura, talha e escultura que revelam o encontro original e fecundo entre as referências europeias paternas e as influências locais, desvinculadas da rigidez normativa erudita.



Antônio Francisco Lisboa ficou conhecido como Aleijadinho por causa de uma doença crônica degenerativa que causou atrofia em seus membros. Filho de um mestre-arquiteto português e de sua escrava, Isabel, Aleijadinho nasceu por volta de 1730 na cidade de Vila Rica, tendo iniciado seu aprendizado ao lado do pai. Considerado um dos mais destacados artistas do período colonial, Aleijadinho deixou obras nas cidades de Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Tiradentes e Congonhas do Campo. Entre esses trabalhos estão projetos para igrejas, como a de São Francisco de Assis de Ouro Preto, chafarizes, altares, púlpitos, retábulos e exemplares de imagens devocionais, cujos traços característicos tornaram-se identificadores de sua autoria. O conjunto dos doze profetas esculpidos entre 1795 e 1805, em pedra-sabão, para o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, talvez seja sua obra mais conhecida. O estado de conservação dessas esculturas preocupa devido ao desgaste natural da pedra e, também, ao vandalismo. Há os que defendem sua remoção para um museu, com substituição por réplicas, ideia que parece não agradar muito à população local.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Aleijadinho92.jpg>



A Fundação de Arte de Ouro Preto/FAOP possui uma página oficial, na qual você pode encontrar detalhes sobre o valioso patrimônio artístico da região e os esforços para sua conservação <http://www.faop.mg.gov.br/>

Quando o ouro se esgotou, a economia de Minas Gerais voltou-se para atividades agropecuárias, o que formou novos polos regionais importantes, entre os quais se destaca a produção leiteira, que se desenvolveu a partir daquele período, transformando-se numa tradição mantida pelo estado até os dias atuais. Minas Gerais, atualmente, é o maior produtor brasileiro de leite, com uma produção estimada, em 2008, em cerca de 7,6 bilhões de litros de leite, segundo cálculos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa.

A vocação de exploração mineral não seria abandonada com o esgotamento das minas de ouro, tendo se iniciado, ao final do século XIX, um novo ciclo econômico no estado, baseado na exploração de minério de ferro. A localização da antiga capital, Ouro Preto, já não respondia às necessidades de expansão urbana. Foi escolhido um local mais estratégico, na região central do estado, para a nova capital, Belo Horizonte, que foi a primeira cidade moderna planejada do Brasil, entre 1894 e 1897, sob projeto do engenheiro Aarão Reis, que privilegiou um traçado regular com muitas praças e parques.

Em 1942, o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, inaugurou o Complexo Arquitetônico da Pampulha, projeto que reuniu nomes importantes que se consolidaram como precursores do modernismo brasileiro. O arquiteto Oscar Niemeyer, o pintor Cândido Portinari e o paisagista Roberto Burle Marx construíram Brasília no interior de Goiás para o mesmo Juscelino, então presidente da República.



Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu na cidade mineira de Diamantina, em 1902. Formou-se em Medicina em Belo Horizonte, completando seus estudos em Paris e em Berlim. Como capitão-médico da Polícia Militar, Juscelino tornou-se amigo do político Benedito Valadares, entrando para a política. É eleito deputado federal na década de 1930 e nomeado prefeito de Belo Horizonte na década seguinte, remodelando a capital. Governou o estado de Minas Gerais de 1950 a 1954, sendo eleito presidente da República em 1955, notabilizando-se pela transferência da capital brasileira para Brasília, cidade modernista construída no centro geográfico do país.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juscelino.jpg>





Veja os bens tombados, e também o patrimônio desaparecido, na página oficial do Instituto Estadual do Patrimônio e Artístico de Minas Gerais.

http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_ponygallery&Itemid=50

Patrimônio Imaterial de Minas Gerais

O modo de fabricação artesanal do queijo em Minas Gerais recebeu do IPHAN, em 2008, o registro de patrimônio cultural imaterial do Brasil. Os produtores artesanais não aceitaram a obrigatoriedade de pasteurização dos queijos, a qual alteraria a tradição de produzir queijo a partir do leite cru. Enquadrando-se aos novos padrões sanitários, o fabrico artesanal do queijo de minas já foi reconhecido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/lepha-MG, em 2002, como patrimônio imaterial mineiro.



Figura 13.18: Modo artesanal de produção do queijo de minas a partir do leite cru, registrado como patrimônio cultural imaterial pelo Iphan, em 2008.

Fonte: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/05/030_maturacao.jpg

Outro patrimônio imaterial mineiro é a linguagem dos sinos. Desde os tempos medievais, o soar dos sinos regulava a vida coletiva das vilas e cidades, assim como da vida particular dos indivíduos, fossem homens da Igreja ou não. Além de anunciar nascimentos, falecimentos e comunicar serviços religiosos e festividades, os toques dos sinos eram também usados pelas autoridades locais. Em Vila Rica, com o objetivo de impedir delitos noturnos, um “toque de recolher” era tocado pelo sino da Casa da Câmara e Cadeia diariamente, entre as oito e nove da noite. A comunicação por meio de sinos era bastante conhecida pelos habitantes das cidades, que dominavam o código dos toques dos sinos, conseguindo até mesmo identificar de que igreja vinha a mensagem. A linguagem dos sinos está em processo de registro, no IPHAN, como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais.

Conclusão

A região Sudeste é rica em recursos naturais – os estados do Espírito Santo, de São Paulo e de Minas Gerais possuem reservas reconhecidas como patrimônio mundial pela Unesco –, centros históricos e diversas manifestações culturais, que servem como testemunhos do desenvolvimento da região, que ocupa um papel de grande destaque no cenário da cultura nacional.

Os estados do Espírito Santo, de São Paulo e de Minas Gerais apresentam pontos em comum, mas também características específicas, que foram geradas a partir da ocupação inicial pelos jesuítas, sendo acrescidas das referências dos imigrantes italianos, trazidos para trabalhar nas lavouras de café em São Paulo e no Espírito Santo. Já Minas Gerais, com seu crescimento rápido, decorrente das riquezas do ciclo do ouro, e por seu distanciamento do litoral, acabou desenvolvendo personalidade e arte características – o barroco mineiro, mesclando a estética europeia ao imaginário local, resultando numa produção original. A cidade de Ouro Preto, cuja histórica vinculava-se à luta pela independência do país, reassumiu sua importância histórica quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico/SPHAN decidiu-se por seu tombamento no final da década de 1930. A reafirmação da importância da cidade na formação de nossa identidade, inclui personagens como Tiradentes e Aleijadinho – brasileiros natos, o segundo mestiço – na composição de uma nacionalidade individualizada, desvinculada dos colonizadores portugueses. A independência política e o desenvolvimento de uma estética artística original, que ficou conhecida como “barroco mineiro”, incorporavam uma marca específica da identidade brasileira.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

O movimento modernista foi de fundamental importância tanto para a consolidação das novas propostas culturais, quanto para a afirmação do resgate do patrimônio histórico. Ainda na década de 1920, as viagens de Mário de Andrade e de outros modernistas a Minas redundaram na tese de que era preciso recuperar a singularidade regional e nacional para se alcançar a universalidade. Nesse contexto, a arte barroca e o passado colonial foram identificados como expressão autêntica da nacionalidade, desdobrando-se no uso da imaginária sacra como símbolo do refinamento e do bom gosto. Os arquitetos modernistas, por sua vez, se colocaram como herdeiros naturais do passado barroco, retomando o tópico da modernização amparada pelo culto da tradição. Essa abordagem romântica e passadista do patrimônio, como se sugeriu acima, tornou-se ainda mais vigorosa na década de 1930, principalmente após a imposição do Estado Novo. Entre 1936-8, Gustavo Capanema, um mineiro que servia como ministro da Educação, fez imprimir a primeira edição sistemática dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (...). Exatamente nesse mesmo período foram criados o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido inicialmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu do Ouro, em Sabará. Capanema tinha estreitas ligações com os modernistas e encomendara a Mário de Andrade o projeto de criação do SPHAN (ANTUNES; SIVEIRA, 2007, p. 4).

As cidades mineiras do ciclo do ouro desempenharam um papel muito importante para a consolidação da identidade brasileira. Por que os responsáveis pelo patrimônio brasileiro (SPHAN, à época) decidiram que o tombamento como patrimônio nacional da cidade de Ouro Preto, ainda em 1938, deveria ser uma de suas primeiras iniciativas?

Resposta Comentada

A recondução da cidade de Ouro Preto à sua importância histórica, no final da década de 1930, quando o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico/SPHAN decidiu-se por seu tombamento, teve um caráter de reafirmação de nossa identidade, vinculando a rejeição ao domínio português – que levou à Conjuração Mineira – ao surgimento de uma nacionalidade individualizada. Além de um anseio por independência política, o desenvolvimento de uma estética artística original, conhecida como barroco mineiro, serviria para legitimar essa visão. A arte e a arquitetura da região, fruto da pujança econômica do ouro e da liberdade conferida aos artistas da região, entre os quais se destacou o mestiço Aleijadinho, contribuíram para alçar Ouro Preto a ícone da formação da nacionalidade brasileira.

Resumo

Os estados do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais possuem pontos culturais comuns, além do compartilhamento de suas fronteiras. Os três tiveram as primeiras linhas de sua história escritas pelos padres jesuítas, como José de Anchieta, cuja atuação estendeu-se pelos três estados. O patrimônio histórico material do período inicial da fundação do Espírito Santo e de São Paulo foi fortemente marcado pela arquitetura dos religiosos da Companhia de Jesus. O plantio de café e a contratação de uma grande quantidade de imigrantes italianos, como substituição da mão de obra escrava, após a abolição, também fizeram parte da história tanto do Espírito Santo quanto de São Paulo, o que afetou, de forma profunda, a estrutura cultural de ambos.

A trajetória de Minas Gerais foi um pouco diferenciada. A abrangência do legado cultural do território mineiro remonta a cerca de 10 mil anos atrás, com a ocupação de diversas cavernas por habitantes pré-históricos, locais que passaram a ser objeto de estudo científico desde o século XIX. Sua relevância cultural recai, entretanto, no forte desenvolvimento econômico decorrente da descoberta de minerais preciosos em seu território, em especial pela exploração de minas de ouro. As cidades mineiras surgidas no rastro do ciclo aurífero desenvolveram uma estética que unia referências barrocas europeias ao imaginário de artistas locais com grande criatividade e liberdade. Muitos deles eram mestiços, como Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho, cuja obra é representativa da interpretação brasileira das matrizes

artísticas portuguesas. Essa diversidade colocou Ouro Preto como centro irradiador de um anseio por liberdade e formador de uma nacionalidade brasileira.

O patrimônio natural desses três estados também é de grande importância: no Espírito Santo, as Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, as mais ricas do mundo em relação à biodiversidade; em Minas Gerais, a Serra do Espinhaço, patrimônio natural do Estado e Reserva da Biosfera reconhecida pela Unesco; e, em São Paulo, as Reservas de Mata Atlântica do Sudeste, também integrantes da lista da Unesco como Reserva da Biosfera Mundial.

A riqueza do patrimônio imaterial da região, formada a partir das referências vindas com os colonizadores portugueses, das trazidas com os imigrantes e daquelas desenvolvidas com criatividade e sabor local, demonstra toda a força cultural da região, cuja riqueza de suas manifestações já começam a ser motivo de registro nos livros do IPHAN como patrimônio imaterial nacional.

14

O Patrimônio Cultural e Artístico Brasileiro: região Sudeste – o estado do Rio de Janeiro

Helena Cunha de Uzeda

Meta da aula

Nesta aula, serão abordados aspectos do patrimônio cultural de alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, com exceção da capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro, que será tratada na próxima aula.

Objetivos

- 1 identificar a relação entre a decadência econômica de algumas cidades antigas e sua preservação, transformando-as em testemunhos históricos de uma época;
- 2 destacar a importância histórica e a peculiaridade da microrregião do Rio de Janeiro;
- 3 destacar os agentes e fatores que participaram na ocupação e desenvolvimento do estado.

Pré-requisitos

Os conteúdos das Aulas 3 (Cidades Históricas Brasileiras) e 5 (Patrimônio Natural) são importantes para a compreensão desta aula.

Introdução

Localizado a leste da região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro faz limites ao norte e nordeste com Minas Gerais, a nordeste com o Espírito Santo e a sudoeste com o estado de São Paulo, tendo como capital a cidade do Rio de Janeiro. Após a histórica viagem de Pedro Álvares Cabral, foi enviada uma expedição exploratória, comandada pelo navegador Gaspar Lemos, que chegou, em janeiro de 1502, ao litoral do estado. Os portugueses ao entrar na baía de Guanabara, imaginando que penetravam na foz de um grande rio, batizaram a região de “Rio de Janeiro”, vindo do nome o gentílico “fluminense”, originário do termo em latim *flumen*, significando “rio”.

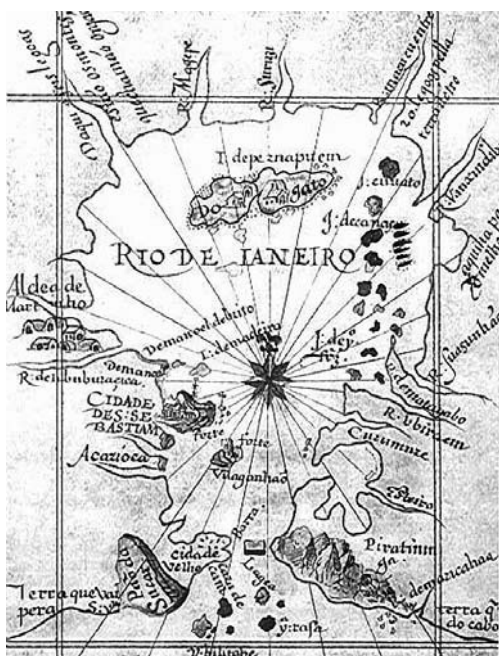


Figura 14.1: Primeiro mapa da baía de Guanabara feito em 1578 pelos portugueses, com o título “Roteiro de todos os Sinais Conhecidos – Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas, de autoria do cartógrafo real Luís Teixeira por volta de 1573-1578”. O original encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Fonte: Vivaldo Coaracy: *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965 p. 95.

O local era um ponto estratégico e, como tal, passou a atrair para o litoral do estado outros navegadores em missões exploratórias, entre eles Fernão de Magalhães, que em 1519, a serviço da corte espanhola, aportou no Rio de Janeiro a caminho de completar a façanha da primeira volta ao mundo a bordo de um navio. A partir de então, o litoral fluminense entrou no roteiro de aventureiros e exploradores ambiciosos, principalmente franceses,

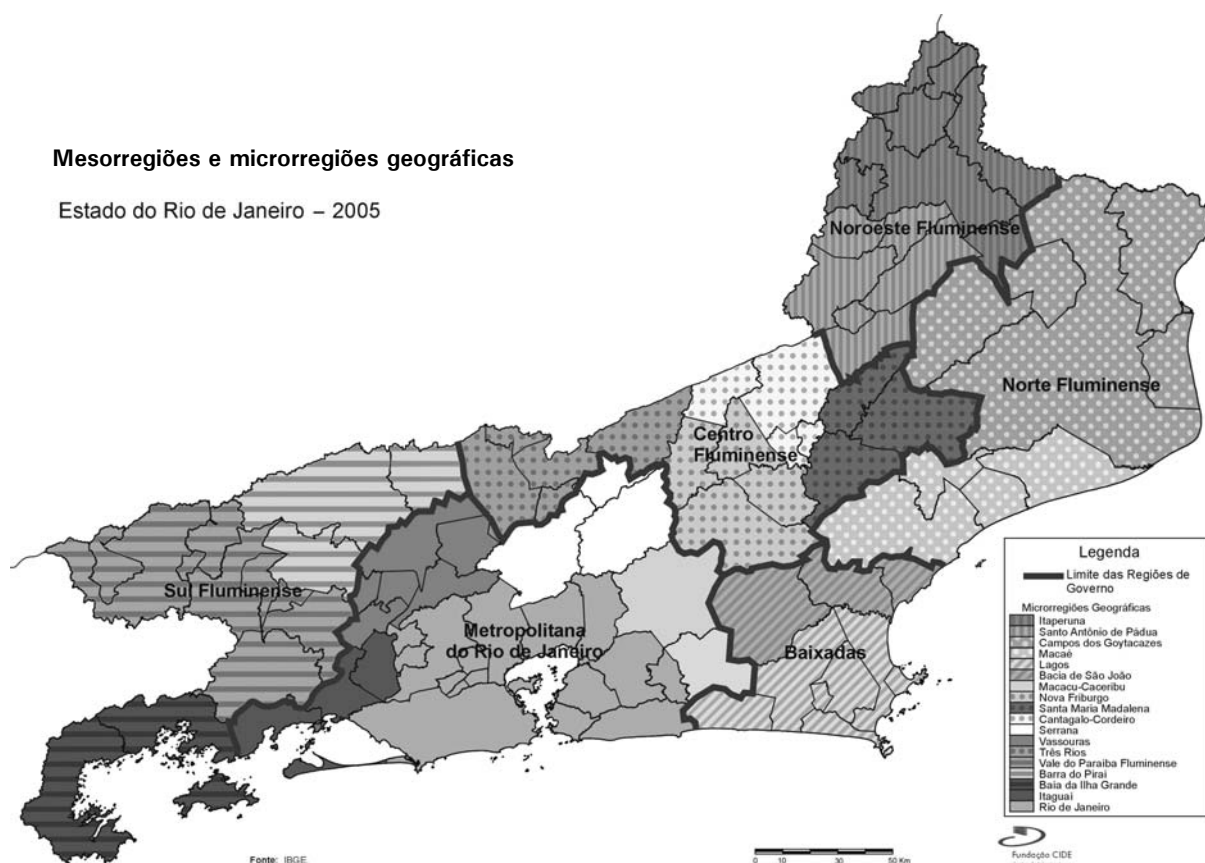
espanhóis e ingleses, que vinham em busca de riquezas minerais e vegetais, em especial a madeira do pau-brasil, que era conseguida com auxílio dos indígenas locais. Entre as quinze Capitânias Hereditárias –, que, de 1534 a 1759, dividiram o território brasileiro entre fidalgos, com o objetivo de protegê-lo e desenvolvê-lo –, estava a Capitania do Rio de Janeiro, que em 1567 tinha o nobre militar português Salvador Correia de Sá no comando.



Acessando o *site* do CIDE (http://www.cide.rj.gov.br/cide/divisao_regional.php), você encontrará o mapa da divisão regional – segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios do Rio de Janeiro – que foi usado neste trabalho.

Mesorregiões e microrregiões geográficas

Estado do Rio de Janeiro – 2005



Após a expulsão dos franceses, os portugueses começam o cultivo regular de cana-de-açúcar em latifúndios, o que gerou uma aristocracia rural apoiada na mão de obra escrava. A descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas na região de Minas Gerais qualificou o estado do Rio de Janeiro como nova capital da colônia pela proximidade com a região e pela boa localização de seus portos, o que facilitava o controle da produção e o escoamento dessa riqueza para a Europa. O porto da cidade de Paraty passou a escoar os carregamentos de ouro, transportados do território mineiro, através do Caminho Velho da Estrada Real, que saía de Vila Rica, atual cidade histórica de Ouro Preto, até o litoral de Paraty.

A chegada da família real à cidade do Rio de Janeiro, em 1808, na tentativa de se esquivar da invasão das tropas de Napoleão e de garantir a posse da colônia mais lucrativa de Portugal, iria causar mudanças drásticas na vida cultural da cidade. Em 1822, ano em que o Brasil conseguiu sua independência de Portugal, o estado contava com cerca de 330 mil habitantes, metade deles escravos. Com a abolição da escravidão e a Proclamação da República, o Rio de Janeiro passou por reurbanizações, modernizando-se. Nas três primeiras décadas do século XX, a lavoura tradicional fluminense de café entrou em processo de desaceleração e decadência, sendo substituída na economia do país pelo desenvolvimento industrial, com destaque para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

Atualmente, o estado do Rio de Janeiro, segunda economia do país – ficando atrás apenas de São Paulo –, responde por cerca de 85% da produção nacional de petróleo, grande parte dela proveniente das jazidas da bacia de Campos. Entretanto, é a indiscutível importância cultural do estado que se destaca, revelando-se na variedade de seu patrimônio, seja material, natural ou imaterial, que foi estabelecida a partir da transferência da corte portuguesa para a cidade e que se consolidou com a instalação da República e com a efervescência cultural de sua sociedade. Nesta aula, vamos destacar o patrimônio cultural de

alguns municípios do estado, deixando para a próxima aula os bens específicos da cidade do Rio de Janeiro.

As divisões regionais usadas aqui seguem os dados fornecidos pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro/CIDE, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Institucional, e que fornecem dados para diversas entidades que integram o governo do estado e as prefeituras, em especial, as que são voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas.

O estado do Rio de Janeiro



Estado do Rio de Janeiro (RJ)

Capital: Rio de Janeiro

Região: Sudeste

Municípios: 92

Gentílico: fluminense

Área: 43.696,054 km²

População: 15.406.478 habitantes

Em 1987, o Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, que dividiu o território do estado em mesorregiões e microrregiões. Algumas alterações foram sendo feitas e, atualmente, o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro/CIDE considera a divisão em seis mesorregiões: região Sul Fluminense, região Centro Fluminense, região Norte Fluminense, região Noroeste Fluminense, região Metropolitana e região das Baixadas Litorâneas. Essas, por sua vez, subdividem-se em microrregiões. Em todo o Estado podemos encontrar importantes patrimônios culturais, como centros históricos, antigas fazendas de café, sítios arqueológicos, reservas naturais e um litoral incrível, que alia lindas praias a pre-

ciosos testemunhos históricos. O patrimônio imaterial fluminense começou a ser levantado e é representado por manifestações culturais de grande riqueza e variedade, mesclando influências europeias, indígenas e africanas.

Região Sul Fluminense

Baía da Ilha Grande: Angra dos Reis e Paraty.

Barra do Piraí: Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

Vale do Paraíba Fluminense: Barra Mansa, Itatiaia, Pí-nheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda.

Reunindo os municípios citados, a região Sul Fluminense localiza-se entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, dividindo-se nas microrregiões da baía da ilha Grande, de Barra do Piraí e do vale do Paraíba Fluminense. A região aparece também em alguns mapas dividida em região da Costa Verde e região do Médio Paraíba.

No dia 6 de janeiro 1502, dedicado aos Três Reis Magos, o navegador Gonçalo Coelho descobriu uma angra – uma ampla enseada – na costa brasileira. A Vila dos Reis Magos da ilha Grande teve como primeira atividade econômica a cultura da cana-de-açúcar, tornando-se, no século XVII e depois, no período imperial, durante o auge do ciclo cafeeiro, um dos mais importantes portos do Brasil. Pelo porto de Paraty, entraram e saíram carregamentos de açúcar e, mais tarde, de café, além de grande quantidade de escravos trazidos das costas da África para as lavouras desses dois produtos agrícolas, muito valiosos no mercado mundial da época. Com a chegada da estrada de ferro, em fins do século XIX, a região entrou em decadência, ficando a cidade colonial de Paraty praticamente esquecida no tempo.

Na década de 1980, Angra dos Reis ganhou as manchetes por ter sido a cidade escolhida para a construção da primeira usi-

na brasileira de energia nuclear, Angra I, que entrou em operação em 2000, e uma segunda, Angra II. Em 2007, a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto/CNAA – conhecida como Angra I e Angra II – produziu 40% do total anual de toda energia térmica gerada no Brasil. O conjunto arquitetônico e paisagístico de Mambucaba, em Angra dos Reis, foi tombado em 1969 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN.

Formada por 365 ilhas e uma infinidade de praias, a baía de ilha Grande fica numa região conhecida como a Costa Verde do estado, na qual se destaca a ilha Grande, a maior de todas as ilhas da baía. Ali funcionou um presídio durante sessenta anos, com capacidade para 1.000 presos, que abrigou presos políticos importantes, como o escritor Graciliano Ramos, detido por sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932, que transformou sua passagem pela ilha-presídio no livro *Memórias do cárcere*.

A região da baía da ilha Grande concentra um grande número de galeões – navios a vela, de quatro mastros e armados para guerra, muito usados para transportar cargas, atravessando oceanos entre os séculos XVI e XVIII – que naufragaram depois de tempestades ou combates, já que essa região da costa brasileira era infestada por piratas e corsários, atraídos pelas riquezas que circulavam na baía a caminho da Europa. Esses sítios subaquáticos de naufrágios já fazem parte do patrimônio da região, atraindo a visita de mergulhadores que buscam esses destroços para fins de pesquisa ou apenas para turismo. A tradição da vida do mar faz com que uma das grandes atrações do município de Angra dos Reis seja a procissão marítima, que ocorre tradicionalmente no primeiro dia do ano.



Figura 14.2: Embarcações enfeitadas para participar da procissão marítima de ano novo, que ocorre na baía de Angra dos Reis, reunindo mais de 1.500 barcos e lanchas com milhares participantes.

Fonte: http://www.angra.rj.gov.br/sapo/_uploads/sig/fotos/procissaoamaritima_ff.jpg

A cidade de Angra dos Reis possui construções coloniais que testemunham a rica história de seu porto movimentado. Há na cidade também Igrejas e outras construções antigas, que datam do século XVIII, como a antiga Casa da Câmara e Cadeia, que hoje abriga a Câmara Municipal da cidade, e o Convento de N. Sra. do Carmo, obra dos frades carmelitas do século XVII, tombada pelo SPHAN em 1954.

Ainda na baía da ilha Grande fica outra cidade histórica, **Paraty**, que preserva uma parte importante da memória brasileira. O início de seu povoamento ocorreu ainda na primeira metade do século XVI, sendo que, em 1667, tornou-se independente de Angra dos Reis, sendo elevada a Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty.

Paraty

O modo correto de grafar o nome da cidade seria “Parati”, considerando que é uma palavra de origem tupi – significando “peixe branco” –, língua indígena para qual é recomendado o uso da letra “i”. Entretanto, a utilização da grafia Paraty com “y” se consolidou de forma oficial.



Veja no portal do cidadão do estado do Rio de Janeiro os detalhes da grande variedade de povos indígenas que habitavam o estado quando aqui chegaram os europeus:

<http://www.governo.rj.gov.br/historia02.asp>

O Centro Histórico de Paraty data do século XVII, período em que portugueses dividiam o espaço com os aldeamentos dos índios goyanazes. Nele foi erigida a capela dedicada a N. Sra. dos Remédios, padroeira da cidade. Outra igreja, a de Santa Rita, construída pelos escravos libertos em 1722, apresenta as características comuns à arquitetura religiosa portuguesa do período – fachada simples, seguindo a arquitetura difundida pelos jesuítas, e interior seguindo o espírito decorativo dos estilos barroco e rococó. Nela funciona atualmente o Museu de Arte Sacra de Paraty, subordinado ao IPHAN, que expõe um acervo religioso valioso, composto por imaginária barroca e prataria sacra do período colonial. Em 1702, o governador da Capitania do Rio de Janeiro ordenou que todo o comércio só poderia entrar e sair da colônia brasileira pelo porto do Rio de Janeiro, tendo a cidade de Paraty como acesso ao Caminho do Ouro que levava até as cidades mineiras. Essa decisão transformou o porto de Paraty no destino dos carregamentos de ouro e pedras preciosas que eram exportados para Europa, o que atraiu uma grande quantidade de corsários e piratas ingleses e franceses. As seis fortificações construídas na região de Paraty visavam proteger a vila dos ataques de embarcações estrangeiras enquanto os postos de guarda fiscalizavam a circulação de ouro e outras mercadorias preciosas.



Acesse a página da prefeitura do município de Paraty e conheça outras construções históricas que fazem parte do patrimônio histórico da cidade: <http://www.pmparaty.rj.gov.br/patrimonio.php>

A agitação desse importante ponto comercial iria declinar no início do século XVIII, quando Portugal proíbe a utilização da antiga estrada, um caminho precário e nada seguro – o Caminho Velho –, por onde escoava o ouro até o porto de Paraty, este também muito perigoso, com águas sempre povoadas de barcos piratas. A isso somou-se a construção de uma nova estrada ligando a cidade do Rio de Janeiro à região mineira produtora

de ouro, o que contribuiu para reduzir o movimento do porto de Paraty. Essa nova estrada, conhecida como Caminho Novo, foi concluída em 1707 e podia ser percorrida em apenas um mês, o que representava uma grande economia de tempo em relação ao trajeto pelo Caminho Velho, que passava por Paraty.

Entretanto, pelo porto paratiense continuaram a circular mercadorias valiosas, como o café – o “ouro negro”, como era chamado, devido à importância que o produto passou a ter na economia nacional. As lavouras de café chegaram à região em torno de 1760 e, inicialmente, difundiu-se pelo Vale do Paraíba – incluindo os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo –, pelo sul de Minas e pelo Espírito Santo. A cultura cafeeira começou a apresentar crescimento acentuado a partir de 1816, trazendo uma grande prosperidade à região e levando o Brasil, em 1840, a alcançar o posto de maior produtor mundial de café. Com a chegada das ferrovias no final do século XIX, o panorama mudou. A chegada da estrada de ferro à região, em 1864, fez com que a produção cafeeira do Vale do Paraíba passasse a utilizar o transporte ferroviário, condenando Paraty ao esquecimento.

A cidade só voltaria a ser lembrada em 1954, quando a construção de uma rodovia ligando-a ao estado de São Paulo trouxe de volta Paraty em todo o seu esplendor colonial e sua relevância histórica. O conjunto histórico da cidade foi tombado pelo IPHAN em 1958, o que inclui as igrejas de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora das Dores, a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, o Forte Defensor Perpétuo, a Santa Casa de Misericórdia, entre outras construções do século XVIII.



A aguardente produzida em Paraty é famosa desde 1700, tendo o nome da cidade passado a ser usado como sinônimo da bebida. A cidade, que chegou ter cerca de 100 alambiques para a fabricação da aguardente em meados do século XVIII, possui, atualmente, apenas seis, mas se orgulha de manter a mesma produção artesanal de quase 300 anos atrás. A cidade organiza, desde 1983, o Festival da Pinga, que foi criado pela Associação Comercial e Industrial para divulgar a tradicional aguardente local.



Figura 14.3: Uma rua da cidade de Paraty com seu calçamento original e seu casario colonial.

As ruas próximas ao mar foram projetadas para que a maré cheia nelas penetrasse, lavando os detritos da cidade.

Fonte: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/arquivos/Image/conteudos/imagens/portugues/paraty.jpg>

O Sul Fluminense teve seu desenvolvimento atrelado à abertura de trilhas ligando a região das Minas Gerais ao litoral do Rio de Janeiro, mais especificamente à cidade de Paraty, para onde, no século XVIII, seguiam as tropas de mulas carregadas de ouro. Era o Caminho do Ouro, também chamado de Trilha Goianá, Estrada da Serra do Facão, Estrada Geral da Serra do Mar, Caminho da Serra e Caminho Velho, sendo este último o nome pelo qual ficou conhecido após a abertura do Caminho Novo, que ligava Minas diretamente à cidade do Rio de Janeiro. Ao longo desse caminho surgiram outros menores, que deram origem a diversos povoadamentos no vale do rio Paraíba do Sul, como Piraí, Barra do Piraí, Valença e Vassouras – cidades que, com o declínio da exploração de ouro, passaram a se dedicar à lavoura de café. A riqueza trazida pelo café cultivado no vale do Paraíba também entraria em decadência, a partir da segunda metade do século XIX, levando municípios como Valença, Piraí, Vassouras, Resende a ter seu desenvolvimento estancado.



O café começou a ser difundido pelo mundo árabe a partir do século IX. Originárias da Etiópia, as propriedades estimulantes da cafeína contida na planta *Coffea arabica* fizeram sucesso na Europa e, depois, nas Américas. As primeiras mudas da valiosa planta chegaram ao Brasil na primeira metade do século XVIII, trazidas pelo militar Francisco de Melo Palheta, que as conseguiu para o governador do estado de Grão-Pará, que ambicionava lucrar com sua comercialização. Da região Norte, o plantio do café arábico espalhou-se para a região Nordeste, mas foi na região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais, que as condições climáticas foram mais favoráveis ao seu cultivo. A cultura cafeeira começou a crescer no Brasil a partir da segunda década do século XIX, tornando-se, entre 1830 e 1840, o produto que mais receitas trazia para o país, que passou, então, a ser o maior produtor mundial do café. Com a quebra da Bolsa americana em 1929, a produção de café brasileira ficou sem ter mercado consumidor, decidindo o governo brasileiro queimar grandes quantidades da produção de café que não conseguiam ser vendidas no exterior. No final da década de 1930, o desenvolvimento do café em pó solúvel resolveu a questão dos excedentes de produção, sendo possível estocar o café e preservá-lo por mais tempo. Atualmente, o Brasil ainda é o maior produtor de café do mundo, ficando em segundo lugar, porém, em relação ao consumo, perdendo para os Estados Unidos da América, o maior mercado consumidor mundial de café.

As antigas fazendas de café do vale do Paraíba

A realização do inventário das fazendas de café do vale do Paraíba Fluminense, que contou com a coordenação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac, tem como objetivo a valorização da arquitetura rural, ligada ao ciclo do café, que se localiza no vale do Paraíba do estado do Rio de Janeiro. A importância histórica desse território no desenvolvimento sociocultural da região e da fazenda como polo irradiador da cultura cafeeira começa a ocupar o espaço que merece dentro da paisagem. Os proprietários dessas fazendas de café possuíam,

normalmente, uma casa na cidade do Rio de Janeiro, onde comercializavam sua safra de café e mantinham outros negócios. Exemplo disso é Antônio Pereira de Souza Barros, natural de Valença, proprietário da Fazenda Cantagalo, construída em 1858, no município de Valença. O fazendeiro Antônio Pereira, que recebeu o título de barão do Engenho Novo, passava mais tempo em sua casa na capital da República do que na casa-sede de sua plantação de café em Valença, dedicando-se a outros negócios na cidade do Rio de Janeiro, como casas que mantinha para alugar no bairro do Engenho Novo.



Figura 14.4: Fazenda Cantagalo, arquitetura rural de meados do século XIX, localizada no município de Valença, típica das construções voltadas à produção de café.

Fonte: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=377>



Veja a relação das 88 fazendas inventariadas pelo Inepac e suas fichas na página oficial do Inventário das Fazendas do vale do Paraíba fluminense.

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O desenvolvimento do comércio e o escoamento de produtos valorizados são determinantes no surgimento e desenvolvimento de cidades, assim como na decadência delas, quando esse comércio deixa de ter importância. A partir desse raciocínio, explique o que causou a decadência da cidade de Paraty e o que, por outro lado, garantiu a preservação do conjunto arquitetônico de seu Centro Histórico.

Resposta Comentada

A cidade de Paraty cresceu no rastro dos caminhos percorridos pelo ouro que, durante o século XVIII, descia da região das Minas Gerais para ser escoado pelo porto de Paraty. O Caminho do Ouro, que cortava a serra do Mar, fica conhecido como Caminho Velho, depois da abertura, em 1707, de um novo trajeto, mais curto e mais seguro, que ligava a região das Minas Gerais diretamente ao porto da cidade do Rio de Janeiro, tentando evitar os ataques recorrentes de corsários e piratas, comuns na baía da ilha Grande. O Caminho Novo retirou um pouco a importância do porto de Paraty, mas a cultura do café, que se desenvolveu com força, a partir de 1816, traria novamente grande prosperidade para a região. A chegada da ferrovia, em 1864, fez com que a produção cafeeira do vale do Paraíba passasse a utilizar o transporte ferroviário, o que acabou por condenar a cidade de Paraty ao esquecimento. O fato de a cidade só voltar a ser lembrada em 1954 – por ocasião da construção de uma estrada que ligava a região ao estado de São Paulo – e ser tombada em 1958 ajudou a manter o

casario longe das remodelações modernizadoras e das demolições para a construção de novos empreendimentos, comuns aos locais de grande desenvolvimento, mantendo intacto também o calçamento original, difícil ao caminhar e ao tráfego de automóveis.

Região Norte Fluminense

Campos dos Goytacazes: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Macaé: Carapebus, Macaé, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã.

A região reúne os nove municípios listados, agrupados em duas microrregiões: Campos dos Goytacazes, com cinco municípios, e Macaé, com quatro. A história do Norte Fluminense, que começa no século XVII com a ocupação da sesmaria que ia do rio Macaé ao rio Iguaçu, está ligada ao desenvolvimento do cultivo do açúcar e à atividade pecuária. O município de Quissamã, que pertence à microrregião de Macaé, possui testemunhos importantes da longa história da região, com um rico patrimônio que merece ser preservado. A Casa da Fazenda Mato de Pipa, de 1777, é um exemplo, sendo a mais antiga residência de senhor de engenho preservada do Norte Fluminense, que deu origem ao povoamento do atual município de Quissamã. A construção foi tombada pelo Inepac em 1985, estando, atualmente, sob os cuidados da Fundação Amap – Associação Mato de Pipa –, que pertence aos descendentes dos antigos proprietários.

Figura 14.5: A Casa Mato de Pipa, a mais antiga casa de senhor de engenho do município de Quissamã. Arquitetura colonial tombada pelo estado do Rio de Janeiro em 1985.

Fonte: <http://www.quissama.rj.gov.br/2009/05/06/municipio-historia-quissama/>.



O município de Campos dos Goytacazes instalou seu primeiro engenho de cana-de-açúcar em meados do século XVII, o que foi fundamental para o desenvolvimento do doce típico da região, a goiabada cascão, feita de forma artesanal, em tachos e em fogo à lenha, aproveitando as goiabas, fruto farto do local. O município de Macaé, cuja ocupação remonta ao século XVII, quando os jesuítas constroem um colégio e uma capela junto ao morro de Sant'Anna com o objetivo de catequizar os gentios, também deve seu desenvolvimento inicial à produção de açúcar. Em 1813, D. João transforma o antigo povoado em Vila de São João de Macahé, passando a região, logo depois, a se dedicar à cultura do café. Com a chegada da estrada de ferro, o porto de Macaé perdeu sua importância e a cidade entrou em relativa decadência. A partir da década de 1970, com a descoberta de petróleo na bacia de Campos, municípios como Campos e Macaé passaram a sofrer profundas mudanças na sua economia e nos seus aspectos culturais, com grande afluência de migrantes, o que fez a população superar, rapidamente, os 130 mil habitantes, segundo dados do IBGE.



A bacia de Campos, a maior reserva petrolífera da Plataforma Continental Brasileira, é uma bacia sedimentar, com cerca de 100 mil quilômetros quadrados, estendendo-se do estado do Espírito Santo, próximo da capital Vitória, até o município de Arraial do Cabo, no litoral norte do estado. Responsável por 84% da produção nacional de petróleo, a bacia de Campos completou, em 2007, trinta anos de produção. Dela são extraídos, diariamente, cerca de 1,49 milhões de barris de óleo e 22 milhões de metros cúbicos de gás. Há, ainda, a bacia de Santos, que faz limite com a bacia de Campos, ao norte, estendendo-se do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina.

Fonte: http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Petrobras/portugues/plataforma/pla_bacia_campos.htm&lang=pt&area=apetrobras

Região Noroeste Fluminense

Itaperuna: Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai.

Santo Antônio de Pádua: Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá.

A região é a mais pobre do estado, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) similar ao de algumas cidades do Nordeste brasileiro. A riqueza do café declinou e a região, atualmente, dedica-se à produção leiteira. O município de Natividade é um dos que tiveram sua economia baseada na produção de café e, mais tarde, na pecuária, destacando-se atualmente pelo turismo rural, atraindo visitantes que se encantam com os testemunhos históricos de suas antigas fazendas de café.

O Noroeste Fluminense teve Nove Pontos de Cultura contemplados pelo Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, juntamente com a Secretaria de Cultura do estado do Rio de Janeiro e o Sebrae/RJ. Pontos de Cultura é uma iniciativa do Programa Cultura Viva, que teve início em 2004, com o objetivo de reconhecer e valorizar manifestações culturais desenvolvidas pela sociedade civil. Com apoio do Ministério da Cultura/MinC, que realiza a seleção em diferentes comunidades brasileiras, com a parceria dos estados e a participação da sociedade civil, os Pontos de Cultura selecionados recebem a quantia de R\$ 185 mil, para que essas atividades culturais mantenham-se vivas e continuem desenvolvendo-se em seus locais de origem. Existem, atualmente, cerca de 650 Pontos de Cultura em todo o Brasil, sendo que nove deles foram selecionados no Noroeste Fluminense, entre os quais Bordando o Futuro, Associação de Bordadeiras de Itaperuna; Festival de Choro e Sanfona de Rosal; Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana, de Bom Jesus do Itabapoana; Projeto Atenas do Noroeste Fluminense; grupo Nativo de Teatro, de Natividade; Talentos da Roça Cultura e Cidadania em Purilândia; Associação de Desenvolvimento Comunitário em Purilândia/Aspur, de Porciúncula.

Região Metropolitana

Itaguaí: Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica.

Macacu-Caceribu: Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

Serrana: Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis.

Vassouras: Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras.

Com 20 municípios, a região metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida ainda como Grande Rio, surgiu da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1974, resultando na segunda maior região metropolitana do país. Em alguns mapas, a região aparece dividida em região Metropolitana, região Serrana e região Centro-Sul Fluminense.

A história da região remonta à ocupação, ainda no século XVI, de terras junto aos rios Iguaçu e Meriti, onde se cultivava cana-de-açúcar, milho e feijão. A cidade de Niterói fica na região Metropolitana e possui uma história muito peculiar. Fundada em 1573 por um índio da tribo temiminó, já catequizado pelos jesuítas, o cacique Araribóia, que ajudou a expulsar os invasores franceses ao lado de Estácio de Sá. Araribóia foi recompensado com a doação de terras, recebendo o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo – título honorífico, religioso militar, concedido pela Corte portuguesa, que garantia importantes privilégios jurídicos e fiscais – e o posto de capitão-mor da aldeia, com direito a um soldo anual. A aldeia de Araribóia foi chamada de São Lourenço dos Índios, ocupando o morro de São Lourenço, onde foi construída uma ermida dedicada ao santo. A construção foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN – no Livro das Belas-Artes, em 1938, no Livro Histórico, em 1948, e, também, tombada pelo Patrimônio Cultural de Niterói, em 1992.

A localidade ganhou a importância, sendo elevada a Vila Real da Praia Grande que, em 1819, tornou-se a capital do Rio de Janeiro, *status* que seria perdido em 1975, quando a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara adota como capital do estado a cidade do Rio de Janeiro. A construção da primitiva igreja data do século XVI, mas sua atual aparência é resultado de uma reforma feita no século XVIII. Em seu altar, que tem estrutura e piso originais em pau-brasil, fica o retábulo-mor, que data do final do século XVI e início do XVII. A peça, entalhada em madeira com motivos decorativos, possui em seu nicho a imagem de São Lourenço. Considerado como a mais antiga obra de arte de Niterói, esse retábulo segue a estética maneirista, difundida pelos jesuítas no período inicial da colonização portuguesa no Brasil.

Figura 14.6: A igreja de São Lourenço dos Índios, em Niterói, marca a fundação da aldeia de São Lourenço no século XVI, um povoamento indígena chefiado pelo cacique Araribóia, que deu origem à cidade de Niterói.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Niter%C3%B3i_-_Igreja_de_S%C3%A3o_Louren%C3%A7o.jpg



Ainda em Niterói, a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no bairro de Jurujuba, protegia a entrada da baía de Guanabara, juntamente com a Fortaleza de São João, na Urca, e com o Forte Tamandaré da Laje, que ocupa uma ilhota, com quem cruzava seus fogos de artilharia, no caso de aproximação de embarcações inimigas. Essas construções se constituíam no principal sistema defensivo da entrada do porto do Rio de Janeiro e da própria cidade durante o período colonial e imperial. Monumento arquitetônico militar, cujas origens remontam à tentativa do francês Nicolau Durand de Villegaignon de estabelecer, em 1555,

no Rio de Janeiro, uma França Antártica, a Fortaleza foi ampliada em 1567 por Mem de Sá, que a transformou no principal ponto de defesa da entrada da baía de Guanabara. A Fortaleza, construída em pedra, com planta diagonal e murada, é considerada um dos mais ricos conjuntos arquitetônicos de fortificações do país, sendo tombada em 1939, no Livro Histórico do IPHAN.

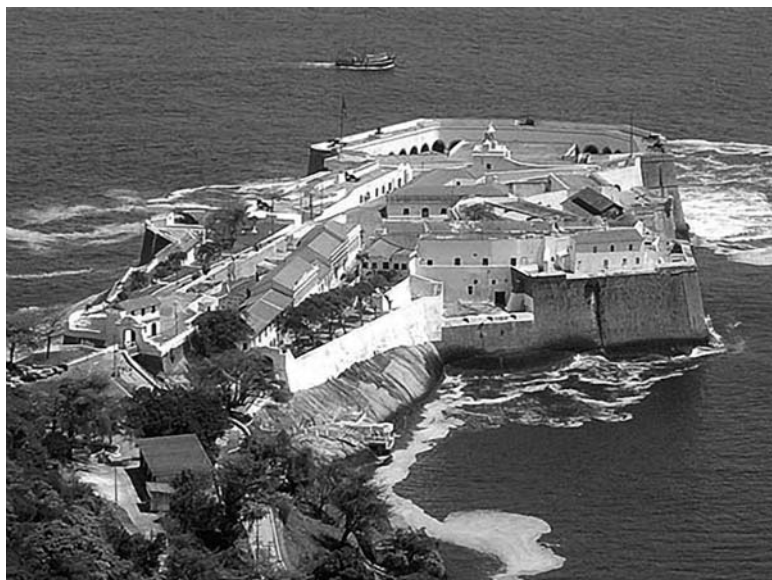


Figura 14.7: Fortaleza de Santa Cruz, em Jurujuba, Niterói.

Fonte: http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/media/sobreFormacaoRJ_13.jpg

Distante cerca de 60 quilômetros da capital do estado, a região Serra Verde Imperial, como é conhecida, está incrustada entre montanhas que conservam parte da cobertura da Mata Atlântica original. O clima tropical de altitude da região apresenta temperaturas amenas, que oscilam em torno de oito a 25 graus durante o ano, com ocorrência de uma densa neblina, que frequentemente envolve as manhãs da serra fluminense, ajudando a conferir um aspecto europeu e romântico à paisagem. Em 1822, quando D. Pedro I dirigia-se a Minas Gerais, utilizando a Estrada Real, caminho para os carregamentos de ouro e pedras preciosas, ficou admirado com o cenário e o clima ameno das

montanhas da serra fluminense – que, por trazerem à lembrança as montanhas existentes em Portugal, receberam o nome de serra da Estrela, em referência à serra homônima portuguesa. O plano de povoar aquela região de clima aprazível, tão próxima aos verões sufocantes da capital da Corte, só se concretizaria pelas mãos de seu filho, D. Pedro II, que construiu na região, onde hoje se localiza Petrópolis, em 1847, um palácio de verão para a família imperial. Isso consolidou a cidade como local de veraneio de famílias abastadas que, a exemplo do imperador, passaram também a construir no local grandes residências, cercadas por amplos jardins, seguindo os costumes e a arquitetura de estilo europeu, que grande sucesso fazia na segunda metade do século XIX. Durante os verões, toda a corte subia a serra até Petrópolis, a “cidade de Pedro”, que se transformava em capital do Império.

O surto de febre amarela que, no final do século XIX, disseminou o medo na capital do Império contribuiu para reafirmar Petrópolis – onde não ocorriam casos da doença, devido ao clima – como refúgio seguro de epidemias pela salubridade de seu clima.

Na região, foi construída, em 1854, a primeira estrada de ferro do Brasil e da América do Sul, a Estrada de Ferro Mauá, criada por Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, que unia o porto de Mauá, no atual município de Magé, à estação de Raiz da Serra. Para chegar até a cidade de Petrópolis, a família real deslocava-se de barco da praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, cruzando a baía da Guanabara até chegar ao Porto de Mauá, de onde se subia de trem até a Raiz da Serra.

Petrópolis recebeu uma grande leva de imigrantes alemães que fugiam dos recorrentes problemas sociais que assolavam a Europa e eram atraídos pela possibilidade de vida melhor no Brasil. O militar alemão Júlio Frederico Köeler (1804-1847) que, naturalizado brasileiro, ingressou no exército do Império do Brasil, projetou a avenida que agora leva seu nome, cujo traçado acompanha o leito do rio Quitandinha. A avenida Köeler conserva o caráter paisagístico e a arquitetura original, com palacetes

seguindo a inspiração neoclássica e eclética, incluindo construções em estilo neogótico e chalés alpinos, muito ao gosto do espírito romântico da época. Essa arquitetura eclética e romântica, além de ser a última palavra no século XIX, eram familiares aos imigrantes alemães e acabou sendo incorporada à paisagem cultural da cidade. O conjunto urbano-paisagístico da avenida Köe-ler foi tombado pelo IPHAN, em 1964.



Figura 14.8: A locomotiva *Baronesa*, à esquerda, de fabricação inglesa, foi a primeira a circular no Brasil, inaugurando a Estrada de Ferro Mauá, em 1854.

Fonte: <http://www.rffsa.gov.br/imagem/Baroneza.JPG>

Figura 14.9: Carro imperial, vagão fabricado em 1886, na Bélgica, para uso do imperador D. Pedro II. A locomotiva e o vagão estão no Museu do Trem, da Rede Ferroviária Federal S/A, localizado no bairro do Engenho de Dentro, na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.rffsa.gov.br/imagem/Carro_Imperial.JPG



Se a locomotiva, que era o meio de transporte utilizado no período imperial, infelizmente foi desativada, as charretes, puxadas por uma parelha de cavalos, continua sendo utilizada para passeios turísticos em Petrópolis, o que mantém o espírito romântico e atemporal da cidade. As “vitórias” – assim chamadas na Inglaterra, onde foram criadas, em homenagem à rainha Victoria, da Grã-Bretanha – são charretes elegantes que foram

adotadas no Brasil no século XIX. A partir dos anos 1940, as vi-tórias foram incorporadas à paisagem da cidade, transformadas em transporte para turistas que, a bordo delas, podem sentir o mesmo espírito que emanava do cenário de Petrópolis no período imperial.

Outro ponto de atração da cidade é o Palácio de Cristal, estrutura pré-moldada, encomendada na Europa pelo conde d'Eu, marido da princesa Isabel, para ser usado como pavilhão de exposição para espécies vegetais e pássaros. Inaugurada em 1884, a construção – tombada pelo IPHAN em 1957, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – é feita em ferro e vidro, inspirada no Palácio de Cristal inglês, construído em 1851 para a Exposição Internacional de Londres.



Figura 14.10: Carruagem à frente do Palácio de Cristal, em Petrópolis, que serve, atualmente, como palco para festividades, como a *Bauernfest*, que celebra a vinda dos colonos alemães para a cidade.

Fonte: <http://fctp.petrópolis.rj.gov.br/fctp/uploads/img4810dfacc9c58.jpg>

Petrópolis, a Cidade Imperial, abriga outros patrimônios relevantes vinculados à história do país, como a casa de Alberto Santos Dumont, inventor e piloto do primeiro voo em aeroplano. Construída em 1918, seguindo projeto do próprio Dumont, a “Encantada”, como é chamada, foi usada como casa de veraneio pelo inventor até 1932. O chalé em estilo alpino, que seguia o

romantismo muito em voga na arquitetura da época na Europa e no Brasil, foi tombado pelo IPHAN, no Livro Histórico, em 1952.



Figura 14.11: Casa de Alberto Santos Dumont, em Petrópolis.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6a/Petropolis-CasaSantosDumont.jpg>



Aos 24 anos, o mineiro Alberto Santos Dumont (1873-1932) herdou uma grande fortuna de seu pai, próspero cafeicultor, cuja família, em 1874, mudara-se de Palmira, Minas Gerais – terra natal do aviator, hoje município de Santos Dumont –, para uma fazenda em Valença, no Rio de Janeiro. Ainda que os Estados Unidos da América considerem os americanos irmãos Wright como pioneiros da aviação – desconsiderando o fato de que precisaram ser catapultados para sair do solo –, o brasileiro Santos Dumont foi o primeiro a realizar um voo motorizado com um aparelho mais pesado que o ar, batizado de 14 Bis, que decolava do solo por seus próprios meios. Sob o olhar testemunhal de jornalistas e de uma multidão de parisienses, Santos Dumont decolou em 1906 no Campo de Bagatelle, em Paris, país onde

Dumont viveu e até hoje é celebrado por seus feitos. A generosidade de Santos Dumont fez com que ele não registrasse as patentes de seus inventos, declarando-os como de domínio público. Santos Dumont pediu que o joalheiro Cartier, de Paris, criasse um relógio para ser amarrado ao pulso – na época, eram usados os relógios de bolso presos em correntes – para que fosse mais fácil consultar as horas quando estivesse dirigindo seus aeroplanos. O relógio de pulso foi assim inventado por Dumont, que rapidamente popularizaria seu novo invento ao usá-lo em seus voos.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Alberto_Santos-Dumont_portrait.jpg



A catedral de São Pedro de Alcântara é outro símbolo da cidade. Em estilo neogótico, a construção que começou em 1884, mas que só foi inaugurada em 1925, já na República, abriga os restos mortais de Pedro II, de D. Teresa Cristina e da princesa Isabel. O presidente Epitácio Pessoa revogou o banimento da família imperial e os restos mortais dos imperadores foram trazidos de volta para o Brasil em 1921.



Figura 14.12: Catedral de São Pedro de Alcântara, em estilo neogótico, vista do rio Quitandinha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Catedral_petropolis.jpg



Acesse a página da prefeitura de Petrópolis e veja o patrimônio cultural que faz parte do roteiro turístico da cidade. http://www.petrópolis.rj.gov.br/index.php?url=http%3A//fctp.petrópolis.rj.gov.br/fctp/modules/xt_conteudo/index.php%3Fid%3D51

Em 1861, o imperador D. Pedro II inaugurou a Estrada de Rodagem União e Indústria, que passava a ligar Petrópolis à cidade mineira de Juiz de Fora. A estrada, pavimentada com camadas de pedras e cascalho comprimidos, seria a primeira da América Latina, aumentando a troca comercial entre esses dois municípios. O trajeto fez surgir o primeiro guia de viagens brasileiro *Doze Horas em Diligência: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora* (1872), organizado pelo fotógrafo alemão Revert Henrique Klumb (183?-1886), que o ilustrou com fotos das paisagens da estrada. Klumb assumiu o cargo de fotógrafo da casa imperial no Rio de Janeiro, trabalhando para o imperador e chegando a dar aulas de fotografia para princesa Isabel.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Pedro_II_1855_00.jpg

A fotografia foi desenvolvida a partir de 1839, pelo francês Louis-Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), e consistia no registro de imagens por um aparelho, o daguerreótipo, que as fixava em placas de cobre cobertas com sais de prata. No ano seguinte, a fotografia já chegava ao Brasil, trazida pelo religioso francês Louis Compté, que desembarcou no Rio de Janeiro com a novidade, apresentando a daguerreotipia a Pedro II, então com apenas 14 anos de idade. O jovem imperador encanta-se com a novidade e compra um aparelho, tornando-se o primeiro “fotógrafo” brasileiro e o primeiro colecionador de fotografias, reunindo, a partir de então, o que viria a ser a maior coleção particular de imagens fotográficas retratando o século XIX. Cerca de 23 mil imagens fotográficas, que fazem parte dessa incrível coleção de D. Pedro II, integram atualmente o acervo da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a maior parte delas foi doada à instituição pelo próprio imperador após a proclamação da República. A foto de D. Pedro II, ainda jovem, foi tirada em 1855, pelo fotógrafo da Casa Imperial Revert Henrique Klumb, autor do livro de fotografias *Doze Horas em Diligência: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*.

Entre 1894 e 1903, já sob regime republicano, a capital do estado do Rio foi transferida de Niterói para Petrópolis, que manteve a tradição aristocrática do período imperial e o costume de hospedar chefes de Estado. O Palácio Imperial, após a proclamação da República, funcionou como colégio, até que o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1943, o transformou em Museu Imperial. O acervo do museu, que hoje é um dos mais visitados do país, inclui mobiliário, louças, obras de arte, jóias, indumentária e documentos relativos ao Império. Entre essas peças destacam-se o traje imperial e as coroas que foram usadas por Pedro I e Pedro II. O Palácio Imperial de Petrópolis e seu parque foram tombados pelo IPHAN, no Livro Histórico, em 1938.



Figura 14.13: Museu Imperial, em Petrópolis. Palácio de veraneio da família imperial, transformado em museu, em 1943.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/PetropolisMuseulImperial1-CCBYSA.jpg>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Nasce uma cidade

Petrópolis nasceu para satisfazer o desejo de um imperador. D. Pedro I, interessado em possuir um recanto para passar o verão longe do calor do Rio de Janeiro (até então a fazenda de Santa Cruz era o lugar de veraneio de sua família), comprou, do major Vieira Afonso, a fazenda do Córrego Seco, na serra da Estrela, com a intenção de construir ali um palácio. A propriedade situava-se na região conhecida por rio Seco ou Córrego Seco, área habitada por sesmeiros e famosa por contar com algumas fazendas, entre elas a do Padre Corrêa, onde Pedro I se hospedava com frequência, nos idos de 1822. Ciente da venda do Córrego Seco, adquiriu a terra em 1830. Após sua abdicação, em 1831, e sua morte, em 1834, a propriedade foi arrendada a terceiros por conta das elevadas dívidas contraídas ao longo de seu reinado. Em 1840, com a maioria de Pedro II e a situação financeira da família sanada, o governo brasileiro comprou o Córrego Seco e a mordomia da Casa Imperial deu início à administração da terra.

A fazenda foi então arrendada ao major-engenheiro alemão Julio Frederico Koeler, incumbido de separar uma área para a edificação de um palácio para o imperador, com suas dependências e jardins; outra área para uma povoação, que deveria ser aforada a particulares, e ainda um terreno para a construção de uma igreja. Os primeiros colonos, todos imigrantes alemães levados para a região com o objetivo de trabalhar inicialmente na construção da estrada que subia a serra, ergueram suas moradas – em terrenos periféricos ao espaço que seria destinado à construção do centro político e comercial – e iniciaram o que viria a se tornar Petrópolis, elevada à categoria de cidade em 1843. Como assinala a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, no capítulo intitulado “A cidade de Pedro”, no livro *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, a subida da serra foi ficando cada vez menos árdua, como resultado da repentina e grande movimentação. Tudo se dirigia serra acima, rumo à nova cidade, construída para o deleite e a proteção do imperador (ALMEIDA, 2005, p. 26).

2. A microrregião serrana da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro possui características que a identificam com a cultura europeia. A partir do conteúdo da aula apresentado até o momento e com auxílio do texto, analise os fatores que contribuíram para que essa identificação ocorresse.

Resposta Comentada

A microrregião serrana entraria no imaginário cultural como local de feições europeias devido a fatores naturais e culturais. O clima de temperaturas mais baixas do que seria de esperar numa área tão próxima aos calores tropicais da capital do estado e a densa vegetação foram comparadas às montanhas portuguesas, recebendo o nome de serra da Estrela, mesmo nome da região portuguesa, que fazia parte da memória de D. Pedro I. O imperador encantou-se com as montanhas em

seu trajeto pela Estrada Real e pensou em colonizar a região, projeto que seria levado a cabo por seu filho D. Pedro II, que escolheu o local, hoje a cidade de Petrópolis, para a construção de um palácio de verão para a família. A epidemia de febre amarela, no final do século XIX, aumentou a procura pela região, que estava livre dos surtos da doença. Petrópolis tornou-se não apenas local de veraneio para a família imperial e para a burguesia, mas também sede do governo, que para lá se transferia junto com a corte. A burguesia abastada mantinha, também, em Petrópolis, grandes residências em meio a jardins bucólicos, acompanhando a arquitetura de estética europeia, de influência francesa, que se tornara moda, a partir da segunda metade do século XIX. A imigração alemã, promovida pelo alemão naturalizado brasileiro, Júlio Frederico Köeler (1804-1847), trouxe costumes europeus para a cidade. O próprio Köeler é autor de um plano urbanístico de inspiração europeia, com uma avenida margeando o rio Quitandinha, pontuada por construções em estilo neogótico e chalés alpinos, que seguiam o espírito romântico e eram familiares aos imigrantes alemães.



Figura 14.14: A Casa da Hera, chácara pertencente à família de Joaquim José Teixeira Leite, conservada intacta como no tempo dos barões de café por desejo da última proprietária, Eufrásia Teixeira Leite.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vassouras_-_Ch%C3%A1cara_da_Hera_04_-_High.JPG

No final do século XVIII, o português Francisco Rodrigues Alves tornou-se o primeiro proprietário de terras da sesmaria de Vassouras e Rio Bonito que, com o declínio do ouro, passou a receber habitantes vindos da região das Minas Gerais. A cidade de Vassouras – o nome se refere a um arbusto da região, cuja fibra é muito utilizada na confecção de vassouras – expandiu-se rapidamente, a reboque da cultura do café, bebida que passava a ter grande penetração no mercado internacional. Com o progresso, veio a necessidade de se construir uma nova estrada para escoar rapidamente a produção local, tarefa que foi confiada, em 1816, ao militar Custódio Ferreira Leite (1782-1859). A nova via passaria pelo centro da cidade de Vassouras, dirigindo-se ao porto de Pilar do Iguaçu, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu – atual município de Duque de Caxias – e de lá ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1825 e 1870, a região foi responsável por 65% do total da exportação brasileira de café, com a antiga vila de Vassouras, elevada à categoria de cidade em 1857, se transformando na maior região produtora de café do mundo. Com muitos palacetes, hotéis e comércio diversificado, Vassouras possuía uma intensa vida social, movida pela fortuna de diversos barões de café, produtores do produto na região, entre os quais estava Joaquim José Teixeira Leite.

Comerciante de café, Joaquim José Teixeira Leite – filho do barão de Itambé, irmão do barão de Vassouras e genro do barão de Campo Belo – adquiriu uma propriedade que ficaria muito conhecida na “Cidade dos Barões”, como Vassouras passou a ser chamada.

A casa, uma construção de 1820, foi herdada pela filha do barão, Eufrásia Teixeira Leite, que assumiu os negócios do pai, após o falecimento deste, tornando-se uma figura destacada da sociedade na corte do Rio de Janeiro, desfrutando da amizade da princesa Isabel e vivendo muitos anos em Paris. Ao falecer, em 1930, Eufrásia deixou em seu testamento toda sua fortuna para instituições benemerentes, determinando que a Casa da Hera fosse conservada em sua inteireza, como no tempo de seus pais, preservando todos os objetos que nela estavam. A Casa da Hera – assim conhecida devido a sua fachada ser coberta por essa vegetação –

foi tombada pelo IPHAN em 1952, com todo o acervo móvel que guarda, como símbolo do período áureo dos barões de café do século XIX, tendo sido aberta à visitação pública a partir de 1965.

Região Centro Fluminense

Nova Friburgo: Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo, Sumidouro.

Santa Maria Madalena: Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes.

Cantagalo-Cordeiro: Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Macuco.

Três Rios: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios.

Distante apenas sessenta quilômetros da capital do estado, a região está instalada entre montanhas cobertas por uma exuberante Mata Atlântica, destacando-se o pico Maior de Friburgo, com 2.316 metros de altitude, ponto culminante da serra do Mar. Em alguns mapas, a região também incorpora alguns municípios da microrregião serrana.

A cidade de Nova Friburgo iniciou sua colonização com a vinda de 261 famílias suíças, contratadas pelo Governo Imperial, que chegaram em 1820 à região em busca de melhores condições de vida. O município recebeu o nome de “Nova Friburgo” em referência à localidade suíça de *Fribourg*, de onde havia partido a maioria dos imigrantes. Quatro anos depois, a cidade também receberia imigrantes alemães, antecipando-se, em meses, à colonização alemã que seria realizada na região sul do país. Considerada como a *Suíça Brasileira*, a cidade de Nova Friburgo possui como bem tombado pelo IPHAN a praça Getúlio Vargas, inscrita no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1972. Projetada pelo paisagista francês Auguste Glazou, a praça abriga outro bem tombado, este pelo Inepac, a residência do barão de Nova Friburgo.

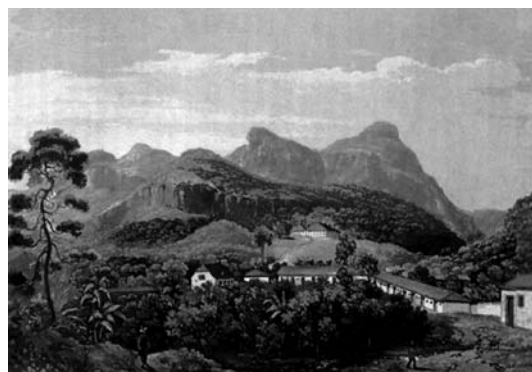


Figura 14.15: Pintura retratando a colônia suíça de Nova Friburgo, no morro do Queimado, de autoria de J. J. Steinmann (1932).

Fonte: <http://www.ieadcnf.org.br/imagens/friburgo-morro-queimado2.jpg>



Formado em Engenharia Civil, Auguste-François Marie Glaziou estudou botânica e horticultura, dedicando-se posteriormente ao paisagismo. Chega ao Brasil em 1958, a convite do imperador D. Pedro II, para assumir a coordenação da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial. Glaziou criou praças e jardins públicos, utilizando plantas brasileiras como o oitizeiro. Aposentado como diretor de Parques e Jardins, Glaziou ficou no Brasil até 1897, retornando à França, onde faleceu em 1906. Glaziou projetou o Jardim da Aclimação, em São Paulo; em Juiz de Fora, o Parque do Museu Mariano Procópio; em Petrópolis, o Jardim do Palácio Imperial; e, em Nova Friburgo, o Parque São Clemente. Na cidade do Rio de Janeiro, foram projetos seus:

a praça Tiradentes, o largo de São Francisco e a praça D. Pedro II, atual praça XV. O paisagista também projetou os jardins da Casa da Marquesa de Santos, do Passeio Público, da Quinta da Boa Vista, do Campo de Santana e do Palácio do Catete, antiga residência que o cafeicultor Antônio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, mantinha na capital do Império e que seria transformado, em 1897, no Palácio do Catete, na sede do Poder Executivo brasileiro e, com a ida da capital para Brasília, em Museu da República.

Fonte: http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/img/oleo_hi.jpg

O município de Paraíba do Sul surgiu ainda no final do século XVII, quando Garcia Rodrigues Pais – filho de Fernão Dias Pais Leme, o Caçador de Esmeraldas – instalou no local a fazenda que daria origem ao município. Garcia Pais conclui o novo caminho em 1707, que passou a ser uma alternativa ao antigo caminho da Estrada Real que, até então, ligava Vila Rica a Paraty, com interesse em explorar o privilégio que lhe fora concedido, beneficiando-se da cobrança de pedágios daqueles que desejassem utilizar a nova estrada. A nova via ligava Vila Rica ao porto da cidade do Rio de Janeiro e encurtava em cerca de um terço a distância percorrida pelo caminho velho.

O Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais teve grande importância na região, ajudando a desenvolver cidades, muitas delas

geradas como locais de pousos ao longo da estrada, como Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios e outras, que hoje fazem parte do roteiro turístico dos caminhos da Estrada Real. A nova estrada levava ao Porto da Estrela, situado às margens do rio Inhomirim, no município de Magé, cidade que se desenvolvera a partir de um antigo povoado, fundado pelos portugueses em 1566 e que grande importância representou para região. Dali, seguia por mar até o porto da cidade do Rio de Janeiro, situado na atual praça XV de Novembro.

Os caminhos da Estrada Real, que passam por 177 municípios – localizados em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo sete em território fluminense –, possuem três caminhos: o “Caminho Velho”, ligando Paraty a Ouro Preto, o “Caminho Novo”, que vai do Rio de Janeiro a Ouro Preto, e o “Caminho dos Diamantes”, ligando a cidade de Ouro Preto até Diamantina, Minas Gerais. Os caminhos “velho” e “novo”, que serviam para escoar os carregamentos de ouro através do território do estado do Rio de Janeiro até o porto, vêm passando por um processo de recuperação de seus 1.600 quilômetros. O reconhecimento e a valorização desse patrimônio, que foi tão importante na formação e no desenvolvimento do estado, ajudam a reavivar a memória do período colonial e a reafirmar a identidade fluminense, estruturada durante séculos ao longo desses caminhos. Os circuitos dos caminhos da Estrada Real, os Caminhos do Ouro, além de serem um relevante testemunho histórico, oferecem ainda paisagens deslumbrantes, cercadas por montanhas com trechos de mata atlântica preservada, rios e cachoeiras.

Figura 14.16: Atualmente, a Estrada Real recebe sinalização indicando os municípios e os circuitos turísticos regionais de seus caminhos (placa assinalando o circuito Caminho Novo).

Fonte: <http://www.estradareal.org.br/hotsite/sinalizacao/index.htm>





Acesse a página oficial do Instituto Estrada Real para saber mais detalhes sobre o projeto e ver o mapa dos caminhos da Estrada Real. http://www.estradareal.org.br/mapas/mapa_ilustrado.pdf
Visite, ainda, a página do Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis: Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta outras rotas importantes para o desenvolvimento econômico-social da região, com explicações detalhadas sobre elas. <http://www.sebraerj.com.br/main.asp?View={5F2B097B-AC8D-437C-90B2-6AA5B8AD39A2}>

O Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis, Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, foi realizado pelo Inepac em parceria com a Unesco, seção Brasil, e o Sebrae do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar os testemunhos materiais do processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro, inventariando a arquitetura e paisagens que compõem o patrimônio cultural da região. Fazem parte Caminhos Singulares: o Caminho do Ouro, já abordado; o Caminho do Sal, com vestígios arqueológicos de sociedades primitivas e de arquitetura colonial do início da colonização da região; o Caminho do Açúcar, que trata das relações com os indígenas, da exploração do pau-brasil e da cultura de cana-de-açúcar; e o Caminho do Café que, inicialmente, utilizou os mesmos Caminhos do Ouro, ampliando depois a rede de circulação com a abertura de outros caminhos.

Região das Baixadas Litorâneas

Bacia de São João: Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim.

Lagos: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema.

A mesorregião das baixadas litorâneas do estado do Rio de Janeiro é considerada uma das mais bonitas do litoral brasileiro, sendo dividida nas microrregiões: região da Bacia de São João e região dos Lagos.

Na bacia de São João, o município litorâneo de Casimiro de Abreu, situado na baixada de Araruama, remonta a meados do século XVIII, quando foi erguida uma pequena capela na localidade conhecida como Aldeia Velha. Transferida para a foz do rio São João, a sede da freguesia começou a progredir até ser, em meados do século XIX, elevada à condição de vila, com o nome de Barra de São João. O porto do local progrediu, exportando café para a cidade do Rio de Janeiro, até que – como ocorreu com os outros municípios fluminenses – se esvaziou após a abolição da escravidão e a chegada do transporte por linha férrea. Com a decadência do porto, a sede foi transferida, em 1925, para Indaiaçu, cidade que se originou da antiga fazenda de Indaiaçu, pertencente ao pai do poeta Casimiro de Abreu. Nascido no município em 1839, Casimiro de Abreu, ainda que tenha morrido com apenas 21 anos, vitimado pela tuberculose, chegou a ser considerado um dos poetas mais populares do romantismo nacional. A Fundação Cultural Casimiro de Abreu estimula atividades nas áreas de música e literatura, como o X Concurso Literário de Poesias, que faz parte das comemorações pelos 150 anos da emancipação do município. A casa onde nasceu o poeta, uma construção do século XIX, foi tombada pelo IPHAN no Livro Histórico, em 1963, funcionando atualmente como Biblioteca Pública Casimiro de Abreu e Conselho Municipal de Cultura.

A microrregião dos Lagos é composta por sete municípios que se distribuem em torno das lagoas de Saquarema e Araruama. Famosa pelas inúmeras lagoas e lindas praias – em mar aberto, propícias para o surfe, ou de águas tranquilhas e translúcidas, ideais para mergulho –, a região dos Lagos possui ainda uma riqueza histórica, que costuma passar despercebida aos visitantes. A história do início da colonização da região está estreitamente vinculada à atividade de piratas que contrabandeavam pau-brasil

e ao comércio de escravos africanos. Depois de combates entre portugueses, índios e franceses, a colonização portuguesa estabeleceu algumas vilas acanhadas, cuja economia baseava-se, principalmente, na pesca.

A ocupação das terras do atual município de Cabo Frio teve início há mais ou menos seis mil anos, com povos nômades que acamparam no morro dos Índios, uma pequena ilha localizada no litoral da lagoa de Araruama. O município de Cabo Frio e Arraial do Cabo é rico em vestígios arqueológicos – calcula-se que havia cerca de cinquenta aldeias tupinambá na região –, com diversos sambaquis e sítios cerâmicos. Alguns deles, localizados no litoral de Cabo Frio, são tombados pela prefeitura municipal e pelo Inepac, em seu conjunto ecológico, arqueológico e paisagístico, estando liberados para visitação com acesso controlado.



Figura 14.17: Vista da ilha de Cabo Frio e da praia do Farol, no município de Arraial do Cabo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Arraial.rj.06.jpg>

Na ilha de Cabo Frio – ou ilha do Farol, por possuir dois faróis desativados – fica a Gruta Azul, com 15 metros de altura e águas cristalinas, e a praia do Farol, considerada a mais limpa e bonita do Brasil, protegida pela Marinha brasileira, que permite acesso à praia com autorização e agendamento. A ilha do Farol é considerada pela Unesco como Reserva da Biosfera.



Américo Vespúcio desembarcou no litoral fluminense em 1503, no atual município de Arraial do Cabo, que fez parte da cidade de Cabo Frio até 1985. O nome “cabo”, presente nesses dois municípios da região dos Lagos, refere-se ao acidente geográfico – uma porção de terra que se alonga mar adentro – onde se situam as duas cidades. O adjetivo “frio” foi incorporado ao nome da região pelos primeiros desbravadores do local, que se espantaram com o fato de a temperatura da água do mar ser tão baixa num litoral tropical. Isso ocorre, até nos dias de hoje, por causa da “ressurgência”, comum, especialmente, no litoral da Praia Grande, em Arraial do Cabo, onde a água do mar pode chegar a apenas oito graus centígrados. A “ressurgência” é um fenômeno natural de afloramento das águas profundas, mais frias e mais ricas em nutrientes, devido à ação dos ventos e do movimento de rotação da terra, que afasta as águas quentes que descem do litoral do Nordeste em direção ao sul, permitindo a entrada das águas frias, trazidas do sul pela corrente das Malvinas. Essa corrente de águas frias, proveniente do Círculo Polar Antártico que banha o litoral da Argentina e do Uruguai são responsáveis pelo fenômeno que torna as águas de Arraial do Cabo tão frias.

Ainda que Cabo Frio e Arraial do Cabo sejam mais reconhecidos por seus atrativos naturais e suas praias de areias brancas paradisíacas e perfeitas para a prática do mergulho, a região possui um imenso capital histórico, muito pouco valorizado e divulgado. Em 1503, a praia dos Anjos, em Arraial do Cabo, assistiu ao desembarque do navegador florentino Américo Vespúcio, que participou de expedições ao Novo Mundo a serviço de D. Manuel, rei de Portugal. Vespúcio construiu um forte no litoral e instalou o que seria a primeira feitoria das Américas – local de trocas comerciais, que contava com algumas poucas casas modestas e armazéns para estocar produtos da exploração colonial. Acredita-se que ali tenha tido início o primeiro povoamento do litoral brasileiro, que se desenvolveria com a exploração do pau-brasil, atraindo piratas e corsários franceses e holandeses, e com a ajuda dos indígenas locais, que atuavam também na exploração daquele recurso natural. No início do século XVII, os franceses foram expulsos da região, consolidando a colonização portuguesa.

Em Arraial do Cabo, junto à praia dos Anjos, existe uma construção em pedra com típica arquitetura colonial portuguesa, a Casa de Piedra, considerada uma das primeiras construções erigidas em solo brasileiro. Em 1506, foi rezada uma missa numa pequena capela feita de pau a pique dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, que mais tarde seria construída em pedra e cal seguindo a estética da arquitetura jesuítica, ordem religiosa que era proprietária de vastas extensões de terra que incluíam áreas em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Conhecida como a Igreja dos Jesuítas, a Matriz do município de São Pedro da Aldeia, construída no século XVIII em pedra, cal e óleo de baleia, abriga uma das primeiras imagens devocionais do país, de Nossa Senhora da Conceição, datada de 1551.



Figura 14.18: Casa de Piedra, na praia dos Anjos, município de Arraial do Cabo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_da_Piedra.JPG



Figura 14.19: Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, praia dos Anjos, Arraial do Cabo.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Our_Lady_of_Medicine_2.jpg

No largo de Santo Antônio, no centro da cidade de Cabo Frio, destaca-se o conjunto arquitetônico do século XVII, reunindo a igreja de Nossa Senhora dos Anjos, os remanescentes do convento franciscano e a capela dos Terceiros, com claustro e cemitério. Ali funcionou, no período colonial, a Casa do Noviciado, que servia como escola para ensinar as crianças a escrever e contar. Tombado no Livro das Belas-Artes em 1957, abriga atualmente o Museu de Arte Religiosa e Tradicional, ligado ao IPHAN. Outros monumentos tombados no município são a capela de Nossa Senhora da Guia, situada no morro da Guia, em 1957, e os remanescentes do Forte São Matheus, na praia do Forte, em 1956.



Figura 14.20: Conjunto arquitetônico do século XVII, composto pela igreja de Nossa Senhora dos Anjos, capela e cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, no largo de Santo Antônio, centro da cidade de Cabo Frio, RJ.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/CaboFrio_Convent_and_Church_of_Nossa_Senhora_dos_Anjos.JPG

O projeto “Cabo Frio 500 Anos”, criado em 2003, visa ao reconhecimento da cultura histórica pela sociedade local, escolas e historiadores e também como produto turístico. A prefeitura de Cabo Frio reativou o Instituto Municipal de Patrimônio Cultural/ Imupac com o objetivo de preservar o importante patrimônio cultural, histórico e natural presente no município de Cabo Frio.

Patrimônio natural do estado do Rio de Janeiro

O estado apresenta um rico patrimônio natural, que, além de seu deslumbrante litoral, possui áreas protegidas pelos governos federal e estadual, pois, além do interesse turístico, possuem importância científica e histórica. Entre os parques nacionais fluminenses encontram-se: do Itatiaia, na serra da Mantiqueira (criado em 1937); da Restinga de Jurubatiba (2002); da serra da Bocaina (1974) e da serra dos Órgãos (1939); e da serra da Tijuca (1961). O Parque Nacional de Itatiaia é o mais antigo parque nacional brasileiro e se localiza na serra da Mantiqueira, na divisa do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Seu nome significa “pedra cheia de pontas”, em referência ao feitio de suas montanhas. A parte mais alta do Itatiaia é um dos locais mais frios do Brasil, chegando a marcar nove graus negativos, nos invernos mais rigorosos, podendo acontecer, ocasionalmente, precipitação de neve de forte intensidade, como a que ocorreu em 1985. No Parque de Itatiaia, fica o pico das Agulhas Negras, ponto culminante do estado com quase 2.789 metros de altitude.

Figura 14.21: Maciço das Agulhas Negras, localizado na Serra da Mantiqueira, dentro do Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro.



Ostenta o ponto culminante do estado do Rio de Janeiro, com 2.789 metros de altura.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Agulhasnegras.JPG>

São nove os parques estaduais fluminenses:

da ilha Grande – município de Angra dos Reis, baía da ilha Grande e ilha Grande; da serra da Concórdia – municípios de Barra do Piraí e Valença; da serra da Tiririca – municípios de Maricá e Niterói; e dos Três Picos – na microrregião serrana, o maior parque estadual do Estado, que abrange os municípios de Cachoeiras do Macacu, Teresópolis, Nova Friburgo, Silva Jardim e Guapimirim; e do Desengano – última reserva de Mata Atlântica do norte fluminense, localizado nos municípios de São Fidélis, Santa Maria Madalena e Campos dos Goytacazes. O Parque do Desengano, como compensação pela instalação na região da Usina Termoeletrica de Macaé, da El Paso, passou a receber algumas melhorias na infraestrutura e contar com um Plano de Manejo e um Programa de Educação Ambiental que visa manter a sustentabilidade do parque.

A reserva biológica Poço das Antas, criada em 1974, compreende cinco mil hectares dos municípios fluminenses de Casimiro de Abreu e de Silva Jardim. Polo de turismo ecológico, a reserva é uma unidade de conservação federal, que preserva parte da Mata Atlântica da região costeira, juntamente com seus ecossistemas associados, incluindo flora e fauna ameaçadas, como o mico-leão-dourado, que tem como habitat as florestas do litoral norte do estado do Rio de Janeiro.



Veja no *site* a seguir a lista das áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza:

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81reas_protegidas_do_Brasil#Florestas_estaduais.

Patrimônio imaterial Fluminense

O estado do Rio de Janeiro possui uma variedade de manifestações no campo do patrimônio imaterial que incluem arte, artesanato, dança, música, culinária, festas religiosas e populares.

Entre o patrimônio imaterial do Sul Fluminense, por exemplo, destacamos expressões conhecidas como “jongo”, que possuem origem africana e estão relacionadas às culturas da cana-de-açúcar e do café, que se desenvolveram na região sudeste. O jongo apresenta características específicas, sendo comum nas periferias de cidades e em algumas zonas rurais do sudeste, como Angra dos Reis, Barra do Piraí, Baixada Fluminense, Búzios, Cabo Frio, Duas Barras, Piraí e Valença. Os elementos comuns a essas manifestações são danças de roda, ao som de percussão de tambores, e cantos com elementos mágicos. O jongo é praticado durante a celebração das festas de santos católicos e de divindades afro-brasileiras como as festas juninas, as festas do Divino e as comemorações do dia da abolição da escravidão. No inventário realizado para a efetivação da inscrição da manifestação no Livro de Registro das Formas de Expressão, que ocorreu em 2005, foram visitadas comunidades jongueiras localizadas no estado do Rio de Janeiro, entre elas as do morro da Serrinha, no bairro de Madureira, e a da comunidade da Fazenda São José, no município de Valença. Confira na Aula 4, sobre patrimônio imaterial, mais detalhes sobre essas manifestações.



Na página oficial do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, você pode encontrar e se aprofundar em toda a diversidade do patrimônio imaterial fluminense; o mapa das festas e manifestações populares, o calendário das festas de cada município e os aspectos específicos do folclore fluminense. Confira: <http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Folclore>

Com o intuito de difundir o jongo, a Universidade Federal Fluminense desenvolve atualmente o projeto Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra em comunidades rurais do Rio de Janeiro, com o objetivo de valorizar essas manifestações e a história dessas comunidades, reafirmando a identidade cultural regional.



Figura 14.22: O jongo, manifestação tipicamente rural, trazida da África pelos negros, obteve, em 2005, o registro de patrimônio imaterial nacional.

Fonte: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/images/stories/tradic3.jpg>

No ano de 2005, o Inepac lançou o livro *Patrimônio cultural: guia de bens tombados pelo estado do Rio de Janeiro – 1965/2005*, que reúne o inventário dos bens tombados nos 92 municípios fluminenses, traçando a trajetória do processo de preservação do patrimônio estadual, desde o tombamento do Parque Lage, em 1965, até os 1.150 bens urbanos e sítios naturais protegidos.

Conclusão

O estado do Rio de Janeiro desenvolveu-se atrelado às tentativas de ocupação do território por exploradores franceses, holandeses e portugueses, tendo esses últimos conquistado definitivamente a região no século XVI. A partir de então, teve início o desenvolvimento do território do estado com extração de pau-brasil, sendo seguido pela cultura canavieira para produção e exportação de açúcar, no século XII, e pela expansão cafeeira, no século XIX. O progresso da região deve sua consolidação à decisão da Coroa portuguesa de utilizar os portos do litoral fluminense para exportar para a Europa os carregamentos de ouro, vindos da região das Minas Gerais. Ao longo dos caminhos da Estrada Real, que foi usada para esse fim e que cortava o Vale do Paraíba, foram crescendo vilas que deram origem aos municípios de Areal, Magé, Comendador Levy Gasparian, Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul e Itaipava.

Ainda que não se possa desconsiderar a forte vocação turística que representam as belezas naturais do estado – seu litoral de praias de areias claras, suas serras e montanhas, rios e cachoeiras –, o imenso legado histórico constituído por seu patrimônio histórico cultural é incomensurável. Construções centenárias, como fortificações, palácios imperiais, igrejas, fazendas de café, estações ferroviárias, que contam a história do desenvolvimento do estado, nem sempre valorizadas e preservadas nas regiões de origem, possuem um grande apelo para o turismo cultural. Assim, cidades que são conhecidas quase que exclusivamente por suas belas praias, como Angra dos Reis, Cabo Frio e Arraial do Cabo, por exemplo, possuem uma riqueza cultural e histórica que ainda esperam para ser mais bem dimensionadas em seu potencial turístico.

As manifestações de cunho imaterial fluminense guardam a memória da grande quantidade de escravos trazidos para a região como mão de obra para o cultivo de cana-de-açúcar e, em seguida, para produção de café nas diversas fazendas espa-

lhadas pela região. O jongo, que foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 2005, se constitui numa expressão rural, diretamente ligada à cultura africana da região Sudeste. Trazido para o Brasil pelos negros – que vinham aprisionados dos antigos reinos da região africana que hoje corresponde à República de Angola –, o jongo é considerado um dos ritmos que tiveram participação na formação do samba carioca, uma das mais representativas manifestações culturais do Brasil.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

O estado do Rio de Janeiro sofreu, a partir do início do século XVI, uma grande disputa pelo domínio de seu território, sendo disputado por diferentes nações. Descubra no caça-palavras os povos e os produtos que tiveram participação decisiva para o desbravamento e o desenvolvimento da região fluminense.

M	J	C	I	N	D	I	G	E	N	A	S	P	•	•
M	Z	•	•	•	N	Q	•	V	A	R	N	C	M	•
•	J	•	•	J	M	V	A	N	•	•	J	N	•	N
C	A	F	E	•	H	S	A	•	•	I	•	B	K	•
B	F	•	•	B	Z	C	•	•	P	•	•	•	G	•
U	•	Y	•	H	H	W	•	•	W	Q	•	E	•	•
•	P	O	R	T	U	G	U	E	S	E	S	J	X	•
K	E	U	F	•	•	•	•	C	•	N	P	R	V	U
•	•	R	L	P	O	A	F	R	I	C	A	N	O	S
H	•	O	G	B	F	R	A	N	C	E	S	E	S	B
•	S	•	K	•	•	•	Q	Z	•	F	•	•	Y	M
J	•	•	W	N	I	U	L	C	•	•	•	S	B	•
B	D	S	•	U	•	J	L	•	L	L	L	•	S	•
•	X	Y	•	•	E	•	X	L	•	O	T	X	T	O
•	•	•	Y	•	S	•	G	L	•	M	T	G	V	Q

Resposta

M	J	C	I	N	D	I	G	E	N	A	S	P	.	.
M	Z	.	.	.	N	Q	.	V	A	R	N	C	M	.
.	J	.	.	J	M	V	A	N	.	.	J	N	.	N
C	A	F	E	.	H	S	A	.	.	I	.	B	K	.
B	F	.	.	B	Z	C	.	.	P	.	.	.	G	.
U	.	Y	.	H	H	W	.	.	W	Q	.	E	.	.
.	P	O	R	T	U	G	U	E	S	E	S	J	X	.
K	E	U	F	C	.	N	P	R	V	U
.	.	R	L	P	O	A	F	R	I	C	A	N	O	S
H	.	O	G	B	F	R	A	N	C	E	S	E	S	B
.	S	.	K	.	.	.	Q	Z	.	F	.	.	Y	M
J	.	.	W	N	I	U	L	C	.	.	.	S	B	.
B	D	S	.	U	.	J	L	.	L	L	L	.	S	.
.	X	Y	.	.	E	.	X	L	.	O	T	X	T	O
.	.	.	Y	.	S	.	G	L	.	M	T	G	V	Q

Resumo

Logo após a viagem de Cabral, chegou ao litoral do sudeste brasileiro a expedição exploratória de Gaspar Lemos, em 1502, recebendo o Rio de Janeiro esse nome porque se imaginou ser a baía de Guanabara um rio e porque o mês era janeiro. O local era um ponto estratégico, que passou a atrair exploradores de outros países, transformando o litoral fluminense em roteiro obrigatório de aventureiros ambiciosos, que vinham em busca de riquezas como o pau-brasil. Após a expulsão dos franceses, os portugueses deram início ao cultivo da cana-de-açúcar, começando, assim, o próspero desenvolvimento da Capitania do Rio de Janeiro. Mas seria a utilização do território como rota para escoar os carregamentos de ouro, vindos da região das Minas Gerais até o litoral do estado, que seria decisiva para a ocupação e o desenvolvimento de diversos municípios fluminenses. Nos caminhos da Estrada Real, que ligava a antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, ao litoral – levando ao porto de Paraty e, depois, ao porto da capital do Império, Rio de Janeiro –, uma cultura que mesclava o imaginário de portugueses, indígenas e africanos foi se estabelecendo.

A variada topografia do estado reúne montanhas de quase três mil metros, onde as temperaturas podem ser negativas nos invernos rigorosos; uma exuberante vegetação, cobrindo os parques nacionais e os estaduais, que mantêm partes de Mata Atlântica preservada; e um deslumbrante litoral, com uma costa repleta de praias de areias brancas e finas.

O cultivo do café, no século XIX, consolidou a importância econômica e a identidade da região, gerando um patrimônio material formado por igrejas, cidades históricas e construções rurais, com arquitetura de matriz portuguesa e eclética, construídas pela aristocracia cafeeira. O rico patrimônio imaterial fluminense reúne tanto as tradicionais festas religiosas, trazidas pelos colonizadores portugueses – como as comemorações do dia de Reis –, quanto as manifestações culturais vindas com os negros da África, como o jongo, que marcavam com tambores a dança e o canto dos escravos e que serviram de base para a criação do samba, que se tornou parte da identidade nacional.

15

**Esta aula encontra-se em fase
de elaboração**

16

O que é Patrimônio Turístico Nacional?

Antônio Carlos de Carvalho

Meta da aula

Apresentar alguns exemplos de “atrativos turísticos” e a importância em se defender o Patrimônio Turístico Natural e Cultural do Brasil.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer as características utilizadas para a identificação do Patrimônio Turístico Nacional;
- 2** reconhecer a importância de preservar o Patrimônio Turístico Nacional.

Introdução

Você sabia que as belezas naturais, a cultura da sua cidade e os eventos de que você participa podem ser interessantes para pessoas de outros lugares?

As pessoas que viajam para conhecer lugares diferentes de onde vivem entram em contato com outras culturas, principalmente no nosso país, cuja diversificação é acentuada. Conhecem, também, locais com atrativos naturais diferentes. Essas pessoas chamam-se turistas e trazem riquezas para o lugar onde você vive, aumentam a renda local e, conseqüentemente, diminuem as diferenças sociais tão marcantes no Brasil.

Esta disciplina pretende ajudá-lo a identificar o nosso patrimônio turístico e destacar como esse patrimônio pode beneficiar sua cidade, seu estado ou o próprio país. Ensina também o que se deve fazer para defender os atrativos naturais e culturais por meio do turismo.

Definições

A Legislação Brasileira, por meio da Lei nº 4.717 de 1965, define como Patrimônio Turístico “os bens de valor econômico (que se entende como a infraestrutura de apoio ao Turismo), artístico, estético, histórico ou turístico” [art. 1º, § 1º]. Contudo, em 1985, a Lei nº 7.347 acrescenta aos “bens e valores” o meio ambiente e o consumidor.

No âmbito acadêmico, toda vez que se discute acerca do Patrimônio Turístico, faz-se necessário observar as diversas interpretações desse fenômeno. Desse modo, destacamos a contribuição de alguns teóricos.

Para Pinto (2003), Patrimônio Turístico é o conjunto de bens naturais, artificiais e culturais que, por suas características intrínsecas, possuem atratividade para visitação.

Boullón (2002), por sua vez, define o Patrimônio Turístico como a soma dos atrativos, dos produtos turísticos, da infra-

estrutura e da superestrutura de um destino. A partir das definições apresentadas pelos dois autores, torna-se relevante investigar o item em comum entre eles, que é a atratividade.

Entende-se por atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo (EMBRATUR, 1992), ou, como defende Cerro (1992), todo elemento material que tem a capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona.

Um atrativo turístico constitui, ainda, o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determina a seleção, por parte do turista, do local de destino de uma viagem, ou seja, gera uma corrente turística até a localidade.

Para Menezes (2002), os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

Já para Ignarra (2003, p. 53), a conceituação de atrativos turísticos é algo complexo, visto que:

(...) a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de um turista para outro. (...) Desta forma, os atrativos estão relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos. É usual que elementos que compõem o cotidiano das pessoas que residem em certa localidade não lhes chame atenção e se mostrem extremamente atrativos para os visitantes que não participam desse cotidiano.

A seguir, no **Quadro 16.1**, apresentamos os fatores que devem ser levados em consideração ao analisar um atrativo turístico:

Quadro 16.1: Fatores considerados na análise de um atrativo turístico

Características para análise de atrativos turísticos	
Atrativos naturais	Atrativos culturais
Morfologia	Situação de ambiência
Altura	Época de construção e/ou elaboração e valor histórico
Vegetação (área ocupada e tipo)	Características construtivas/elaboração
Fauna	Características tipológicas/aspectos notáveis
Características da paisagem circundante	Coleções principais/acervos/espécies
Locais e percursos com interesses de visitação	Local de ocorrência/festas/comemorações/atividades
Qualidade das praias	Formas de apresentação
Intensidade das ondas/marés/ventos	Formas de elaboração ou tratamento
Nível de poluição	Forma de apresentação e/ou uso
Qualidade e cor da areia ou outro tipo de solo	Produtos e ou objetos para comercialização/consumo
Existência de ilhas/corredeiras/várzeas	Manifestações culturais incorporadas ao atrativo
Margens aproveitáveis para entretenimentos	Técnicas e métodos empregados/importância técnica
Volume de água	Locais e percursos com interesse para visitação
Área interna das grutas (altura, largura e extensão)	Estado de conservação
Conformação geológica da gruta	Singularidade
Presença de estalactites/estalagmites	Localização (localidade mais próxima, distância em km)
Extensão de percursos com segurança	Meios de acesso aos atrativos
Visibilidade interior	Legislação de proteção existente
Singularidade	Horário de visitação
Localização	
Meios de acesso ao atrativo	
Tempo necessário para conhecer o atrativo	
Equipamentos e serviços disponíveis no local	

Você sabia que a cultura e as belezas naturais de uma região podem despertar o interesse de pessoas de outros lugares?

Quando as pessoas se deslocam do local onde vivem para conhecer outros lugares – os turistas –, entram em contato com culturas distintas. No Brasil, um país constituído historicamente na diversidade cultural trazida pelos imigrantes, essa troca é ainda mais acentuada. Além desse intercâmbio cultural, os viajantes também têm a oportunidade de conhecer locais com atrativos naturais diferentes. Os turistas e as atividades turísticas exercem relevante importância na economia brasileira, pois geram milhões de empregos e, conseqüentemente, contribuem de maneira significativa para diminuição das diferenças sociais tão marcantes no Brasil.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

O estado do Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por seus Patrimônios Turísticos que atraem milhões de pessoas todos os anos. Cite um Patrimônio Turístico do Rio de Janeiro e liste duas características que o definem como atrativo turístico.

Comentário

Nesta atividade, o aluno deverá escolher um entre os diversos Patrimônios Turísticos do estado do Rio de Janeiro e, a partir do quadro “Fatores considerados na análise de um atrativo turístico”, selecionar dois aspectos que justifique sua categorização como atrativo turístico.

Trabalhos como atração turística

Você já pensou que, para os turistas, o trabalho dos nativos pode ser bastante interessante?

A seguir, veremos alguns exemplos de trabalhos que se tornaram atrações turísticas no Brasil.

Jangadeiros

Você conhece uma jangada? É uma embarcação de madeira, bem frágil, tocada à vela (**Figura 16.1**). As jangadas fazem parte do cenário litorâneo do Nordeste. Além de embelezarem a paisagem nordestina, são instrumentos de trabalho dos jangadeiros que, com seus chapéus e suas roupas simples de algodão grosso, vão para o mar pescar durante a madrugada. Por sobreviverem da pesca, os jangadeiros vivem a maior parte de sua vida no mar e são profundos conhecedores de seus imprevistos.



Figura 16.1: Jangada.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jangada>

Eles pescam sempre em grupo. Geralmente em cada embarcação vão três jangadeiros, pois uma quantidade maior torna a pescaria arriscada, dada a frágil estrutura de uma jangada.

Os jangadeiros utilizam a tarrafa como instrumento de pesca e, durante a pescaria, conversam por sinais, para não afastarem os peixes.

A reverência a figuras religiosas é bastante comum entre os jangadeiros. Seus padroeiros são: São Pedro, Santa Luzia e Bom Jesus dos Navegantes.

Boiadeiros

O boiadeiro é outro tipo de trabalhador importante como atração turística. É necessário destacar que seu nome muda de acordo com a região: em algumas, eles são conhecidos como peão, noutras, como vaqueiro.

A principal função do boiadeiro é cuidar do gado: criar, proteger e conduzir de um local para outro.

Os costumes dos boiadeiros variam de um lugar para o outro. No Nordeste, sua roupa é feita de couro, pois, nessa região, o gado é criado na caatinga da região semiárida, e esse tipo de material serve para protegê-los dos espinhos da vegetação.

No Rio Grande do Sul, eles são chamados de vaqueiros (**Figura 16.2**). O traje é composto por calças chamadas de bombachas, chapéu de abas, um manto chamado poncho e esporas. Além do laço, eles usam como instrumento para o trabalho a boleadeira – equipamento constituído de três bolas de pedra ou ferro cobertas de couro forte e que serve para derrubar o boi quando necessá-



rio.

Figura 16.2: Vaqueiro típico do Rio Grande do Sul.

Rendeiras

As rendeiras são mulheres que trabalham fazendo roupas de renda. As peças produzidas por elas são apreciadas em todo o país. Geralmente, elas trabalham sentadas no chão ou num banco e colocam à sua frente uma almofada para que possam espetar os alfinetes que vão orientar o ato de tecer os fios até a criação da renda. Com prática e rapidez, as rendeiras vão manejando as linhas presas na ponta por bilros, pequenas peças de madeira com forma semelhante ao chocalho.

Trabalhadores de feiras populares

As feiras nordestinas são uma mostra de tudo o que a região produz. Nelas podemos encontrar: cerâmica, móveis, ervas, ces-

tas, redes, frutas, verduras, pimenta, requeijão, rapadura, panelas, lamparinas, sandálias etc. Os comerciantes, na maioria das vezes, são os próprios produtores.

Há cidades que surgiram e se desenvolveram a partir dessas feiras, como Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA). Nesta última, ainda existe uma grande feira de gado que acontece semanalmente e lembra a origem da cidade.

Outra feira bastante conhecida é a de São Cristóvão, localizada no Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, na cidade do Rio de Janeiro (**Figura 16.3**). Considerada um pedaço do Nordeste no Rio de Janeiro, a feira de São Cristóvão funciona com cerca de setecentas barracas que oferecem as diversas modalidades da cultura nordestina: culinária típica, artesanato, trios e bandas de forró, dança, cantores e poetas populares, repente e literatura de cordel. Atualmente, a feira atrai cerca de quatrocentos



tos e cinquenta mil visitantes por mês, entre turistas e cariocas.

Figura 16.3: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

Fonte: <http://www.riodejaneiro-turismo.com.br/hoteis/pavilhao.jpg>

Artesãos: a arte popular

O artesanato pode ser encontrado em todas as regiões do Brasil por seus visitantes. É uma atividade muito antiga que normalmente é transmitida de geração a geração.

Objetos de cerâmica e de couro, músicas e versos populares e até mesmo pratos típicos de uma região, tudo isso é a arte popular.

Um importante artista popular foi o pernambucano Vitalino, que transformou em pequenos bonecos de barro a vida do Nordeste. Sua arte retrata as dificuldades do povo nordestino, as quais ele mesmo vivenciou.

Vitalino deixou uma obra vasta, e seu trabalho é referência para muitos artistas que vivem hoje do trabalho em cerâmica



O artesanato é essencialmente o próprio trabalho manual ou produção de um artesão (de *artesão* + *ato*). Mas, com a mecanização da indústria, o artesão é identificado como aquele que produz objetos pertencentes à chamada cultura popular.

O artesanato é, tradicionalmente, a produção de caráter familiar, na qual o produtor (artesão) possui os meios de produção (sendo o proprietário da oficina e das ferramentas) e trabalha com a família em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final, ou seja, não havendo divisão do trabalho ou especialização para a confecção de algum produto. Em algumas situações, o artesão tem junto a si um ajudante ou aprendiz.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Artesanato>



(Figura 16.4) na região de Caruaru.

Figura 16.4: Artesanato na feira de Caruaru.

Fonte: <http://www.caruaru.pe.gov.br/WALLPAPERS/artesanato.jpg>

Escritores de rua: a literatura de cordel

Nas feiras do Nordeste, é muito comum encontrarmos, em bancas, folhetos presos em barbantes que tratam dos assuntos mais variados. Há aqueles que informam ou comentam fatos da atualidade e outros que contam histórias com intenção de entreter. Existem, ainda, os de opinião, que criticam fatos ou pessoas, e os

que reproduzem desafios ou que contam aventuras de Lampião.

Os poetas da literatura de cordel (**Figura 16.5**) utilizam uma linguagem bem simples em seus versos e, por isso, despertam tanto interesse. É frequente observarmos as pessoas se reunirem em torno de alguém que saiba ler para ouvir e até decorar os



versos dos folhetos.

Figura 16.5: Literatura de cordel.

A literatura de cordel adquire uma função social de grande importância na vida da população do interior do Nordeste. É possível afirmar que parte das informações e dos conhecimentos é transmitida por meio da literatura de cordel.

A migração dos nordestinos espalhou o interesse por esses livretos praticamente por todo Brasil.

Cozinheiras típicas

A culinária também é algo que desperta o interesse entre os turistas. A diversidade na culinária brasileira atrai muitos deles. A cozinha nortista é um legado indígena e tem como base fa-

rinhas e peixes. Já a cozinha baiana é herança das tradições africanas. O vatapá, o efó, o caruru e a feijoada são alguns dos pratos mais conhecidos. No Sul, o churrasco é o prato típico da região, trazido pelos imigrantes italianos e alemães.

Cultura e festas populares

As experiências acumuladas historicamente por um povo enriquecem os costumes, o trabalho e a imaginação de um país. A cultura do povo brasileiro se formou com a contribuição de diversos povos: indígena, africano, europeu e asiático. Tudo isso deu às festas populares do Brasil uma característica própria e inigualável. As festas e as tradições mais importantes de que vamos falar em seguida atraem pessoas de vários lugares do Brasil e de outros países.

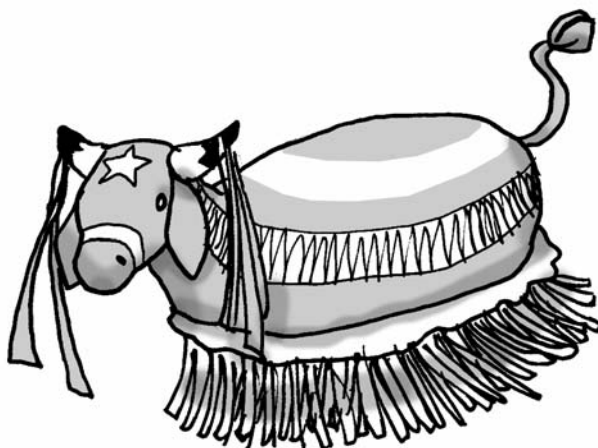
Bumba meu boi

Um fazendeiro comprou um boi de raça e passou a estimá-lo muito. Na sua fazenda viviam muitos trabalhadores, entre eles Francisco e sua esposa Catirina, que estava grávida. Um dia, Catirina teve o desejo de comer a carne do boi. Francisco, com medo de que ela perdesse a criança, resolveu matar o boi. A carne depois foi dividida entre os trabalhadores. O fazendeiro ordenou a alguns deles perseguir Francisco, que foi capturado e trazido à presença do fazendeiro.

Essa história simples é o motivo principal de uma das mais conhecidas festas populares do Brasil: o bumba meu boi. Apesar do nome dessa festa variar dependendo da região – boi-bumbá, em Manaus, boi de mamão, em Santa Catarina –, sua essência é a mesma.

A figura principal dessa festividade é o boi, feito numa armação de madeira coberta de pano (**Figura 16.6**). Uma pessoa fica dentro dela, corre, salta, dança e avança na direção daqueles que estão ao seu redor. Além do boi, de Francisco e de Catirina, outros

personagens participam da festa, como o capataz, o vaqueiro, o padre, o sacristão, os índios, os escravos etc. Há ainda figuras como o caipora e o morto carregando o vivo. Depois que o boi é dividido, ele é tratado por um médico e é ressuscitado. A ressur-



reção do boi traz a alegria a todos, que cantam e dançam.

Figura 16.6: Bumba meu boi.

Reisado

O reisado é uma festa popular que ocorre entre o Natal e o Dia de Reis em várias regiões brasileiras. No reisado, as pessoas vestem roupas coloridas, capas de cetim cobertas por vidrilhos, espelhos e muitos enfeites. Elas representam o rei, a rainha, o mestre, o contramestre, os palhaços, os secretários, Mateus etc.

Durante o período em que é realizado o reisado, as pessoas percorrem as casas buscando donativos para a grande festa que acontece no dia 6 de janeiro, Dia de Reis. Ao chegar a uma casa, cantam e fazem louvações aos donos.

As danças variam de acordo com a região: currupio, gingado, sapateado, pisa-mansinho. Os passos das danças são livres, cada um pode dançar de acordo com o seu jeito e sua criação.

Os principais instrumentos do reisado são: a sanfona, os



adufes – que são pandeiros quadrados – e o zabumba.

Figura 16.7: Reisado.

Fonte: http://www.varzeaalegre.ce.gov.br/reisado_02.jpg

Festas do boi

A criação de gado no Brasil fez surgir diversos tipos de profissões e costumes. Por isso, algumas das festas mais celebradas pela população estão ligadas à criação de animais. Destacamos entre essas festas a cavalcada, o rodeio e a vaquejada.

A cavalcada, comum em São Paulo, dá oportunidade para os cavaleiros demonstrarem sua habilidade. É uma festa de cunho religioso. Os cavaleiros se vestem de branco e acompanham a procissão. Ao final, fazem várias evoluções com seus animais.

O rodeio, frequente no Rio Grande do Sul e em Barretos (SP), é uma demonstração pública de um trabalho que exige muita coragem e destreza: a doma de animais. É realizado em praças, estádios ou arenas semelhantes às de circo: soltam os animais xucros, que nunca foram montados, e o peão tem que mostrar sua valentia e capacidade de montá-lo.

A vaquejada é um dos espetáculos mais populares do Nordeste. Nela, solta-se a rês brava na arena, com um cavaleiro de cada lado. Aquele que derrubá-la primeiro, participa do jantar que é oferecido no final pelo organizador do espetáculo.

Capoeira

A capoeira é uma luta trazida pelos negros que vieram como escravos de Angola para o Brasil (**Figura 16.8**). Essa luta era usada pelos escravos para sua própria defesa, quando fugiam em busca da liberdade.

Foi na Bahia onde a capoeira mais se difundiu. Atualmente, ela é cultivada como elemento de folclore e tradição.

A luta é acompanhada por um conjunto de instrumentos. O berimbau é o principal deles. São utilizados também na capoeira o pandeiro, o atabaque, o reco-reco e o chocalho. Os participantes cantam músicas de origem popular e, à medida que a música se desenvolve, os capoeiristas começam o seu jogo.



Figura 16.8: Capoeira.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:CapoeiraEarle.JPG>

Frevo

Ritmo bastante comum em Pernambuco no carnaval, época em que vemos bandas e fanfarras desfilando pelas ruas, acompanhadas por bandos de foliões que pulam e dançam ao som do frevo (**Figura 16.9**).

No início, o frevo era só música. Os passos só apareceram depois. A partir do momento em que a música e a dança se juntaram, ele passou a ser a característica mais marcante do carnaval pernambucano. Mais tarde, o frevo também ganhou letra. Hoje, existem dois tipos de frevo: o frevo de bloco e o frevo-canção.



Figura 16.9: Frevo.

Fonte: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Imagens/rb%2038%20Aula%20de%20Frevo.jpg>

Festas religiosas

As grandes festas populares brasileiras estão associadas à religião e ao trabalho. Algumas dessas festas vieram de religiões diferentes que foram se misturando com o passar do tempo. A festa do Bonfim, por exemplo, uma das mais populares da Bahia, está ligada tanto ao catolicismo quanto ao candomblé (Figura 16.10). Nessa festa, a cerimônia mais importante é a lavagem, pelas baianas, das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim com água perfumada trazida em potes de barro.



Figura 16.10: Festa do Bonfim (BA).

Outra festa muito popular é a do Divino, realizada especialmente nos estados de São Paulo, Minas, Maranhão e Goiás. Acontece no quadragésimo dia após a Páscoa. O ponto alto é a procissão em homenagem ao Divino Espírito Santo. Nessa festa, seguindo a tradição portuguesa, um “imperador” é escolhido a cada ano, em geral um menino.

No dia dedicado ao Corpo de Cristo, várias cidades brasileiras organizam grandes procissões que percorrem as principais ruas, que são enfeitadas com tapetes feitos de areia de várias cores.

Em Belém, a festa do Círio de Nazaré é a mais popular, reunindo milhares de pessoas. Ela é feita em honra do Senhor de Nazaré, cuja imagem foi encontrada há cerca de duzentos anos, passando a ser o padroeiro da cidade.



Figura 16.11: Os fiéis pagando promessa durante a festa do Círio de Nazaré (PA).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Cirio_2006_corda_1.jpg

Em Salvador, o povo celebra a festa da Boa Viagem, no dia 19 de janeiro, com uma grande procissão marítima em homenagem a Bom Jesus dos Navegantes. Centenas de barcos, saveiros e canoas acompanham a embarcação que leva a imagem do santo.



Figura 16.12: Procissão durante a festa da Boa Viagem (BA).

Fonte: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/festa-modelo.php?festa=1>

Em 12 de outubro, a cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo, recebe milhares de pessoas de todo o país para festejar a padroeira do Brasil – Nossa Senhora Aparecida.

De todas as festas de cunho religioso, talvez a que tenha mais se espalhado pelo Brasil seja a Festa Junina, realizada no mês de junho nos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro. Nela, o povo mostra o seu respeito aos santos por meio de cerimônias religiosas e se diverte ao redor das fogueiras, soltando fogos de artifício, saboreando as comidas regionais e dançando quadrilha.

Carnaval

O carnaval pode ser considerado a maior festa popular brasileira. Em cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, ele atrai milhões de pessoas de todo o país e de várias partes do mundo.

Uma das maiores atrações do carnaval carioca é o desfile das escolas de samba. A cada ano as escolas reúnem milhares de pessoas fantasiadas que, com os carros alegóricos e ao som da bateria, cantam o samba na Sapucaí.



Figura 16.13: Sambódromo (RJ).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Sapucaia_Panoramic.jpg

Em Salvador, existem os famosos trios elétricos, que fazem os foliões dançar, cantar e pular pelas ruas durante uma semana de festa.

Olinda (PE) é outra cidade onde o carnaval de rua também é muito animado, em que o frevo é o ritmo predominante.



Figura 16.14: Bonecos de Olinda (PE).

Fonte: <http://www.carnaval.pe.gov.br/images/interna/cidades/olinda.gif>

Apesar de ser mais famoso nessas cidades, o carnaval é uma festa que acontece em todo o Brasil. Não há cidade brasileira que não esteja em festa no carnaval.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Observe o diálogo a seguir entre dois amigos que moram na região serrana do estado do Rio de Janeiro:

- *Estou pensando em ir ao Rio de Janeiro no próximo feriado.*
- *Pô, mas deu na televisão que quase todas as praias estão poluídas!*
- *Ah, é?! Poxa, eu estava querendo ir justamente por causa das praias.*
- *É melhor escolher outro lugar, se não quiser pegar uma doença...*
- *Ah, vou então para a casa dos meus tios, em Florianópolis.*

Você já deve ter percebido que o turismo pode trazer importantes benefícios, de diferentes aspectos, para uma região. Desse modo, aponte a importância de se preservar os atrativos turísticos.

Resposta Comentada

A preservação dos atrativos turísticos implica não só preservá-los, como também aumentar o fluxo turístico. Tal fato contribui, entre outras coisas, para a melhoria da economia local.

Patrimônio Histórico e Artístico

Edifícios antigos, monumentos, igrejas, obras de arte: tudo o que ilustra a história do país é considerado como Patrimônio Histórico e Artístico. Existe um órgão oficial encarregado de cuidar disto: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, nosso patrimônio deve ser respeitado, protegido e conservado por todos.

• Marechal Deodoro (Alagoas)

A cidade de Marechal Deodoro, por exemplo – que leva esse nome, pois foi lá onde nasceu o primeiro presidente da República –, foi a primeira capital de Alagoas. Quando Maceió

passou a ser a capital, Marechal Deodoro perdeu importância política e econômica. As igrejas ficaram fechadas e foram deteriorando com o tempo. Foi necessária a intervenção do IPHAN para impedir que o tempo e o abandono continuassem destruindo as imagens do passado da cidade.



Figura 16.15: Cidade de Marechal Deodoro (AL).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Marechal_Deodoro

• Ouro Preto (Minas Gerais)

Há quase trezentos anos foi fundada a cidade de Vila Rica, uma região composta por diversas minas de ouro. A riqueza dessa região fez com que o arraial crescesse e a cidade se tornasse uma das mais importantes do país. Contudo, de todo o ouro extraído, um quinto era retirado e mandado para Portugal.

Assim, em 1789, um grupo de pessoas revoltadas com os impostos cobrados, organizou um movimento na tentativa de conseguir a independência do Brasil: a Inconfidência Mineira. O grupo foi denunciado e seu chefe, Tiradentes, enforcado. Esse é um dos acontecimentos mais importantes da história do Brasil.

Hoje, essa cidade se chama Ouro Preto e, por força da lei, ela conserva a mesma aparência de duzentos anos atrás. No Museu da Inconfidência, localizado na praça principal de Ouro Preto, encontramos os objetos que contam a história da revolta.

Quem vai a Ouro Preto não pode deixar de visitar as igrejas. Numa delas, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, existe um museu com as obras de Aleijadinho – escultor que esculpia sua arte em madeira e pedra-sabão.

Além de Ouro Preto, Minas Gerais tem outras cidades que contam um pouco da história do Brasil, como Tiradentes, Mariana, Sabará, São João del Rei e Diamantina.



Figura 16.16: Ouro Preto.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_preto

• Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul)

Há cerca de trezentos anos os jesuítas construíram, às margens do rio Uruguai, uma verdadeira cidade onde reuniam os índios em sete aldeias: São Nicolau, São Luís, São Lourenço, Santo Ângelo, São João, São Miguel e São Francisco de Borja. As aldeias ficaram conhecidas como Sete Povos das Missões.

As Missões chegaram a ter uma população de cinquenta mil pessoas. Os próprios índios faziam plantações de milho, batata, mandioca, algodão, feijão e legumes, bem como criavam gado.

Hoje as ruínas das antigas construções são uma atração para os que visitam o Rio Grande do Sul.



Figura 16.17: Sete Povos das Missões.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Missoes.jpg>

Patrimônio Cultural

O Brasil é um país de múltiplas belezas naturais. Seu imenso território inclui praias, rios e cachoeiras, regiões de montanhas. Sua diversidade em atrativos é de suma importância para o turismo e, por conseguinte, para a economia do país.

No ponto onde se encontram as águas dos rios Iguaçu e Paraná, na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, está um dos mais belos espetáculos que a natureza oferece: as cataratas do Iguaçu. Além de atrativo turístico, as cataratas geram grande parte da energia elétrica do país.



Figura 16.18: Cataratas do Iguaçu.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/570848>

No litoral brasileiro, as praias são as referências para o turismo. Algumas podem ser incluídas entre as mais expressivas do mundo, como as do Rio de Janeiro, litoral norte de São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Elas são visitadas anualmente por milhões de turistas de todo o mundo.



Figura 16.19: Praia de Copacabana (RJ).

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/475001>

Cidades como Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo (RJ), Gramado (RS) e Campos do Jordão (SP) ficam nas montanhas. O clima mais ameno e a bela paisagem são os atrativos turísticos dessas cidades.



Figura 16.20: Dedo de Deus (Teresópolis).

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/568294>

Na região Norte, o destaque é a Amazônia, a selva tropical que constitui a maior reserva florestal e de biodiversidade do mundo. A preservação da Amazônia, atualmente, se tornou ainda mais importante com o fenômeno do aquecimento global.

O rio Amazonas e seus afluentes determinam o modo de vida da população da região. Canoas e pequenos barcos são meios de transporte de pessoas e de mercadorias.

Manaus, a capital do Amazonas, com seu porto flutuante, está localizada às margens do rio Negro. É uma cidade que se desenvolveu no período da exploração da borracha e possui um dos mais importantes pólos industriais do Brasil.



Figura 16.21: Zona Franca de Manaus (AM).

Fonte: <http://portal2.manaus.am.gov.br/secretarias/manautur/nossaCidade/images/p/distritoIndustrial.jpg>



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Como você organizaria uma campanha de conscientização da preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico ou natural de sua cidade?

Resposta Comentada

Além de informações educativas quanto à educação formal, busque a emissora de rádio de sua cidade para atingir o objetivo de sua campanha: a conscientização da preservação do Patrimônio. A rádio comunitária, por ser local e democrática, oferece meios de suma importância para propagar e preservar a cultura local. Após analisá-la, você deverá propor instrumentos através de programas elaborados, visando melhorar a atividade turística de sua cidade.

Resumo

Os conceitos sobre Patrimônio Turístico e Atrativos Turísticos foram apresentados na ótica de diversos autores, conhecemos algumas das atrações turísticas que compõem o patrimônio turístico brasileiro, destacamos como esse patrimônio pode trazer benefícios para o país e, finalmente, discutimos a importância da preservação do Patrimônio Histórico, artístico e natural para o turismo no Brasil.

17

**Esta aula encontra-se em fase
de elaboração**

18

Patrimônio da Humanidade e turismo

Sandro Campos Neves

Meta da aula

Apresentar o significado de Patrimônio da Humanidade reconhecido pela Unesco e sua relação com o turismo.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** identificar os critérios utilizados pela Unesco para definir Patrimônio da Humanidade;
- 2** reconhecer a importância e os instrumentos de preservação do Patrimônio da Humanidade;
- 3** identificar desafios e oportunidades da utilização do Patrimônio Mundial como atrativo turístico.

Introdução

O cuidado com a preservação dos vestígios do passado é uma preocupação constante de nossa sociedade, tendo se desenvolvido e sido apurado durante o desenvolvimento histórico. A partir da década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco) passa a se preocupar com a preservação do Patrimônio da Humanidade. A ideia de que existiria um patrimônio capaz de representar aspectos importantes do desenvolvimento cultural de toda a humanidade é herdeira da noção humanista e universalista que faz parte do processo de criação da Unesco e da ONU.

A partir do ponto de vista universalista que norteia as ações da ONU e da Unesco, é possível pensar em uma unidade do gênero e da cultura humana que existe para além da diversidade e das diferenças de cada país e grupo social.

O universalismo é a doutrina filosófica e científica que valoriza a unidade biológica e psíquica do gênero humano, ressaltando que as diferenças socioculturais existentes entre os povos derivam de seus processos históricos específicos e suas relações com o ambiente, com outros povos e com as outras condicionantes socioculturais. O universalismo procura, assim, desconstruir as visões estereotipadas e preconceituosas sobre as diferenças culturais, tais como as que foram formuladas a respeito do conceito de raça, atribuindo àqueles supostamente de “raças” diferentes características estereotipadas intrínsecas e normalmente desabonadoras e pejorativas.

É nesse sentido que surge a preocupação da Unesco, a partir de sua Conferência em 1972, com o chamado Patrimônio da Humanidade. A preocupação surge num contexto em que a perspectiva de desenvolvimento do governo do Egito, em 1959, pretendia construir a represa de Assua, o que resultou na inundação de um vale onde estavam importantes objetos patrimoniais. A Unesco iniciou, então, grande campanha internacional para a preservação dos monumentos na região. A partir dessa campanha,

arrecadou cerca de U\$ 40 milhões entre 50 países para o projeto de salvamento dos monumentos que consistia em removê-los de seu lugar original para outra localidade onde não estivessem ameaçados pelo anseio desenvolvimentista de seu governo local. A partir do sucesso desse evento, a Unesco e seus países-membros passaram a se mobilizar em conferências e fóruns diversos para discutir formas de preservar monumentos importantes para as gerações atuais e futuras. Todas as contribuições ao debate propostas pelos países-membros foram discutidas na Conferência da Unesco em Estocolmo, Suécia, onde foi acordado um texto final, a “Convenção a Respeito da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo”.

A Convenção define da seguinte forma o Patrimônio Cultural e Natural do mundo:

I - Definições do patrimônio cultural e natural

ARTIGO 1.º

Para fins da presente Convenção, serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2.º

Para fins da presente Convenção, serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

ARTIGO 3.º

Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território referidos nos artigos 1º e 2º acima.

ARTIGO 4.º

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território, constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico (Unesco, 1972).

A partir desse importante instrumento de mediação internacional, a Unesco define como Patrimônio da Humanidade os objetos patrimoniais de inegável excepcionalidade artística, histórica, científica ou paisagística e de excepcional valor etnológico ou estético.

Esse patrimônio também inclui o ambiente natural de importância fundamental, seja ele mesclado ou não à ação humana sobre o ambiente. A Convenção da Unesco estabelece também uma série de políticas para a preservação, proteção e valorização dos Patrimônios da Humanidade em cada um dos países signatários (aqueles que assinaram e se comprometeram a cumprir as diretrizes da convenção) da convenção. A seguir, veremos algumas dessas políticas e sua implantação nos países.

A política de preservação do Patrimônio Cultural e Natural do mundo e o contexto brasileiro

Para o cumprimento daquilo que foi estabelecido pela Convenção da Unesco, foram criadas diversas diretrizes a serem adotadas pelos países signatários. Entre elas se encontram medidas como: adotar políticas nacionais de utilização e integração do patrimônio; instituir serviços de proteção e preservação do patrimônio em seus territórios nacionais; desenvolver e incentivar estudos que visem aperfeiçoar métodos de intervenção para a proteção do patrimônio (tais como restauração de bens históricos e artísticos); tomar as medidas jurídicas, científicas e outras necessárias à identificação, preservação e proteção do patrimônio; favorecer a criação de centros regionais especializados no cumprimento dessas tarefas.

As referidas especificações políticas seriam acatadas pelos países signatários; no entanto, o cumprimento de cada uma dessas especificações é assunto de interesse e gestão de cada país, não tendo a Unesco condições de forçar nenhum deles a seguir aquilo que foi estabelecido. Com relação ao patrimônio, grande parte dos países se preocupou e continua se preocupando com o cumprimento da legislação, tanto em função dos benefícios conferidos pela identificação e proteção do patrimônio, quanto pelos interesses de cada país em preservar seu patrimônio, cultura e identidade.



ONU (www.un.org) – A Organização das Nações Unidas sucedeu a Sociedade das Nações e pretende ser uma organização supranacional para gestão dos interesses comuns dos países-membros. Está sediada em Nova Iorque e compõe-se, além da Unesco (www.unesco.org), de diversos órgãos especializados para a gestão dos diversos interesses dos países-membros, tais como o Conselho de Segurança da ONU, criado para gerir os conflitos internacionais e mediar as possibilidades bélicas dos países-membros.

No Brasil, a preocupação com tópicos como os relacionados na Convenção da Unesco é iniciada com a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que data de 1937, sendo anterior à Convenção. O SPHAN se tornaria, posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o governo brasileiro criaria legislação específica para o Patrimônio em 1937, reformando-a na Constituição de 1988.



As definições da legislação nacional a respeito do patrimônio serão vistas na Aula 4! Para o momento, nos interessa saber sobre o Brasil, que, como país signatário, não deixou de tomar providências em relação à Convenção da Unesco e conseguiu, inclusive, fazer reconhecer como patrimônio mundial diversas cidades e objetos nacionais, tais como:

- Cidade Histórica de Ouro Preto (1980);
- Centro Histórico de Olinda (1982);
- Missões Jesuíticas Guarani, em São Miguel das Missões (1983);
- Centro Histórico de Salvador (1985);
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (1985);
- Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (1986);
- Plano Piloto de Brasília (1987);
- Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (1991);
- Centro Histórico de São Luís do Maranhão (1997);

- Centro Histórico de Diamantina (1999);
- Reservas de Mata Atlântica do Sudeste (1999);
- Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento (1999);
- Parque Nacional do Jaú (2000);
- Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal: Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e RPPNs próximas (2000);
- Centro Histórico de Goiás (2001);
- Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (2001);
- Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001).

Assim, como país signatário, o Brasil tem cumprido, embora com dificuldades e com ressalvas, principalmente no que diz respeito à preservação e manutenção do patrimônio, aquilo que foi acordado na Convenção. As razões para o cumprimento, no entanto, não se referem apenas ao respeito àquilo que foi acordado na Convenção. O interesse do Brasil na identificação do patrimônio tem outras razões de ser. Poderíamos citar razões tais como o fato de que a definição da representação física da cultura e identidade nacionais, bem como o interesse turístico que a categoria Patrimônio da Humanidade pode trazer a um bem são partes integrantes do interesse brasileiro pelo patrimônio.

O Patrimônio Mundial é, no entanto, uma categoria controversa. Nossa noção contemporânea de cultura e de diversidade cultural nos faz questionar a possibilidade de definição de patrimônio e, principalmente, de patrimônio mundial, de forma a contemplar todos os legados culturais de importância fundamental para as diversas culturas do mundo. Tal situação pode ser verificada na distribuição do Patrimônio Mundial na **Tabela 18.1**.

Tabela 18.1: Distribuição (em regiões, de acordo com a Unesco)

Região	Cultural	Natural	Misto	Total	%	Número de países com locais classificados
África	40	33	3	76	9%	27
Países árabes	60	4	1	65	7%	16
Ásia/Pacífico	125	48	9	182	21%	27
Europa/América do Norte	372	54	9	435	50%	49
América Latina/Caribe	82	35	3	120	14%	25
Total	679	174	25	878	100%	145

Fonte: Unesco.

A pequena quantidade de objetos identificados pela Unesco no continente africano ou nos países árabes, na América Latina e no Caribe demonstra que existem prioridades com relação aos aspectos considerados importantes na definição do Patrimônio da Humanidade. O fato de 50% do Patrimônio da Humanidade estarem inseridos nos territórios da Europa e da América do Norte, além de evidenciar a importância histórica do Patrimônio da Europa, considerada o berço da civilização ocidental, também traduz a situação geopolítica mundial. A priorização da Europa e da América do Norte na definição do Patrimônio da Humanidade sintetiza a visão da Unesco sobre aquilo que é importante preservar como passado da humanidade. A pouca importância dos continentes africano, sul-americano, centro-americano e dos países árabes na quantidade geral do Patrimônio da Humanidade (correspondendo todos juntos a 29%) contrasta com sua riqueza e diversidade cultural.

Essa conclusão é importante para a percepção de que o patrimônio, seja ele regional, nacional ou da humanidade, é um assunto também de definição política. Aquilo que é politicamente definido como sendo importante mundialmente do ponto de vista da cultura é o que, de fato, consegue tornar-se Patrimônio da Humanidade. Tal situação reflete a pouca importância dada às culturas do Oriente Médio, africana, ameríndia (dos índios das Américas), entre outras, cujos monumentos, costumes e herança cultural estão fora da proteção da Unesco.

Além disso, a definição da Unesco, focada na materialidade física do Patrimônio da Humanidade, deixa costumes, festas, hábitos e tradições importantes fora da proteção do organismo internacional.

Ainda assim, é inegável o fato de que a legislação da Unesco sobre o Patrimônio da Humanidade tornou possível a identificação, preservação e manutenção de vários importantes objetos e monumentos. Mesmo que possamos criticar sua ênfase na materialidade física e nas culturas europeia e norte-americana, ainda assim, é preciso reconhecer que sua definição consegue preservar monumentos importantes na história mundial.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

Após a leitura do texto:

1. Justifique as razões para a inclusão do Centro Histórico de Salvador na Lista de Patrimônio da Unesco, dentro dos critérios da entidade. Comente-os.

O Centro Histórico de Salvador é um dos principais pontos turísticos do Brasil, com o maior acervo barroco fora da Europa. Reúne construções dos séculos XVII a XIX e ferve pelas manifestações da cultura popular baiana. Ao caminhar por suas ruas, encontra-se a junção da história, da cultura, com animação típica do povo baiano.

Tudo começou com a chegada de Tomé de Sousa, que estabeleceu os primeiros limites da cidade, onde hoje está a Praça Castro Alves até Santo Antônio Além do Carmo. A localização foi estratégica, por ser uma região alta, próxima do porto e da área comercial. Possuidora também de barreiras naturais (uma muralha de 90 metros e 15 quilômetros de extensão), o que facilitava a defesa da cidade.

Atualmente, o Centro Histórico está dividido em três áreas principais: da Praça Municipal ao Largo de São Francisco, Pelourinho e Largo do Carmo, finalizando com o Largo de Santo Antônio Além do Carmo.

No século XVII, foram construídos os principais monumentos, igrejas, solares, entre eles: o Palácio do Governador, o Terreiro de Jesus, a Casa da Câmara e Cadeia, as igrejas do Carmo, Santa Teresa e Ordem Terceira de São Francisco. Nesse período, também foram erguidos os sobrados e as construções que formaram o conjunto arquitetônico que se conhece como Pelourinho. Tudo num estilo que marca a transição renascentista para o barroco.

Unesco - Por abrigar monumentos da época do Brasil-Colônia, o Centro Histórico de Salvador foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1984, numa área de 80 hectares. No ano seguinte, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declarou o sítio como Patrimônio Histórico da Humanidade.

Pelourinho

Parte integrante do Centro Histórico e apelidado de “Pelô”, o sobe e desce pelas ruas e ladeiras do Pelourinho, o agito dos passantes, a alegria das baianas tipicamente vestidas diferem dos processos de apogeu e degradação que o sítio histórico atravessou em séculos anteriores.

Pelourinho, como na Europa, era um instrumento de punição para os delitos comerciais, para a aplicação das sentenças a açoites públicos, muito usados em escravos no Brasil. Como demonstração de força frente aos escravos, os senhores construíram um “pelourinho” no centro da cidade, instalando-o no largo, em frente à construção que é hoje a Casa de Jorge Amado. A partir daí, o “pelourinho” virou referência na cidade e se popularizou, passando a referir-se ao conjunto arquitetônico entre o Terreiro de Jesus e a Igreja do Passo.

Entre os séculos XVI e XIX, o Pelourinho era moradia da aristocracia soteropolitana. Por isso, o grande número de igrejas num espaço geográfico pequeno e a arquitetura rebuscada. Com o fim da escravidão, o local atraiu artistas e boêmios, tornando-se também um centro cultural.

A partir da década de 60 do século passado, o Pelourinho passou por um processo de degradação política, social e econômica. Abandonado, muitas de suas construções e monumentos tornaram-se ruínas. Em 1991, foi iniciado um projeto de restauração do Centro Histórico, sobretudo do Pelourinho. Com o sítio revitalizado e reestruturado, desenvolveram-se lá atividades econômicas e culturais.

http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=40

Resposta Comentada

Para a inclusão do Centro Histórico de Salvador na Lista de Patrimônio da Unesco, devem ser alegadas razões como: sua excepcionalidade artística e histórica e o seu inegável valor etnológico, antropológico e estético. Essas razões devem ser relacionadas não apenas à beleza e à imponência do casario histórico, mas também à sua ligação com o passado do país e sua vinculação com a cultura e a herança africanas no Brasil. Deve ser dado destaque a esse aspecto da intervenção humana (sua vinculação a uma cultura tida como formadora do Brasil) como importante aspecto da escolha do bem.

A Unesco e as organizações para a preservação do patrimônio

Além da preocupação com a definição de políticas e instituições nacionais de proteção do patrimônio, a Unesco se preocupou, na sequência de sua Conferência, com a constituição de organismos internacionais ainda mais especializados para abordar a questão do patrimônio. Foi instituído pela Convenção um Comitê Intergovernamental para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Esse comitê, composto e eleito pelos países signatários, contaria com representantes dos diversos

países e seria um órgão internacional que coordenaria os esforços da Unesco para a preservação do Patrimônio da Humanidade. Tal comitê se relacionaria com diversos outros organismos internacionais e não governamentais a partir dos quais a proteção do patrimônio é buscada. São alguns desses órgãos:

- O Conselho Internacional de Museus (Icom), fundado em 1946, inspirado no Congresso Internacional sobre Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios, ou Congresso de Veneza, como ficou conhecido, dedica-se à promoção e ao desenvolvimento de museus do mundo inteiro e tem representações em diversos países.
- O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), fundado em 1965, tem por objetivos a salvaguarda, a conservação e a promoção de monumentos e localidades que se constituem em setor privilegiado da herança cultural da humanidade. Tem como principal função opinar sobre o pedido de inscrição dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, através de pareceres de seu corpo técnico.
- O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCROM), que assessora a preservação dos bens listados como Patrimônio da Humanidade e executa projetos de restauração. O ICCROM foi fundado em 1956 e sua sede está localizada em Roma, Itália.
- A Organização de Cidades de Patrimônio Mundial (OWHC) foi criada em 1993 e pretende organizar e congregar as cidades que são consideradas patrimônio mundial.
- O Centro Mundial de Conservação (WCMC) administra o banco de dados do Patrimônio Mundial Natural e é um dos principais sócios dentro da Rede de Informações do Patrimônio Mundial.



Você pode conhecer um pouco mais a respeito dos órgãos de proteção ao patrimônio nos seguintes sítios:

ICOM - www.icom.org.br

ICOMOS - www.icomos.org

ICCROM - www.iccrom.org

OWHC - www.ovpm.org

WCMC - www.unep-wcmc.org

Além da associação com essas diversas organizações, a Unesco prevê três outros tipos de atuação para a proteção do Patrimônio da Humanidade: auxílio financeiro, assistência técnica e assistência educacional.

A assistência técnica consiste na transmissão dos conhecimentos, a partir dos profissionais vinculados à Unesco, relativos à restauração, preservação, manutenção e gestão do patrimônio. A assistência educacional consiste no apoio a projetos que envolvam, em alguma medida, a educação patrimonial cuja intenção é (utilizando o patrimônio como veículo de educação) colaborar com sua valorização e integração na localidade onde se situam.

Com relação ao auxílio financeiro, a Unesco entende que o principal responsável pela preservação do patrimônio é o país em que ele está sediado, mas tem no seu Fundo do Patrimônio Mundial uma ferramenta importante para complementar os esforços dos países na preservação do patrimônio. O Fundo do Patrimônio Mundial conta com contribuições obrigatórias e voluntárias dos países signatários para sua composição, embora suas verbas sejam ainda poucas, se contrastadas com o tamanho das demandas por proteção do Patrimônio no Mundo. Assim, a Unesco precisou criar uma ordem de prioridades para a utilização dos recursos, levando em consideração a importância do bem solicitante, a necessidade de atender a outros bens, a capacidade do país solicitante de salvaguardar o bem com recursos próprios e a urgência das medidas a serem tomadas. O auxílio financeiro pode se dar por

meio de empréstimos a juros baixos, sem juros, reembolsáveis a longo prazo ou mesmo por meio de doações.

Um exemplo da utilização desses recursos no Brasil foi a situação da cidade de Goiânia, em 2001. A cidade sofreu vários danos em função de fortes chuvas que ocasionaram o transbordamento do Rio Vermelho, que cruza o centro histórico. A Unesco designou como medida de assistência emergencial a verba de U\$ 50 mil para as primeiras ações de recuperação do patrimônio.

A Unesco e a preocupação com o patrimônio mundial

A Unesco divulga anualmente, no mês de dezembro, uma lista dos locais designados como Patrimônio da Humanidade. Contudo, o título de Patrimônio da Humanidade concedido pela Unesco não impede os perigos de degradação desses bens da humanidade.

A conservação do Patrimônio Mundial é uma preocupação contínua da Unesco. Se um país não protege os locais inscritos, poderá correr o risco de que seu patrimônio seja retirado da Lista da Unesco, embora essa seja uma situação rara. Os países devem informar periodicamente ao Comitê do Patrimônio Mundial sobre o seu estado de conservação, situação sobre a qual a Unesco mantém bastante atenção.

Quando o Comitê do Patrimônio Mundial detecta algum tipo de risco para um bem listado, ele é incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Essa lista pretende chamar a atenção dos países-membros da ONU para as situações de ameaça ao patrimônio, uma vez que ele é considerado de propriedade de todos os povos do mundo. As situações que ameaçam um bem patrimonial podem ser tanto as naturais (por exemplo: chuvas, terremotos e maremotos) como as criadas pelo homem (por exemplo: densa urbanização e utilização da área ao redor do bem), e o critério principal para se considerar que tal situação causa perigo ao bem patrimonial é aquele em que podem ocorrer da-

nos às características que permitem ao bem ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco e que o destacam frente aos demais objetos culturais do mundo.

A inscrição na Lista requer que o Comitê da Unesco, em conjunto com o país onde se encontra o patrimônio, desenvolva uma série de ações voltadas para o salvamento e a manutenção do bem, objetivando não apenas conter e sanar os danos, mas também evitar futuras situações semelhantes. A inclusão na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo da Unesco não é uma punição; pelo contrário, é uma forma de alertar a todos os países-membros e colocar o bem em evidência e sob a atenção de todos aqueles que possam, de alguma forma, colaborar com seu salvamento.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

1. Imagine que o Centro Histórico de Salvador estivesse ameaçado por fortes chuvas que comprometessem parte do casario histórico e das igrejas. Liste as providências a serem tomadas para sua proteção de acordo com os critérios da Unesco justificando-as e comentando-as.

Resposta Comentada

Com relação à proteção do Centro Histórico de Salvador, você poderia mencionar, principalmente, a assistência técnica da Unesco e o pedido de auxílio financeiro. As razões para essas duas medidas são a necessidade de especialização para o restauro do patrimônio em Salvador, por sua vinculação à estética barroca, e os custos envolvi-

dos tomando-se em consideração as dimensões do Centro Histórico de Salvador e as reduzidas possibilidades de intervenção econômica rápida e eficaz do governo brasileiro na situação em comparação com países europeus e norte-americanos. Também pode ser alegada a importância do bem dentro do contexto mundial, sua grande relevância turística e a necessidade urgente diante da imprevisibilidade da situação.

Os benefícios da inclusão na lista do patrimônio da humanidade: a atratividade turística

Quando um bem é incluído na Lista do Patrimônio da Humanidade da Unesco, após passar por todas as avaliações técnicas e os trâmites políticos necessários, existem alguns benefícios dos quais ele passa a usufruir, benefícios esses destacados pela própria Unesco.

A entidade afirma que os bens incluídos na Lista:

- têm a possibilidade de atrair mais recursos para a preservação do patrimônio em seus territórios;
- dão acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial da Unesco, que consegue acumular cerca de US\$ 4 milhões por ano;
- atraem projetos e recursos provenientes de outras regiões do mundo, interessados na salvaguarda desse patrimônio;
- dão acesso aos serviços de profissionais técnicos especializados na preservação e no restauro do patrimônio, cujos serviços ficam à disposição do Patrimônio da Humanidade;
- e, por fim, aumentam sua atratividade para os públicos e, consequentemente, aumentam o fluxo de visitantes e turistas, proporcionando a possibilidade de desenvolvimento para a localidade através do incremento do turismo.

Assim, a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco pode trazer, como um de seus principais benefícios para o bem incluído e para o país no qual ele está territorialmente incluído, a possibilidade de desenvolvimento vislumbrada no turismo.

Obviamente que esse desenvolvimento não virá apenas com a inclusão do bem e o aumento de sua atratividade mundial; é preciso que haja um amplo processo de planejamento, uma vez que o turismo, principalmente o de massa, pode ser um processo capaz de causar graves danos ao patrimônio, se realizado de maneira inadequada.

Dessa forma, para que a inclusão do patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco seja realmente benéfica do ponto de vista do turismo, é preciso que sejam realizadas ações voltadas para antecipar e eliminar, se possível, os riscos e maximizar as potencialidades e os possíveis benefícios da utilização daquele bem como atrativo turístico.

Os desafios para o planejamento e a gestão do patrimônio mundial

Como visto na seção anterior, a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco traz uma série de benefícios, incluindo aí a possibilidade de atrair mais turistas e visitantes e a possibilidade de dinamizar a economia do país em que está incluído. No entanto, existem também desafios e ameaças que podem ser provenientes da inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, principalmente dentro de um contexto de má gestão do patrimônio.

Entre esses vários desafios e ameaças, um que pode ser citado é justamente o aumento excessivo do fluxo turístico que, de forma desordenada, pode causar impactos sobre o patrimônio relacionados à **capacidade de carga** suportada pelo mesmo.

Além das questões relativas à capacidade de carga dos bens patrimoniais, existem outros desafios relacionados à gestão do Patrimônio Mundial. Esses podem ser listados da seguinte forma:

- A dificuldade relacionada à divulgação da importância do patrimônio: como visto anteriormente, o chamado Patrimônio da Humanidade é selecionado a partir de injunções políticas relacionadas à geopolítica

Capacidade de carga

É a estimativa da capacidade de visitantes e transeuntes suportada nas imediações ou no interior de determinado bem patrimonial. A categoria teve sua utilização original relacionada ao Patrimônio Natural, onde ela é mais visível, mas sua utilização para o Patrimônio Cultural é uma ferramenta importante da gestão na tentativa de minimizar os impactos aos bens patrimoniais.

mundial, contemplando, muitas vezes, bens cuja ligação com a vida da sociedade local é muito remota. Um dos desafios da gestão do patrimônio para a preservação dos bens patrimoniais é tornar significativa a experiência dos habitantes com esses bens, para que a população os valorize.

- A dificuldade relacionada aos custos de gestão do patrimônio: a manutenção e a preservação dos bens patrimoniais são geralmente muito custosas e, embora existam auxílios internacionais e da Unesco, ainda assim existem imensas dificuldades financeiras para o país no qual o patrimônio está localizado, principalmente quando não se trata de um país rico, tal como o próprio caso brasileiro, com grandes centros históricos como o de Salvador, constantemente ameaçados pela falta de recursos para manutenção.
- A preservação do patrimônio pode prejudicar outras atividades econômicas: além de direcionar recursos dos governos nacional e local para a preservação do patrimônio, diminuindo o montante de recursos a serem disponibilizados para outras atividades, existe o problema relativo aos usos que podem ser feitos desse patrimônio, pois, em muitos casos, a depender da gestão do patrimônio, uma série de atividades econômicas não pode ser exercida dentro do espaço interno e cercanias do bem patrimonial em função da capacidade de carga por ele suportada.

Todas essas dificuldades podem ser contornadas a partir de uma boa gestão do patrimônio. No entanto, esse aspecto de sua preservação não está contemplado pela Convenção da Unesco. Não existem instruções ou apoio especializado para a gestão econômica do patrimônio. A Unesco não oferece um corpo técnico especializado em criar mecanismos de gestão do patrimônio que

permitam dinamizar economicamente suas regiões e tornar produtivos os monumentos listados. Essa iniciativa fica sempre a cargo do país onde o Patrimônio está inserido e é notória a falta de preparo de alguns dos gestores de diversos países para a gestão do patrimônio. Dessa forma, o Patrimônio da Humanidade acaba, muitas vezes, sendo visto como um “elefante branco” por órgãos públicos e sociedades locais, na medida em que não se consegue encontrar alternativas para exploração econômica adequada do bem. O que se percebe em muitos casos é o subaproveitamento dos bens listados como Patrimônio da Humanidade e dos seus potenciais de desenvolvimento econômico.

Além desses aspectos, a única forma de exploração vislumbrada normalmente para esses bens, o turismo, corre o sério risco de ser mais uma atividade a causar prejuízos à conservação do patrimônio. Se não forem realizados os estudos técnicos necessários e não for efetivada uma boa gestão pública do patrimônio, corre-se o risco de que o turismo, em vez de ser uma oportunidade de desenvolvimento, transforme-se em um problema para a preservação do patrimônio, causando sua destruição e inclusão na Lista dos Patrimônios em Risco, gerando mais gastos para sua preservação do que trazendo benefícios ao país em que está inserido.

Conclusão

Embora o Patrimônio Mundial seja uma ferramenta importante para a atratividade turística dos destinos, sua importância transcende em muito a atividade turística. O Patrimônio Mundial é aquilo que, por uma relevância e excepcionalidade cultural, artística, ecológica, etnológica ou antropológica, é considerado como pertencente a todos os povos do mundo e como um legado de nossa civilização às gerações futuras. Assim, esse Patrimônio gera uma série de preocupações por parte de organismos supranacionais como a Unesco, que elabora frequentemente listas de Patrimônio Mundial e de Patrimônio Mundial em Perigo para monitorar as necessidades de conservação desses objetos.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

O Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, constituída por paisagens de excepcional beleza cênica, tem na água e na montanha os regentes de sua geografia exuberante. A diversidade topográfica do Rio de Janeiro se estende à cobertura vegetal. Florestas recobrem encostas e espécies remanescentes de mata atlântica são preservadas no Parque Nacional da Tijuca. Mata de baixada, restingas e manguezais são preservados nas áreas de proteção ambiental de Grumari e Prainha. Embora a cidade tenha se tornado uma das maiores áreas urbanas do mundo, cresceu em volta de uma grande mancha verde, que responde pelo nome de Floresta da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo, que continua mantendo valiosos remanescentes de seus ecossistemas originais, mesmo tendo sido replantada no século XIX. Foi o primeiro exemplo de reflorestamento com espécies nativas. A interferência do homem trouxe ainda mais natureza para a cidade com a construção de parques, praças e jardins.

Litoral

Com extensão calculada em 246,22 km, divide-se em três setores: baía de Guanabara, oceano Atlântico propriamente dito e Baía de Sepetiba. O primeiro dos citados é o maior, o mais recortado e o de mais antiga ocupação. Vai da foz do rio São João de Meriti até o Pão de Açúcar. É baixo, tendo sido muito alterado pelos aterros aí realizados. Numerosas ilhas enfeitam essa seção do litoral carioca. Outros acidentes importantes nele encontrados são: as pontas do Caju e Calabouço, ambas aumentadas por aterros. Algumas praias importantes encontram-se nesse trecho: Ramos, Flamengo, Botafogo e Urca.

O segundo setor vai do Pão de Açúcar até a Barra de Guaratiba. A costa é alta quando as ramificações dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca se aproximam do litoral; é baixa quando elas se afastam. Torna-se retilínea nas regiões planas, onde aparecem belas praias de restingas, e recortada junto às regiões montanhosas. Do Leblon para leste, a faixa litorânea é mais densamente ocupada pela população urbana; para oeste, é mais explorada para turismo e lazer; contudo, a ocupação humana dessa área vem ultimamente sofrendo acréscimo. As atrações turísticas propiciaram a concentração de hotéis de alta categoria nesse trecho.

Destacam-se no litoral oceânico duas praias: a primeira, por sua extensão, 18 km ao longo da avenida Sernambetiba, desde o píer da Barra da Tijuca até o Recreio dos Bandeirantes; e Copacabana (4,15 km), pela beleza de fama internacional.

O terceiro setor vai da Barra de Guaratiba até a foz do Rio Guan-
du. É pouco recortado e apresenta um único acidente impor-
tante – a restinga de Marambaia. Nele se destacam três praias:
Sepetiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba. A ocupação
humana desse trecho é menos densa, não só por causa da dis-
tância que o separa do centro da cidade, como também porque
apresenta grandes áreas pantanosas, cobertas de manguezais.
É zona de colônias de pesca.

Fonte: (<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/pagina/?Canal=150>).

Considere que as praias da costa da cidade do Rio de Janei-
ro sejam inseridas na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.
Determine quais características podem ser enumeradas para
justificar essa inclusão. Liste os benefícios e prejuízos que essa
inclusão poderia ocasionar à cidade e os desafios que estariam
colocados para sua gestão. Cite os mecanismos de proteção ao
patrimônio que poderiam ser utilizados para melhorar as condi-
ções das praias do Rio de Janeiro.

Resposta Comentada

*As características que podem ser elencadas são aquelas relaciona-
das a sua excepcionalidade paisagística e seu inegável valor estéti-
co. Também podemos elencar a importância antropológica, por se
tratar da exaltação de um modo de vida tipicamente brasileiro que
as praias abrigam.*

*Entre os benefícios, podem ser citados: a possibilidade de incre-
mento do fluxo de visitantes e as possibilidades de atração de in-
vestimentos na limpeza e na infraestrutura nas praias atraídas pela
perspectiva de incremento da visitação. Também poderia ser cita-
do o aumento da atenção dos governos estadual e municipal com
relação ao aumento do fluxo turístico, que poderia se refletir em*

aumento da segurança e dos investimentos em limpeza, infraestrutura e urbanização da orla.

Entre as dificuldades e ameaças, podem ser citadas aquelas relacionadas aos custos de gestão do patrimônio. Para a adequada gestão das praias, agora vistas como patrimônio, seriam necessários investimentos pesados dos governos do estado e da cidade de forma a melhorar as condições das praias de modo a evitar que entrem na Lista de Patrimônio em Perigo. Além disso, você poderia citar que a preservação do patrimônio pode prejudicar outras atividades econômicas, uma vez que a preservação das praias e os estudos da capacidade de carga provavelmente perceberiam a necessidade de diminuir o fluxo de comerciantes e empreendimentos na beira da praia com potencial de prejudicar a paisagem e o patrimônio natural, além de prejudicar a visitação.

Entre as ferramentas que poderiam ser acessadas da Unesco para a preservação e a melhoria das condições das praias, as respostas seriam: o auxílio financeiro para diversas utilizações; e o auxílio educacional, ligado à educação patrimonial.

Resumo

Nesta aula, apresentamos os critérios da Unesco para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, ressaltando como características para sua inclusão a sua excepcionalidade artística, histórica ou paisagística e seu inegável valor etnológico, antropológico ou estético. Foram relatados os diversos recursos para a preservação do patrimônio fornecidos pela Unesco, destacando os auxílios financeiros, educacionais e técnicos. Foram listados os benefícios da inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, tais como o aumento do fluxo turístico e sua possibilidade de desenvolvimento econômico, a dinamização das atividades econômicas e a possibilidade de recebimento de recursos de fontes diversas dos vários países-membros e o acesso ao serviço técnico e ao fundo monetário da Unesco. Foram listadas também as ameaças que podem estar contidas na inclusão de um bem na Lista da Unesco: a dificuldade relacionada à divulgação da importância do patrimônio, a dificuldade financeira relacionada aos custos de gestão do patrimônio e a possibilidade de que a preservação do patrimônio possa prejudicar outras atividades econômicas.

Leituras recomendadas

FUNARI, P.P.A.; PELLEGRINI, S.C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. *Rio*: o guia oficial da cidade maravilhosa. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/pagina/?Canal=150>>. Acesso em: 30 set. 2009.

SALVADOR. Prefeitura. *Salvador*: centro histórico. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=40>. Acesso em: 30 set. 2009.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 30 set. 2009.

UNITED NATIONS. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 30 set. 2009.

19

Aproveitamento turístico em localidades históricas

Sandro Campos Neves

Meta da aula

Apresentar a contribuição do turismo para a manutenção e melhoria de um local histórico.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 identificar a importância de uma cidade histórica para o turismo e alguns desafios à sua gestão turística;
- 2 identificar as medidas gerenciais à disposição para proteção e manutenção de uma cidade histórica, bem como para a melhoria da qualidade de sua potencialidade turística.

Introdução

As cidades que usualmente chamamos de históricas são aquelas que possuem vários prédios e equipamentos tombados e reconhecidos como bens importantes por algum órgão (nacional, estadual ou municipal) relacionado ao Patrimônio Cultural. Essas cidades que usualmente têm grande predomínio de prédios tombados em seu centro, chamado de Centro Histórico, são cidades que fizeram parte da história nacional e estão geralmente ligadas à colonização. A razão de estarem ligadas à colonização diz respeito à história das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, que sempre valorizou as edificações coloniais, representantes do passado das elites, como fundamentais para o Patrimônio Cultural do Brasil. Podemos verificar essa disposição na história das políticas de patrimônio no Brasil.

A legislação sobre patrimônio e cidades históricas

O Decreto-lei nº 25, de 1937, define o patrimônio histórico e artístico nacional como

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).



A legislação sobre patrimônio define uma noção de patrimônio que o liga à história dos “grandes nomes” e também à excepcionalidade do “gênio artístico” da cultura de elite. Nesse sentido, institui uma noção elitista da cultura e do patrimônio. Esse patrimônio procura ser a representação do país, entendida no plano político da memória nacional. É essa a noção de patrimônio que está em jogo quando se fala de cidades históricas, sendo determinante também

para se entender situações em que a população local não tem grandes vínculos afetivos com o patrimônio de sua cidade, pois geralmente este não lhe diz respeito diretamente. Essa situação é uma das importantes tarefas a serem tratadas pela gestão das cidades históricas.

Para Ortiz, “a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano” (1994, p. 135). Dessa forma, a memória nacional, segundo o próprio o autor, “se vincula à história e pertence ao domínio da ideologia” (ibid). O que se pode entender dessas afirmações é que a memória nacional, por ser uma construção baseada na história oficial, não se vincula necessariamente ao cotidiano, mas ao mesmo tempo tem uma pretensão universalizante do discurso de identidade.

Na década de 1930, mais precisamente a partir de 1937, se constituía o período do regime político conhecido como Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas. Pode-se entender que os esforços para a construção de uma memória e de uma identidade nacionais servirão para construir um imaginário que valide a política nacional-desenvolvimentista do Estado Novo com Getúlio Vargas. Contudo, é preciso destacar que a construção da identidade nacional através de uma política pública de seleção do patrimônio não se deu apenas com a intervenção legal do Estado ou das elites, mas ancorou-se na intervenção intelectual de pensadores da época.

No processo de elaboração da identidade nacional estiveram presentes artistas do Movimento Modernista, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, e também intelectuais acadêmicos, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Esses intelectuais, em seu trabalho, se propunham a desvendar o caráter do brasileiro construindo uma ideologia sobre o nacional. Entretanto, essa ideologia, colocada como nacional, serviu bem ao propósito desenvolvimentista e foi apropriada pelo governo de Getúlio no Estado Novo, pois favoreceu, da forma como foi utilizada por Getúlio, o esquecimento dos conflitos passados em prol do progresso da nação.

Na Constituição de 1988, período de redemocratização do Brasil, foi definida uma nova legislação sobre patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Da mesma forma que no Estado Novo, pode-se destacar que a mudança na legislação no nível federal, no que diz respeito ao patrimônio, data também do período de afirmação de um novo regime político. O novo texto legal remonta à Constituição de 1988, que se relaciona com o período chamado de período de

redemocratização do Brasil. E assim como no texto legal e na elaboração intelectual relativa à década de 1930 e ao Estado Novo, o texto e a elaboração intelectual da época da Constituição de 1988 constroem um imaginário que valida o regime político, agora aliçado na redemocratização proposta e também na concepção liberal de individualidade. Dessa forma, a nova concepção de Estado e de patrimônio, ao mesmo tempo que aponta para uma democratização do direito e do acesso à memória, aponta também para uma individualização do ser humano frente ao Estado.

Esse desenvolvimento da legislação fez a concepção de patrimônio passar da ideia de monumentalidade do passado para a ideia do patrimônio como representante dos diversos segmentos da população brasileira e das suas respectivas culturas. Esse desenvolvimento acompanhou o desenvolvimento da sociedade brasileira e das concepções a respeito da política. No entanto, a concepção das cidades históricas não avança na mesma medida. Como mencionado, as chamadas cidades históricas ainda são principalmente aquelas relacionadas à colonização e que sustentam uma visão monumental do passado, da história e, portanto, do patrimônio. Por essas razões, ficou consagrada na concepção de cidade histórica uma visão das cidades-patrimônio como ligadas ao passado colonial e a uma visão monumental da história.

A importância das cidades históricas para o turismo

O turismo cultural e o turismo voltado para o Patrimônio Cultural atraem mundialmente investimentos cada vez maiores. A importância da receita turística gerada pela atratividade que a diferença cultural exerce sobre os turistas se torna, a cada dia, uma fonte importante de desenvolvimento local das cidades receptoras do turismo cultural.

É preciso destacar, sobre as cidades históricas, que o patrimônio não deve ser, na maioria dos casos, percebido como o único atrativo turís-



tico local de importância. Para que as cidades históricas e o patrimônio local tenham efetividade como produtos turísticos, é preciso ter em conta que eles fazem parte de um produto turístico mais amplo: o destino turístico. Assim, o patrimônio deve ser um dentre vários atrativos turísticos de um destino, para que a oferta turística local esteja balanceada e não haja riscos para a sustentabilidade da atividade.

Como visto na Aula 18, em relação ao Patrimônio da

Humanidade, as cidades históricas podem ter no seu patrimônio importantes fontes de atração de investimento. No Brasil, essas possibilidades são ampliadas em função da grande quantidade de benefícios auferidos por empresas através das leis de incentivo à cultura. Dessa forma, acontecem situações em que algumas empresas recebem, muitas vezes, um ressarcimento de 100% dos valores investidos na cultura em benefícios de isenção de impostos por parte dos governos federal ou estadual. O aumento da arrecadação de impostos é importante para a cidade histórica, pois permite maior capacidade de investimento da gestão municipal em diversos setores da cidade. Também é importante a capacidade de atrair recursos externos para a dinamização de diversas atividades econômicas locais.

As chamadas cidades históricas atraem, primeiramente, um grande fluxo de turismo interno interessado na história nacional e atraído pela beleza das cidades históricas. Nos casos em que as cidades têm relevância internacional, atraem também um fluxo de turistas internacionais interessados na diversidade cultural e na vivência de outras culturas. No entanto, as cidades históricas enfrentam, também, grandes problemas com a gestão de seu patrimônio, pois, além de demandarem vultosos recursos para sua manutenção, também atraem a atenção de vários órgãos nacionais e internacionais (como IPHAN e Unesco) quando são detectados

problemas na preservação do patrimônio. Além disso, o aumento do fluxo de visitantes em cidades históricas muitas vezes não se reflete no aumento de recursos por parte dos governos estaduais e nacionais para sua manutenção.

As dificuldades e os problemas da gestão do turismo nas cidades históricas

A gestão das cidades históricas é um desafio que mobiliza os setores privado e público na tentativa de transformar o patrimônio, de fundamental importância cultural, em uma ferramenta de desenvolvimento sustentável para os destinos turísticos. Os desafios colocados para sua gestão são vários, e as possibilidades de recursos para fazer frente a eles são, frequentemente, escassas.

Uma das principais dificuldades para a gestão das cidades turísticas é a questão da capacidade de carga. Esse conceito, já esclarecido na Aula 18, pode ser medido em variados níveis territoriais e funcionais e tem uma multiplicidade de dimensões.

De acordo com Van der Borg (2001, p. 180):

(...) o número de visitantes pode ser limitado por causa das seguintes razões: a estrutura física do destino está comprometida (por exemplo, capacidade de carga física), a sociedade local perde sua personalidade (por exemplo, capacidade de carga sócio-antropológica), a economia local frustra-se (por exemplo, capacidade de carga socioeconômica).

No caso das cidades históricas, os três tipos de capacidade de carga estão em discussão. A estrutura do destino turístico é, em geral, limitada quanto ao número de visitantes. Se observarmos algumas das cidades históricas mais famosas do Brasil, como Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, ou Olinda e Recife, em Pernambuco, será possível verificar que essas cidades são limitadas em termos de espaço físico, tendo em conta o fluxo de visitantes em seus centros históricos. As próprias característi-

cas das cidades – ruas estreitas, grande aglomeração de edifícios e o fluxo normal dos habitantes locais – já as tornam limitadas fisicamente para suportar um número máximo de visitantes. Os estudos de capacidade de carga física devem ser realizados em conjunto com profissionais de Arquitetura, Engenharia e História, além dos profissionais em Turismo, dadas as especificidades da análise.

Com relação à capacidade de carga socioantropológica, as cidades históricas estão também suscetíveis. As sociedades locais têm suas próprias dinâmicas socioculturais, que muitas vezes envolvem festas, celebrações e ritos diversos que pretendiam ser reservados a um grupo de moradores ou mesmo a toda cidade, mas que deveriam ser preservados de olhos curiosos. Esses ritos dizem respeito a aspectos da sociedade local que devem ser tratados com alguma descrição e que dizem respeito a aspectos íntimos que em muitos casos não se gostaria de compartilhar. Quando uma cidade histórica, ou qualquer outra cidade, se torna turística, tais aspectos culturais ficam constantemente

expostos à atenção dos turistas, sendo muitas vezes motivadores da visita. Nesse sentido, é preciso que sejam realizadas pesquisas, tanto de cunho científico, quanto de opinião entre os moradores, de for-



Figura 19.1: Ouro Preto, Minas Gerais.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro Preto>
Imagem:OuroPreto1-CCBYSA.jpg



Figura 19.2: Igreja no Centro Histórico de Olinda, Pernambuco.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Olinda1-CCBYSA.jpg>

Os resultados da falta de respeito com esses ritos locais são diversos. Em alguns casos, as comunidades locais criam estratégias para preservar-se do contato com o turista. Essas estratégias podem ser:

- a preferência por comunicar-se na frente deles (turistas) em sua língua local, geralmente inacessível ao turista médio;
- a mudança dos locais de suas celebrações;
- o abandono das celebrações, já que não se consegue manter o turista distante;
- a comercialização extrema dos aspectos culturais, modificando-lhes, irreversivelmente, as características;
- e até a rejeição total da comunidade ao turista, o que pode até causar reações violentas à sua presença em determinados locais e ocasiões.

Em relação à capacidade de carga socioeconômica, pode ocorrer, principalmente, o processo de exclusão. Alguns dos turistas que afluem aos grandes centros e cidades históricas têm características, com relação a seu perfil de consumo, extremamente diversas das características da sociedade local e tidas como refinadas. Muitas vezes, o comércio local, principalmente ao redor dos centros históricos, não tem condições de atender a essa demanda, a não ser através de grandes investimentos que estão fora de seu alcance ou trazem retorno em prazo muito longo. Nessas duas situações, a economia local se frustra com relação às possibilidades de ganhar dinheiro com o turismo, podendo, em alguns casos, investir muito dinheiro e, não obtendo retorno, fechar as portas. Essa situação de frustração da economia local pode ocasionar a estagnação econômica das regiões históricas, tornando-as suscetíveis tanto ao abandono do patrimônio como a consequências mais graves (aumento da violência, do tráfico de drogas, da prostituição etc.). Essa é uma situação que pode ser

verificada em vários centros históricos brasileiros, após seu tombamento e, em alguns casos, até após sua inclusão na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco.

Outro tipo de exclusão que pode ocorrer relacionada à capacidade de carga socioeconômica é a supervalorização do centro histórico do ponto de vista comercial. Nesse caso, o sucesso turístico do centro histórico pode torná-lo o centro principal da economia local, fazendo com que os grandes empreendimentos comerciais se mudem para lá, causando severos prejuízos à capacidade de carga física do patrimônio. Nessa situação, pode ocorrer também forte especulação imobiliária, que expulsaria os moradores locais da região, causando urbanização desordenada e mesmo favelização de outras partes da cidade, para onde os moradores mais pobres afluíam. Outra consequência pode ser o enfraquecimento do comércio em outras regiões da cidade, causando desequilíbrio econômico e falta de oferta de produtos em diversas regiões da cidade.

A dificuldade de se encontrar alternativas econômicas para a exploração dos centros históricos passa também pelas limitações a eles impostas para seu uso devido ao fato de serem patrimônios tombados. Diversos governos, como é o caso do brasileiro, impõem normas quanto à utilização de prédios do Patrimônio Cultural Nacional, dificultando e tornando extremamente cara sua dinamização econômica. A alternativa para se evitar essa situação diz respeito não apenas à limitação do número de turistas, mas também à qualificação do empresariado local e às pesquisas sobre o turista local de forma a tornar mais afinada a relação entre oferta e demanda turística nas cidades históricas.

Atividade

Atende ao Objetivo 1



1. O artigo a seguir enumera alguns impactos positivos e negativos do turismo na cidade histórica de Tiradentes – MG. Enumere, a partir do trecho do artigo, as dificuldades para a gestão do patrimônio na cidade, vinculando-as a algum dos tipos vistos de capacidade de carga. Explique-os. Cite os benefícios auferidos pela cidade em função de seu Patrimônio Cultural.

IV SemintUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mer-



cosul

Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo

Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006

Os Impactos do Turismo em Tiradentes:

uma análise da percepção do setor público local

Jaisa Gontijo Bolson

Marta Araújo Tavares Ferreira

Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do
Centro Universitário UNA

Na visão do presidente da Câmara Municipal (Sr. Leonardo Matos), da responsável pelo IPHAN em Tiradentes (Sra. Maria Isabel Braga), do Diretor do Departamento de Turismo (Sr. Cid Barbosa) e do Diretor do Departamento de Esportes e Lazer (Sr. Rogério de Almeida), o turismo trouxe impactos positivos a Tiradentes, destacando-se: 1) geração de empregos; 2) melhoria da autoestima da população local; 3) conservação do patrimônio histórico-cultural.

Entre os impactos negativos citados pelos entrevistados, destacam-se: 1) êxodo da população local do centro histórico; 2) especulação imobiliária; 3) aumento do consumo de drogas pelos jovens nativos; 4) exploração do turista por parte dos empresários locais; 5) degradação do patrimônio histórico e natural pelo excesso de turistas durante os eventos; 6) aumento da criminalidade; 7) enfraquecimento das tradições e manifestações culturais locais por influência da atividade turística.

Fonte: http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT11-C2.pdf

[illegible]

Resposta Comentada

As dificuldades apontadas devem ser em relação à capacidade de carga socioeconômica como a especulação imobiliária e a dificuldade de dinamização econômica do patrimônio – e à capacidade de carga física, relacionadas ao controle do número de visitantes. Também é deve-se mencionar a capacidade de carga sociocultural.

Os benefícios para a cidade são os econômicos, relacionados à importância do patrimônio, tais como o aumento da arrecadação municipal – que pode ser revertido em vários setores da cidade – e a capacidade de atrair investimentos para a realização de eventos e atividades culturais diversas, também ocasionado pela importância do patrimônio.

A gestão do turismo nas cidades históricas

A gestão do turismo nas cidades históricas precisa enfrentar, através de diversos mecanismos gerenciais, as dificuldades relatadas nesta aula, não apenas com relação à capacidade de carga, mas com relação a uma série de outros problemas. Algumas das questões para além da capacidade de carga que devem ser enfrentadas pela gestão turística das cidades históricas podem ser:

- o já mencionado distanciamento entre a sociedade local e seu patrimônio;
- a melhoria da experiência turística;
- a transformação do patrimônio em ferramenta efetiva de educação para turistas e moradores;
- a dinamização dos atrativos culturais, tornando-os mais interessantes para os visitantes.

Para atacar essas questões buscando maximizar a experiência turística, existem alguns mecanismos de gestão que po-

dem ser utilizados pelos gestores locais e nacionais de turismo para dinamizar a experiência turística com o patrimônio.

O investimento em marketing cultural

Para Mario Jorge Pires (2002), a questão se coloca da seguinte forma em relação ao turismo no Brasil: em primeiro lugar, para os turistas estrangeiros, existe a questão da estratégia de marketing utilizada para a promoção do turismo no país que destaca a ideia do paraíso tropical. Segundo Pires:

Basta observar os pacotes e a forma de divulgação de nossos atrativos, por meio de suplementos de turismo dos grandes jornais, para chegar à conclusão de que a visão antiga dos europeus sobre o Novo Mundo sofreu pouquíssimas alterações. O Brasil ainda é o país da maravilhosa costa, do calor e das morenas seminuas (ou nuas) (...) (id., p. 73).

Pires diagnostica que, para o turista nacional, a visita a um museu é considerada “uma grande maçada entediante, devendo ser evitada sempre que possível” (id., p. 73).

O autor analisa essa questão sobre o prisma da educação. Para o autor, a historiografia brasileira e o ensino de história durante os anos do Ensino Fundamental e Médio do país nos últimos anos passaram por uma reformulação de seus princípios que resultou no que o autor chama de “A história sem símbolos” (id., p. 74). Para o autor, “passou-se da perniciosa história fincada no culto aos grandes heróis a seu extremo oposto” (Ibid.). Dessa forma, a história ensinada nas escolas brasileiras, segundo o autor, teria construído um Brasil sem heróis e sem marcos históricos, uma vez que a importância desses para o ensino ficou relegada a segundo plano. Essa mudança na educação tem um reflexo na percepção das pessoas sobre o patrimônio:

Com isso, foi-se perdendo o sentido simbólico das datas e, como decorrência, das localidades históricas. A historiografia, no afã de desmistificar os heróis, dedicou solene desprezo ao Grito do Ipiranga, à fundação de São Paulo,

ao suicídio de Getúlio Vargas. Que representatividade poderia ter, então, o Monumento do Ipiranga, o Pátio do Colégio e o Palácio do Catete? (op. cit., p. 75).

O desaparecimento do ensino de história regional nos colégios pode ser apontado também como um dos grandes responsáveis por esse afastamento do cidadão brasileiro dos museus. Os museus brasileiros foram abandonados pela Administração Pública e os administradores dos museus não souberam responder às mudanças ocorridas em consequência do abandono do Estado.

Dessa forma, os museus não souberam também acompanhar as mudanças na sociedade e hoje encontram dificuldade para concorrer com outras formas de lazer. A melhor forma então, na visão de Pires, de tratar o problema do ponto de vista da administração é voltar a tornar o museu um atrativo interessante, se não pela história em si, que seja pelo marketing.

Existem várias formas de atuação em relação à questão, desde a captação de recursos junto à iniciativa privada para a preservação e administração dos museus até a utilização de ferramentas de marketing, como a ambientação de base histórica para melhorar a capacidade dos museus como atrativos. Ambientação de base histórica, segundo Pires (2002):

(...) distingue-se por utilizar-se dos recursos da ambientação – cenografia, vestuário, iluminação, música, alimentação, dramatização etc. – para o aproveitamento de bens históricos arquitetônicos, visando a criar uma atmosfera consoante com a época e/ou representatividade que distinguiram essas edificações, a ponto de justificar sua preservação e conservação (op. cit., p. 57).

Assim, a ambientação de base histórica consistiria em lançar mão de recursos cênicos diversos para dinamizar a experiência no museu, realizando representações dos fatos narrados pelo museu, musicalização das salas, fornecimento de refeições típicas para os visitantes ou investindo na decoração das salas de modo a compor o ambiente de forma a refletir o tempo narrado

pelo museu.

Essa solução enfrentaria o problema da dinamização do museu para qualificar a experiência turística, visando tornar os equipamentos mais atrativos para os visitantes. No entanto, ela ainda não enfrentaria o problema do afastamento entre a população local e o patrimônio e esse é justamente o problema que faz com que a conservação do patrimônio não seja um assunto público, pois, se não interessa à população local, dificilmente interessará aos políticos.

A promoção da participação popular

Ainda resta no campo do patrimônio uma iniciativa mais específica que se julga pertinente na perspectiva da busca de um planejamento turístico que atenda aos anseios da comunidade local. Essa iniciativa deve ser capaz de mediar a relação encontrada entre sociedade local e patrimônio histórico. Tal iniciativa foi concebida num trabalho de Marilena Chauí (1991) e diz respeito ao papel do Estado na política de memória local. Segundo a autora:

O Estado não pode colocar-se como centro de onde se define e se irradia a memória, pois, ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política; não deve ser produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado (CHAUÍ, 1991, p. 45).

A inversão do papel do Estado no que diz respeito ao patrimônio, deixando de escolher o patrimônio para que este passe a ser instrumento da escolha popular, seria alternativa viável para uma mudança da concepção de patrimônio, e isso atenderia à perspectiva de propiciar a identificação da população com o patrimônio, bem como a de envolver a sociedade na sua gestão e preservação. Não se deve, no entanto, deixar de destacar que o Estado ainda deve ser o responsável por subsidiar a preservação do patrimônio e também de ser ator na gestão do mesmo.

O que essa proposta traz de inovação na política de patri-

mônio é tirar das mãos do Estado a função de selecionar aquilo que deve ser preservado, passando essa função à sociedade civil organizada. Para Chauí, “O Estado deve comportar-se como serviço público aos cidadãos (...)” (op. cit, p. 45). O projeto apresentado pela autora faz parte de um documento, o boletim número 5 do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura de São Paulo, órgão do qual Chauí era então secretária. Podemos destacar desse documento alguns pontos nos quais fica clara a ideia do que deve ser a atuação do Estado na política de patrimônio, quais sejam:

(...) implantação de projetos de história oral visando ampliar o universo de registros relativos à memória e à história da cidade, subsidiar tecnicamente os movimentos sociais para a organização de sua própria memória e preservação de suas tradições e referências culturais, em condições de autonomia,

(...), dinamizar as casas históricas sobre a guarda da Secretaria Municipal de Cultura, possibilitando seu uso múltiplo pela população, para que se tornem pólos culturais efetivos e não meros objetos de referência para uma memória mítica (...) (op. cit, p. 45).

Ao tratar de projetos de incentivo à preservação da memória oral por parte do Estado, a proposta rompe com a ideia de memória construída pelas elites através do Estado. Pela memória oral, é possível captar os diversos discursos sobre a história presentes na sociedade. Assim, o Estado começa a deixar de ser o construtor único da memória oficial.

Ao propor que o Estado subsidie tecnicamente os movimentos sociais para que formem a sua própria memória, essa ferramenta modifica mais explicitamente a função do Estado no que tange à memória. O Estado, nesse caso, não seria mais o definidor do que é ou não patrimônio; ao contrário, ele serviria de aparato técnico para que a sociedade civil organizada escolhesse aquilo que considera patrimônio e pudesse preservá-lo.

Assim, considerando-se que a sociedade é plural e compreende todas as classes sociais e grupos étnicos, o Estado estaria

propiciando a multiplicidade dos discursos sobre a história e sobre a identidade. Estaria também fugindo da preservação da identidade nacional posta como ideologia e discurso universalizante e preservando a identidade e a memória dos grupos, aquela ligada ao cotidiano e ao rito.

Ao incentivar o exercício da cidadania, única forma de se participar desta política pública, o Estado permitiria que os grupos, ao escolherem preservar o seu patrimônio próprio, desenvolvessem paralelamente o respeito pelo patrimônio de forma geral e a responsabilidade com sua preservação.

A prática de incentivo à participação popular proposta por Marilena Chauí, durante seu período na Secretaria Estadual da Cultura em São Paulo, procura dar conta dos aspectos ligados à relação dos habitantes da cidade com o patrimônio. O interesse dessa proposta para a gestão turística do patrimônio se relaciona à ideia de que o patrimônio só pode ser efetivo turisticamente se o for para a população local. Apenas através da adesão e do interesse da população local será possível fazer com que o patrimônio seja valorizado, preservado e mantido pelos governos locais como seus representantes. No entanto, essa ferramenta de gestão precisa ser colocada em conjunto com outras para atender à necessidade de dinamizar a experiência dos visitantes.

A interpretação do patrimônio

A interpretação do patrimônio é um ato de comunicação, é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de diversos meios. Interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, através de fornecimento de informações e representações que valorizem a história e a complementem a partir das características ambientais de um lugar (adaptado de MURTA; ALBANO, 2002, p. 9).

A interpretação, então, visa destacar os lugares de memória, de modo a revelar a identidade do lugar auxiliando o visitante

a comunicar-se com o discurso narrado pelo patrimônio, sendo capaz de compreender sua essência, sua alma e se relacionar afetivamente com elas. A perspectiva é a de que essa ferramenta seja capaz de otimizar a experiência da visita através do estímulo às várias formas de olhar e observar, apreendendo a singularidade e provocando a curiosidade do visitante. Por meio da curiosidade, procura-se levar o visitante a descobrir toda a magia do lugar. A boa interpretação marca a qualidade da descoberta, descortina significados e toca as emoções.

O foco da interpretação é realizar uma comunicação efetiva com o visitante, visando à preservação do patrimônio através de sua valorização e ao desenvolvimento das especificidades culturais das comunidades locais, favorecendo a experiência positiva com o turista que realçaria a autoestima dessas comunidades. Ela estimula os visitantes a conhecer e apreciar mais os lugares, podendo levá-los a prolongar sua permanência e possibilitar novas visitas.

Investir em interpretação é um processo de agregação de valor ao produto turístico local. A valorização da história, do patrimônio imaterial, da história oral e do meio ambiente natural e urbano favorece a diversificação da oferta de produtos turísticos. Mais importante do que informar, a função da interpretação é estimular as pessoas a valorizar seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo. Assim, a interpretação pretende:

- explicar as questões ligadas à experiência do visitante;
- fornecer não apenas informação ou instrução, mas experiência afetiva com o lugar;
- decodificar significados;
- utilizar memórias e história documental;
- ligar-se à patrimonialização, à nova museologia e aos ecomuseus.

Algumas técnicas da interpretação do patrimônio são:

- montagens audiovisuais, diagramas etc.;
- maquetes e reproduções;
- experiências interativas;
- sinalização e painéis informativos (**Figuras 19.3 e 19.4**);
- festas e eventos;

- performances, festas, ambientação de base histórica;
- visitas guiadas e itinerários temáticos;
- atividades didáticas;
- materiais informativos;

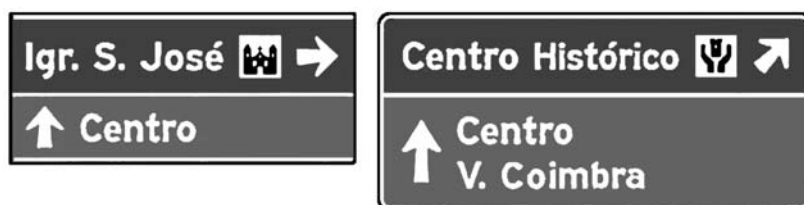


Figura 19.3: Sinalização turística.

Fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/sinalizacao/conteudo/principal.html>



Figura 19.4: Placas de sinalização turística.

Fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/sinalizacao/conteudo/principal.html>

A técnica da interpretação, portanto, visa dinamizar a experiência do turista, possibilitando a apreciação intelectual do patrimônio, como discurso sobre a história e ampliando sua apreciação sensitiva. A intenção é fazer com que o turista se relacione com o patrimônio a partir de suas emoções.

A educação patrimonial

O fundamento da educação patrimonial é propiciar a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, buscando a compreensão e valorização do patrimônio, num processo contínuo de aprendizado.

Trata-se, portanto, de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional enfocando o patrimônio como a fonte principal de geração do conhecimento e de exercício da cidadania cultural. Significa tomar os objetos e as expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para o ensino, observando-os, questionando-os e explorando-os em sua totalidade, traduzindo-os em conhecimento e conceitos úteis ao aprendizado. Só então, a partir da sensibilização com relação ao patrimônio e à sua utilização direta como instrumento de educação, é que se recorre a fontes secundárias, livros ou textos capazes de ampliar o conhecimento e realçar os dados observados diretamente.

A partir dessa experiência de contato direto com as manifestações culturais, busca-se um processo ativo de conhecimento, apropriação de valores e da herança cultural. Esse exercício deve ser capaz de habilitá-los a usufruir de maneira adequada os bens patrimoniais, propiciando o incentivo ao exercício da cidadania e o desenvolvimento do respeito e da valorização de todos os bens patrimoniais.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente do seu patrimônio por parte de comunidades e de indivíduos são fatores indispensáveis à sua preservação. Acredita-se que o estímulo a esses sentimentos possa ser um fortalecedor também dos sentimentos de identidade com a cultura local.

A herança cultural (ou o patrimônio) precisa ser apropriada pelas sociedades às quais ela diz respeito para ser usufruída por elas. A educação patrimonial contribui igualmente para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta, nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, pelos hábitos e costumes. Assim, torna-se uma ferra-

menta de exercício da cidadania no universo cultural. O diálogo permanente que faz parte desse processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes governamentais cuja tarefa ainda é se responsabilizar pela seleção, preservação, manutenção e gestão do patrimônio que deverá dizer respeito a toda a sociedade.

Esse processo, da educação patrimonial, leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e das comunidades e à valorização de sua cultura, contribuindo para seu empoderamento, reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação.

Conclusão

O aproveitamento turístico das cidades históricas é fundamental para a melhoria das condições de vida das comunidades locais, através da dinamização das atividades econômicas locais. No entanto, para que o aproveitamento turístico do patrimônio seja possível, não basta a riqueza patrimonial local; é preciso que esse patrimônio seja capaz de conquistar e seduzir turistas de forma a ampliar a atratividade local.

Para a realização dessas tarefas, diversas técnicas têm sido criadas. A utilização do marketing cultural, a interpretação do patrimônio, a educação patrimonial e a promoção da participação popular são estratégias criadas por pesquisadores e profissionais da área que atuam no sentido de dinamizar a experiência com o patrimônio e solucionar diversas problemáticas de seu aproveitamento público, seja ele turístico ou não.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Com base no mesmo texto da Atividade 1, enumere os desafios à



ção do patrimônio nas cidades históricas (no caso de Tiradentes) identificando cada uma das técnicas de gestão que a eles se relacionam. Comente-os.

IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul

Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo

Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006

Os Impactos do Turismo em Tiradentes: uma Análise da Percepção do Setor

Público Local

Jaisa Gontijo Bolson

Marta Araújo Tavares Ferreira

Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA

Na visão do presidente da Câmara Municipal (Sr. Leonardo Matos), da responsável pelo IPHAN em Tiradentes (Sra. Maria Isabel Braga), do Diretor do Departamento de Turismo (Sr. Cid Barbosa) e do Diretor do Departamento de Esportes e Lazer (Sr. Rogério de Almeida), o turismo trouxe impactos positivos a Tiradentes, destacando-se: 1) geração de empregos; 2) melhoria da autoestima da população local; 3) conservação do patrimônio histórico cultural.

Entre os impactos negativos citados pelos entrevistados, destacam-se: 1) êxodo da população local do centro histórico; 2) especulação imobiliária; 3) aumento do consumo de drogas pelos jovens nativos; 4) exploração do turista por parte dos empresários locais; 5) degradação do patrimônio histórico e natural pelo excesso de turistas durante os eventos; 6) aumento da criminalidade; 7) enfraquecimento das tradições e manifestações culturais locais por influência da atividade turística.

Fonte: http://www.ucs.br/ucs/tpISemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT11-C2.pdf

Resposta Comentada

1. O distanciamento entre a sociedade local e seu patrimônio.

Essa dificuldade seria tratada através da promoção da participação popular, possibilitando que a sociedade selecionasse o seu próprio patrimônio, sendo assim a identificação mais imediata entre sociedade e patrimônio. Além disso, a educação patrimonial pode ser ferramenta efetiva por incentivar o exercício da cidadania cultural.

2. A melhoria da experiência turística.

3. A dinamização dos atrativos culturais, tornando-os mais interessantes para os visitantes.

A melhoria da experiência turística e a dinamização dos atrativos seriam tratadas a partir da utilização do marketing cultural e da interpretação do patrimônio. Essas duas ferramentas promoveriam a dinamização da experiência do turista, propiciando uma identificação sensível com o patrimônio e tornando a experiência mais agradável, sem forçar necessariamente uma fruição intelectual que poderia não interessar os visitantes durante seus momentos de lazer.

4. A transformação do patrimônio em ferramenta efetiva de educação para turistas e moradores.

A educação patrimonial seria a ferramenta utilizada, por transformar o patrimônio na fonte primária de obtenção do conhecimento e através disso possibilitar a apropriação do patrimônio pelas sociedades em que estão inseridos.

Resumo

As cidades que usualmente chamamos de históricas são aquelas que possuem vários prédios e equipamentos tombados e

reconhecidos como bens importantes por algum órgão (nacional, estadual ou municipal) relacionado ao Patrimônio Cultural. Essas cidades que usualmente têm grande predomínio de prédios tombados em seu centro, chamado de centro histórico, são cidades que fizeram parte da história nacional e estão geralmente ligadas à colonização.

É preciso destacar que o patrimônio das cidades históricas não deve ser, na maioria dos casos, percebido como o único atrativo turístico local de importância. Para que as cidades históricas e o patrimônio local tenham efetividade como produtos turísticos, é preciso ter em conta que eles fazem parte de um produto turístico mais amplo: o destino turístico.

A gestão das cidades históricas é um desafio que mobiliza os setores privado e público na tentativa de transformar o patrimônio, de fundamental importância cultural, em uma ferramenta de desenvolvimento sustentável para os destinos turísticos. Os desafios colocados para sua gestão são vários, e as possibilidades de recursos para fazer frente a eles são, frequentemente, escassas.

A gestão do turismo nas cidades históricas precisa enfrentar, através de diversos mecanismos gerenciais, as dificuldades antes relatadas, não apenas com relação à capacidade de carga, mas com relação a uma série de outros problemas. Algumas das questões para além da capacidade de carga que devem ser enfrentadas pela gestão turística das cidades históricas podem ser:

- distanciamento entre a sociedade local e seu patrimônio;
- a melhoria da experiência turística;
- a transformação do patrimônio em ferramenta efetiva de educação para turistas e moradores;
- a dinamização dos atrativos culturais, tornando-os mais interessantes para os visitantes.

A melhor forma então, na visão de Pires, de tratar o problema do ponto de vista da administração é voltar a tornar o museu um atrativo interessante, se não pela história em si, que seja pelo marketing. Ainda resta no campo do patrimônio uma iniciativa mais específica que se julga pertinente na perspectiva da busca de um planejamento turístico que atenda aos anseios da comunidade local. Essa iniciativa deve ser capaz de mediar a relação encontrada entre sociedade local e patrimônio histórico. Tal iniciativa foi concebida num trabalho de Marilena Chauí (1991) e diz respeito ao

papel do Estado na política de memória local: a promoção da participação popular.

A interpretação do patrimônio é um ato de comunicação, é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de diversos meios. Interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, através de fornecimento de informações e representações que valorizem a história e a complementem a partir das características ambientais de um lugar (MURTA; ALBANO, 2002, p. 9).

O fundamento da educação patrimonial é propiciar a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, buscando a compreensão e valorização do patrimônio, num processo contínuo de aprendizado.

Trata-se, portanto, de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional enfocando o patrimônio como a fonte principal de geração do conhecimento e de exercício da cidadania cultural. Significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para o ensino, observando-os, questionando-os e explorando-os em sua totalidade, traduzindo-os em conhecimento e conceitos úteis ao aprendizado. Só então, a partir da sensibilização com relação ao patrimônio e à sua utilização direta como instrumento de educação, é que se recorre a fontes secundárias, livros ou textos capazes de ampliar o conhecimento e realçar os dados observados diretamente.

Turismo e Patrimônio

Referências

Aula 11

ARQUIVO Noronha Santos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 600 p.

BRENDLE, Betânia Uchôa Cavalcanti. O registro de seu patrimônio imaterial da região do Parque Nacional Serra da Capivara. *Clio*, Recife, v. 1, n. 16, p. 119-127, 2003. (Série Arqueológica).

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Martins, 1944.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro, 1954.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1955.

CASTRO, Jose Liberal de. *Evolução urbana de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1980.

_____. Festas tradicionais. In: _____. *Amarante: folclore e memórias*. 3. ed. Teresina: Comepi, 2001. p. 151-154.

_____. *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 1977.

GOVERNO do Estado do Ceará. Secretaria da Cultura. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

LIMA, Carlos de. *Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos*. São Paulo: Siciliano, 2002.

MARIZ, M.; SUASSUNA, L. E. B. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)*. Natal: CDF, 2001.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. Comidas tradicionais. In: _____. *Folclore brasileiro: Piauí*. Rio de Janeiro: Funarte, 1977, p. 37-39.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. Danças e folguedos folclóricos do Piauí. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano 5, n. 11, p. 27-28, ago. 1991.

PARQUE Nacional Serra da Capivara: patrimônio cultural. Fundação Museu do Homem Americano: Piauí-Brasil. <<http://www.fumdam.org.br/pcultural.asp>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930*. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

REDE Ceará. Terrafotolog. Disponível em: <<http://fotolog.terra.com.br/redeceara:995>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

REINALDO JUÚNIOR, José. *Formação do espaço urbano de São Luís*. São Luís: Edição do Autor, 1999.

Aula 12

ALAGOAS (Estado). *Cultura*. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-plano-estadual-de-cultura/pro-memoria>>. Acesso em: 28 set. 2009.

ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1978. 2 v.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BAHIA (Estado). Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da *Bahia*. Centro histórico de Salvador: programa de recuperação. Salvador: Corrupio, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a casa da torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=PARNA>>. Acesso em: 28 set. 2009.

CALMON, Pedro. *História da casa da torre: uma dinastia de pioneiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Ed. Edusp, 1988.

D'ÁVILA, Garcia. *A casa da torre*. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2009.

ESTADO da BAHIA. Territórios de identidade. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/preservacao/mapaTerritorio/popupMapa.php>> Acesso em: 28 set. 2009.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. *Empresarialismo urbano em Salvador: a recuperação do centro histórico Pelourinho*. 1998. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 43. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2001.

_____. *Nordeste*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

_____. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba (1585-1630)*. São Paulo: EDUSC, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o nordeste, 1644-1669*. São Paulo: Topbooks, 1998.

MELO, Veríssimo de, 1921-1996. *Aspectos da religiosidade nordestina no cordel*. [S.l.]: [s.n.], 1984. Folheto.

PERNAMBUCO (Estado). FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Política cultural: patrimônio*. Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_patrimonio.php>. Acesso em: 28 set. 2009.

PIMENTEL, Atimar de Alencar. *Barca*. João Pessoa: Mundial, 2004.

SANTOS, Paulo F. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.

SECCHIN, Carlos. *Arquipélago de Fernando de Noronha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cor/Ação, 1991.

SUASSUNA, Ariano. *Manifesto do movimento armorial*. Recife: UFPE, 1976.

TAVARES, Luiz H.D. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1979.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1980.

ZANIRATO, Sílvia H. A restauração do Largo do Pelourinho: edificação tão bonita de se ver, histórias não tão bonitas de se contar. *Dimensões*, Vitória, n. 16, 2004.

Aula 13

ALVIM, Zuleika. *Brava gente: os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Cadernos de História*, Ouro Preto, ano 2, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>>. Acesso em: 30 set. 2009.

ARTE no Brasil. Apresentação de Pietro Maria Bardi e Pedro Manuel. São Paulo: Abril Cultural, 1979. v. 1.

BARRETO, Aníbal, Coronel. *Fortificações no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho: a escultura barroca no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BRASIL. IBGE. BRASIL 500 anos de povoamento. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/home.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. *Patrimônio natural: bens naturais tombados*. Disponível em: <http://www.secult.es.gov.br/?id=/patrimonio_cultural/patrimonio_natural>. Acesso em: 30 set. 2009.

ESTUDOS ambientais da região cárstica de Lagoa Santa: caracterização geomorfológica. Sete Lagoas: CETEC: CPRM, 1994.

IMIGRAÇÃO italiana no Brasil. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Brasil#cite_note-matrica_matrica-13>. Acesso em: 20 ago. 2009.

JORGE, Fernando. *O Aleijadinho: sua vida, sua obra, seu gênio*. 4. ed. São Paulo: Impres Editora, 1949.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984. v 2.

LESAGE, Robert. Os sinos. In: _____. *Vestes e objetos litúrgicos*. São Paulo: Flamboyant, 1959.

NEVES, Walter Alves; PIO, Luís Beethoven. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

QUEM era os primeiros brasileiros. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/tempo/capivara/primeirosbrasil00.htm>>. Acesso em: 30 set. 2009.

RIBEIRO, Miriam Andrade. *A imagem religiosa no Brasil, arte barroca*. São Paulo: Fundação Bial de São Paulo, 2000. Mostra do descobrimento.

SALMORAL, Manuel Lucena. *Piratas filibusteros y corsarios en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil, 1900-1990*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

Aula 14

PETROBRAS. *Plataformas*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Petrobras/portugues/plataforma/pla_bacia_campos.htm&lang=pt&area=apetrobras>. Acesso em: 08 set. 2009.

ALMEIDA, Cristiane D'Ávila Lyra. *Fantasia na Serra: representações de Petrópolis na mídia impressa*. Dissertação. 2005. (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

AMORIM, Maria do C. *Diagnóstico ambiental do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FEEMA: 1985. 2. v.

ÁREAS protegidas do Brasil. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81reas_protegidas_do_Brasil#Florestas_estaduais>. Acesso em: 08 set. 2009.

ARTE no Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1979. v. 1.

BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BERANGER, Abel Ferreira. *Dados históricos de Cabo Frio*. 2. ed. Cabo Frio: PROCAF, 1993.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALMON, Pedro. *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

CARRAZONI, Maria Elisa (Coord.). *Guia dos bens tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CUNHA, Miguel Gastão da. Glaziou (1828 - 1906), um mestre do paisagismo francês nos trópicos brasileiros do século XIX.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradias nos Campos de Goitacazes, sécs. XVIII e XIX. *Anais do Museu Paulista*, Nova série, história e cultura material, p.107-129, 1993.

HANSSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos tamoios à alcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

INVENTÁRIO das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Instituto Cultural Cidade Viva. Disponível em: <<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>>. Acesso em: 08 set. 2009.

- JACCOUD, Rafael Luiz de Siqueira. *Os colonos*. Nova Friburgo: Múltipla Cultural, 2001.
- MATHIAS, Herculano. *Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.
- NEVES, C. *A história do café*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1974. 52 p.
- PARATY. Prefeitura. Patrimônio histórico. Disponível em: <<http://www.pmparaty.rj.gov.br/patrimonio.php>>. Acesso em: 08 set. 2009.
- PETROPÓLIS. Prefeitura. *Museu Casa de Santos Dumont – a encantada*. Petrópolis. Fundação de Cultura e Turismo. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/index.php?url=http%3A//fctp.petropolis.rj.gov.br/fctp/modules/xt_conteudo/index.php%3Fid%3D51>. Acesso em: 08 set. 2009.
- PIRES, Fernando Tasso Fragoso; GOMES, Geraldo. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- RIO DE JANEIRO (Estado). *Patrimônio imaterial*. INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. <<http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Folclore>>. Acesso em: 08 set. 2009.
- RIO DE JANEIRO (Estado). *Povos indígenas: os primeiros habitantes*. Disponível em: <<http://www.governo.rj.gov.br/historia02.asp>> Acesso em: 08 set. 2009.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café – 1850-1910*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.
- TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. UFRJ/ EBA, 1993.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Cartas de Amerigo Vespucci. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 41, p. 20-31, 1878.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *Fotógrafos alemães no Brasil do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2000.

Aula 16

- BOULLON, R. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRASIL. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 jul. 1965. Seção 1, p. 6.241.
- CERRO, L. *La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilhas*. Madri: Estudios Turísticos, 1992.
- GUERRA, Antonio. *Dicionário geomorfológico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

IGNARRA, L. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Thompson, 2003.

MENEZES, A. *City tour*. São Paulo: Aleph, 2002 (ABC do Turismo).

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993.

PINTO, A. *Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos*. Campinas: Papirus, 2003.

Aula 18

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Estocolmo, 1972.

Aula 19

BOLSON, Jaisa Gontijo; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. Os impactos do turismo em Tiradentes: uma análise da percepção do setor. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2006, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT11-C2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2009.

BORG, J. V. de. Gestão do Turismo em Veneza ou como lidar com o sucesso. Tradução de Gleice R. Guerra. In: TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. *Gestão do turismo municipal*. São Paulo: Futura, 2001. p. 173-188.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 dez. 1937.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA, 1991, São Paulo. *Anais....* São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural*. 2. ed. Barueri: Manole, 2002.

SOUZA, Renato Luiz Gama. *A Revolução de 1930, projetos autoritários e o Estado Novo*. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3177&Itemid=147>. Acesso: 17 nov. 2009.

ISBN 978-85-7648-664-0



9 788576 486640



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

